



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

RENATA FERREIRA SIQUEIRA

NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: A TRAJETÓRIA MILITANTE
DE UMA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO SURDO DO
MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI, NO PARÁ

CAMETÁ/PA

2022

RENATA FERREIRA SIQUEIRA

**NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: A TRAJETÓRIA MILITANTE
DE UMA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO SURDO DO
MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI, NO PARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação e Cultura, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Linha de Pesquisa: Culturas e Linguagens

CAMETÁ/PA

2022

**Dado: Internacional de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerado automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecido: pelo(a) autor(a)**

Siqueira, Renata Ferreira.

Narrativas sinalizadas de si : a trajetória militante de uma mulher negra no movimento surdo do município de Igarapé-Miri, no Pará / Renata Ferreira Siqueira. — 2022.

151 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Cametá, 2022.

1. Educação . 2. Mulher negra surda . 3. Movimento surdo.
4. Militância . I. Título.

CDD 370

RENATA FERREIRA SIQUEIRA

**NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: A TRAJETÓRIA MILITANTE
DE UMA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO SURDO DO
MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI, NO PARÁ**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto (Orientadora)
Instituição: PPGEDUC/UFPA

Prof^a. Dr^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira (Examinadora Externa)
Instituição: PPGE/UEPA

Prof^a. Dr^a. Andrea Silva Domingues (Examinadora Externa)
Instituição: UFSC

Prof^a Dr^a. Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares (Avaliadora Interna - Suplente)
PPGEDUC-CUNTINS/UFPA-Cametá
Universidade do Federal do Pará – UFPA

PPGDUC/UFPA – Cametá

2022

Dedico à Beatriz Barbosa, colaboradora desta pesquisa, mulher forte, corajosa e empoderada que por meio das narrativas de suas experiências muito me leva a entender sobre a resignificação do ser e estar sendo mulher negra surda militante e que para além disso muito me ensina sobre resistência, sobre luta pelo direito a acessibilidade, sobre formas de combate ao racismo, ao sexismo e sobre à busca por uma possível transformação social.

À intérprete de Libras, que disponibilizou tempo para me auxiliar no contato, na interpretação e na transposição das narrativas da colaboradora no desenrolar da pesquisa.

À comunidade surda pela partilha de vivências, aprendizados e saberes ao longo dos encontros on-line.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, pela saúde e pelo privilégio que me foi concedido em poder trilhar os caminhos dessa viagem e realizar mais um sonho.

À minha mãe, Maria de Fátima, meu porto seguro e exemplo de mulher de fibra, coragem e força, que com sua sabedoria e dedicação sempre esteve ao meu lado, me encorajando nas horas difíceis, se alegrando com minhas conquistas diárias e por confiar na educação como possibilidade de transformação. Obrigada por me acompanhar nesta jornada, por ser tão presente. A você, todo o meu amor e a minha gratidão!

Aos meus irmãos, Marcelo, Marcivan, Márcio e Marília, pelo carinho, apoio e incentivo nos momentos de angústia.

Aos meus sobrinhos, Mateus, João Vitor, Daniel e Rebekah, por todo afeto, carinho e compreensão nos momentos de ausência.

À minha avó paterna, Maria José, por todo o amor e carinho concedido no período que precisei ficar na sua casa para dar continuidade nos estudos. Sem você nada disso seria possível.

Ao meu pai, Eli Siqueira (*in memoriam*), por suas contribuições, afeto e carinho em minha vida.

Ao meu tio, Antônio Siqueira (*in memoriam*), agradeço imensamente a ajuda nos momentos que precisei, o apoio e a torcida a cada conquista e as palavras de carinho e afeto. Essa conquista também é sua!

Ao meu avô paterno, Vivaldo Siqueira (*in memoriam*), pela presença constante na minha infância, pelo cuidado, pela educação recebida em casa e, principalmente, pelo amor concedido nos momentos de descontração em que nos reuníamos para partilhar saberes e experiências do dia a dia, e por me mostrar que através da educação podemos transformar nossas vidas. Obrigada, também, por ser minha fonte de inspiração para seguir os estudos.

À minha orientadora, Prof^ª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, pela receptividade, paciência, liberdade e por possibilitar-me, com sua competência e experiência profissional, ampliar meus conhecimentos sobre o como e o que é pesquisar. Pela credibilidade e confiança a qual depositou no meu trabalho desde o início. Você é fonte de inspiração para mim!

As professoras da banca examinadora, Prof^ª. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Prof^ª. Dra. Andrea Silva Domingues e a Prof^ª. Dra. Maria Lucilena Gonzaga Costa pelas contribuições valiosas que levaram a construção desta dissertação.

À Prof^ª. Ma. Waldma Oliveira que despertou em mim o interesse pela Educação Inclusiva, que caminhou comigo na minha jornada acadêmica partilhando afeto e saberes, resistindo e lutando em prol da comunidade surda.

Agradeço a recepção acolhedora e os inúmeros conhecimentos adquiridos entre os (as) pesquisadores(as) do **Projeto Arbocontrol: Gestão da Informação, Educação e Comunicação no Controle das Arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya**, da Faculdade de Ciências da Saúde, do Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (LabECoS) da UNB e do Ministério da Saúde FINATEC, ligada ao **Projeto “Educação e Saúde: Saberes Tradicionais e Práticas de Cura na/da Amazônia Tocantina – Arbocontrol: Gestão da Informação, Educação e Comunicação no Controle das Arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya”**, sob a coordenação das professoras Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto (Bolsista FINATEC – PPGEDUC /UFPA - Cametá) e Dra. Andrea Silva Domingues (Pesquisadora voluntária – UFSC).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA, em particular os da linha de pesquisa Culturas e Linguagens, pela partilha de conhecimentos ao longo do mestrado.

Ao professor Sinésio Filho, por me auxiliar na tradução do resumo da dissertação para a língua de sinais.

Aos meus colegas da turma 2020 do PPGEDUC, em especial, a Letícia, Kelly, Tamires, Silva e Rhana, pelas conversas descontraídas e pelos momentos de partilha de saberes que contribuíram para que a escrita deste trabalho se tornasse mais fácil.

Ao Grupo de Estudos Surdos da Amazônia Tocantina (GESAT), por toda base formativa intelectual, foi através das contribuições teórico práticas deste grupo de pesquisa que passei a refletir sobre as questões implícitas à surdez nas mais variadas abordagens.

A intérprete colaboradora desta pesquisa, pela disposição em me auxiliar no contato com a Beatriz, nas entrevistas e, principalmente, na transposição dos vídeos em libras para a língua portuguesa.

A comunidade surda do município de Igarapé-Miri, palco desta pesquisa, pela acolhida, disposição nos encontros virtuais e, principalmente, pela amizade construída ao longo da pesquisa que levarei para a vida toda.

Ao movimento negro surdo, em especial à Beatriz Barbosa. Esta pesquisa só foi possível graças a sua colaboração. Que continue sendo exemplo de luta, resistência e representatividade para outras mulheres.

À todas as mulheres negras surdas. Espero, de alguma maneira, contribuir na luta rumo a uma sociedade sem racismo, que valorize e respeite as diferenças.

À todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que a concretização desta pesquisa fosse possível.

A todos meu muito obrigada!!!

“Eu me vejo como uma mulher negra surda forte, corajosa, empoderada e me orgulho da minha identidade, do meu cabelo cacheado, dos meus traços negros e da língua de sinais”

*Beatriz Barbosa
Militante negra surda*

RESUMO

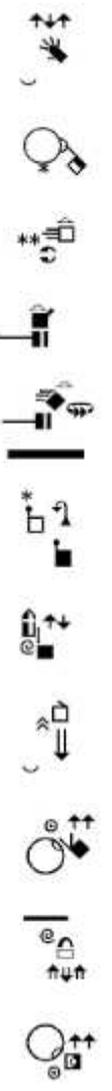
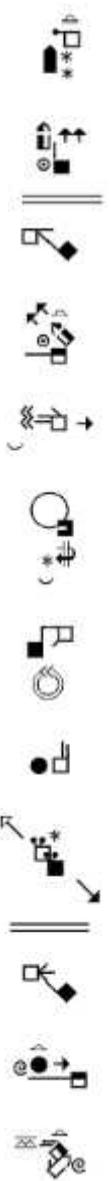
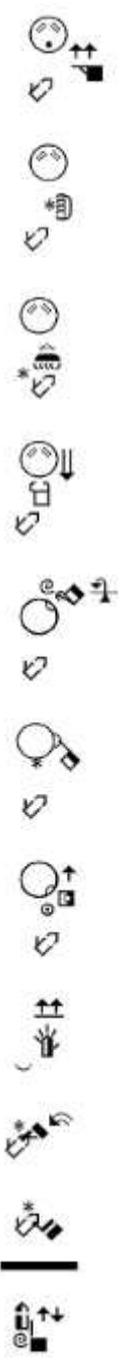
O presente estudo, intitulado **Narrativas Sinalizadas de Si: a trajetória militante de uma mulher negra no movimento surdo do município de Igarapé-Miri, no Pará**, tem como objetivo compreender a história de vida de uma mulher negra surda, de modo a entender, por meio de suas narrativas e dos processos formativos e saberes construídos na militância, como esta mulher constitui sua identidade e ressignificou-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez. E como objetivos específicos se propõem entender como a mulher negra surda se vê no contexto de sua trajetória e a relação desse processo na construção afirmativa de sua identidade étnico-racial; analisar as imagens e sentidos de ser mulher negra surda construídos no processo de militância e problematizar os processos educativos formadores e os saberes construídos na trajetória de militância da mulher negra surda enquanto possibilidade de empoderamento político construído a partir de atos subversivos de gênero, raça e surdez. A pesquisa que originou este estudo tomou como aspecto mobilizador a seguinte problemática: como se deu a trajetória de vida da mulher negra surda, militante da comunidade surda, em prol da superação das desigualdades racial, de gênero e de diferença no município de Igarapé-Miri/PA? Metodologicamente buscou-se auxílio teórico em estudos de autores que abordam temáticas relacionadas a gênero, raça, surdez, militância, memória, narrativas, os quais destacam-se: Scott (1995), Louro (1997), Guimarães (1999, 2004), Hall (2003), Schwarcz (1933), Skidmore (1976), Skliar (1998, 2010), Goldenberg (1997), Fanon (2008), Brah (2006), Pêcheux (2010), entre outros. A participante da pesquisa foi selecionada a partir de alguns critérios, tais como: se autodeclarar como negra nas suas relações socioculturais e por apresentar traços em sua trajetória de vida pessoal, social e profissional que caracterizam um perfil de militância com atuação nas questões de gênero, raça e surdez no município de Igarapé-Miri-PA. A investigação está ancorada em uma abordagem qualitativa do tipo História Oral, com o uso, nos seus procedimentos, de entrevistas semiestruturadas *on-line*, somando-se a isso, esse trabalho utilizou-se da observação participante virtual, esta, por sua vez, deu-se por meio da participação em algumas interações realizadas virtualmente no dia a dia da entrevistada, e também contou com o auxílio de uma oficina de desenhos que tinha como foco a elaboração de desenhos sobre o ser mulher negra surda na militância. Os resultados da pesquisa revelam que a participação da entrevistada no movimento surdo e no espaço acadêmico possibilitou a mesma se reeducar, modificar seu olhar sobre questões como sexismo, racismo, machismo e surdez, sua postura de mulher negra e surda por meio de um processo positivo de aceitação de sua cor, cabelo crespo/cacheado, língua de sinais, em detrimento dos determinantes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Gênero e Raça; Surdez; Identidade; Militância.

ABSTRACT

The present study, entitled *Narrativas Sinalizadas de Si: the militant trajectory of a black woman in the deaf movement in the municipality of Igarapé-Miri, in Pará*, aims to understand the life story of a deaf black woman, in order to understand, for through their narratives and training processes and knowledge built in militancy, how this woman constitutes her identity and resignified herself from the intertwining between ethnic issues, gender issues and deafness. And as specific objectives, it is proposed to understand how the deaf black woman sees herself in the context of her trajectory and the relationship of this process in the affirmative construction of her ethnic-racial identity; analyze the images and meanings of being a deaf black woman built in the militancy process and problematize the formative educational processes and the knowledge built in the deaf black woman's militancy trajectory as a possibility of political empowerment built from subversive acts of gender, race and deafness . The research that originated this study took as a mobilizing aspect the following problem: how was the life trajectory of the deaf black woman, activist of the deaf community, in favor of overcoming racial inequalities, gender and difference in the municipality of Igarapé-Miri/ SHOVEL? Methodologically, theoretical support was sought in studies of authors that address themes related to gender, race, deafness, militancy, memory, narratives, which stand out: Scott (1995), Louro (1997), Guimarães (1999, 2004), Hall (2003), Schwarcz (1933), Skidmore (1976), Skliar (1998, 2010), Goldenberg (1997), Fanon (2008), Brah (2006), Pêcheux (2010), among others. The research participant was selected based on some criteria, such as: self-declaring herself as black in her sociocultural relationships and for presenting traits in her personal, social and professional life trajectory that characterize a profile of militancy with action on gender issues, race and deafness in the city of Igarapé-Miri-PA. The investigation is anchored in a qualitative approach of the Oral History type, with the use, in its procedures, of on-line semi-structured interviews, in addition to this, this work used virtual participant observation, which, in turn, it took place through the participation in some interactions carried out virtually in the daily life of the interviewee, and also had the help of a drawing workshop that focused on the elaboration of drawings about being a deaf black woman in militancy. The research results reveal that the interviewee's participation in the deaf movement and in the academic space made it possible for her to re-educate herself, change her view on issues such as sexism, racism, machismo and deafness, her posture as a black and deaf woman through a positive process. acceptance of their color, curly hair, sign language, to the detriment of social determinants.

KEYWORDS: Education, Gender and Race; Deafness; Identity; Militancy.



LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 – Encontros dos surdos.....	56
IMAGEM 02 – Celebração dos surdos <i>on-line</i>	57
IMAGEM 03 – Mapa do Município de Igarapé-Miri, Pará.....	58
IMAGEM 04 – Beatriz Barbosa na oficina de desenhos.....	61
IMAGEM 05 – Beatriz Barbosa – a negra surda.....	67
IMAGEM 06 – Beatriz Barbosa com o termo de autorização da pesquisa.....	68
IMAGEM 07 – O cabelo alisado.....	100
IMAGEM 08 – Redescobrimdo os fios.....	103
IMAGEM 09 – Reunião das surdas com os representantes da Secretaria de Educação para tratar sobre pautas da comunidade surda do município de Igarapé-Miri-PA.....	131
IMAGEM 10 – A sinalização dos sinais em Libras.....	132
IMAGEM 11 – Confraternização de natal dos surdos.....	133

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Estado do Conhecimento.....	34
TABELA 02 – Perfil da entrevistada (Beatriz Barbosa)	66
TABELA 03 – Representações sobre pertença étnica.....	98
TABELA 04 – Representações sobre o cabelo liso.....	102
TABELA 05 – Representações sobre o cabelo crespo.....	109
TABELA 06 – Representações sobre a educação no espaço acadêmico.....	112
TABELA 07 – Representações acerca dos saberes adquiridos na militância.....	121
TABELA 08 – Representações sobre relações sociais no Movimento Surdo.....	127
TABELA 09 – Representações sobre a participação no movimento religioso.....	134

LISTA DE DESENHOS

DESENHO 01 – Ser negra surda.....	97
DESENHO 02 – Alisando meu cabelo.....	101
DESENHO 03 – O despertar para a transição capilar.....	104
DESENHO 04 – Orgulho dos meus cachos.....	109
DESENHO 05 – O sonhado ingresso à universidade.....	111
DESENHO 06 – Partilhando experiências com os surdos.....	120
DESENHO 07 – Os surdos em movimento.....	126
DESENHO 08 – Transmitindo a palavra de Deus.....	133

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONSEP – Comissão Nacional de Ética na Pesquisa

EAD – Ensino à distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ELAN - Eudico Linguistic Annotator

GESAT – Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PA – Pará

PPGEDUC – Programa de Pós-Graduação em e Cultura

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UEL– Universidade Estadual de Londrina

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFL – Universidade Federal de Londrina

UFP – Universidade Federal de Pelotas

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFT – Universidade Federal do Tocantins

ULS – Universidade Lá Sale

UNB – Universidade de Brasília

UNIRIO – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	20
2 SEÇÃO II – A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: CAMINHOS TRIHADOS NO DECORRER DA INVESTIGAÇÃO.....	32
2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	33
2.2 MERGULHANDO NA HISTÓRIA ORAL: REVISITANDO A MEMÓRIA NÃO CONTADA.....	44
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	51
2.3.1 Município de Igarapé-Miri, Pará: breve contextualização.....	58
2.3.2 Observação <i>In Loco</i>	59
2.3.3 Entrevista Semiestruturada <i>On-line</i>	62
2.3.4 Sujeito da Pesquisa.....	65
2.3.5 Levantamento bibliográfico.....	69
2.3.6 Sistematização e análise dos dados.....	70
3 SEÇÃO III – GÊNERO, RAÇA E SURDEZ: DIMENSÕES SIGNICATIVAS NAS PESQUISAS REFERENTES ÀS MULHERES NEGRAS SURDAS MILITANTES.....	71
3.1 GÊNERO.....	71
3.2 RAÇA.....	77
3.3 RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E SURDEZ.....	84
4 SEÇÃO IV – NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: O PROCESSO DE ACEITAÇÃO DO SER E ESTAR SENDO MULHER NEGRA SURDA NA MILITÂNCIA.....	91
4.1 NARRATIVAS QUE SINALIZAM ELEMENTOS CONSTITUINTES À IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DA MULHER NEGRA SURDA MILITANTE.....	92
4.2 O CABELO NATURAL COMO PERFORMANCE IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA SURDA.....	99
4.3 O ACESSO DA MULHER NEGRA SURDA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA BILÍNGUE.....	110
5 SEÇÃO V – MULHER NEGRA SURDA NO CONTEXTO DO MOVIMENTO SURDO: CONSTRUINDO PEDAGOGIAS DE RAÇA, GÊNERO E SURDEZ RESSIGNIFICADAS.....	117

5.1 SENTIDOS E SIGNIFICADOS PROPORCIONADOS PELO APRENDIZADO DA MULHER NEGRA SURDA NA MILITÂNCIA.....	118
5.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA JUNTO AO MOVIMENTO SURDO.....	125
5.3 O MOVIMENTO SURDO E A CONSTRUÇÃO DE PEDAGOGIAS DE RAÇA, GÊNERO E SURDEZ RESSIGNIFICADAS.....	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICE A.....	147
APÊNDICE B.....	150

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente estudo, intitulado, **“Narrativas Sinalizadas de Si: a trajetória militante de uma mulher negra no movimento surdo do município de Igarapé-Miri, no Pará”** encaminha análises e discussões acerca da trajetória de vida de uma jovem militante, tomando como ponto de partida os processos formativos desta mulher no que tange a sua inserção na militância, bem como o uso da língua de sinais como elemento potencializador no processo de ressignificação da sua identidade, do assumir e expressar sua identidade de mulher negra surda (termo pelo qual a colaboradora da pesquisa se representa), seu cabelo crespo/cacheado e o orgulho da sua raça.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral compreender a história de vida de uma mulher negra surda, de modo a entender, por meio de suas narrativas e dos processos formativos e saberes construídos na militância, como esta mulher constitui sua identidade e ressignifica-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez. E como objetivos específicos se propõem entender como a mulher negra surda se vê no contexto de sua trajetória e a relação desse processo na construção afirmativa de sua identidade étnico-racial, buscando analisar as imagens e sentidos de ser mulher negra surda construídos no processo de militância e problematizar os processos educativos formadores e os saberes construídos na trajetória de militância da mulher negra surda enquanto possibilidade de empoderamento político construído a partir de atos subversivos de gênero, raça e surdez.

O interesse pelas questões implícitas a surdez, deu-se primeiramente na graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, cursada na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde foram tecidos os primeiros debates acerca da inclusão da pessoa surda a partir da disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras, na qual por meio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizei a pesquisa intitulada *“Educação de surdos no campo: inclusão educacional de alunos surdos nas escolas do campo no município de Cametá/PA”*, analisando o quantitativo de educandos surdos matriculados nas escolas do campo e os dispositivos legais que amparam esses sujeitos no município de Cametá/PA. E mais tarde, pela participação, como pesquisadora no Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina – GESAT¹, coordenado pela professora Ma.Waldma Maíra Menezes de Oliveira, participando de cursos de extensão, oficinas e

¹ Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina - GESAT é coordenado pelas Prof.^ª(s) Ma. Waldma Oliveira e Prof. Ma. Cyntia França. O grupo atua nas áreas de debates acadêmicos de vertentes inclusivas, pesquisas sócio/educacionais inclusivas de pessoas Surdas, projetos de extensão e formação educacional e metodológicas inclusivas em instituições educacionais de ensino básico, atuante nas áreas urbana, rural e ribeirinha de Cametá-PA.

formações continuadas que tinham como enfoque a área da surdez. Foi através das contribuições teórico práticas deste grupo de pesquisa que passei a refletir sobre as questões implícitas às pessoas surdas, em especial, a mulher negra enquanto sujeito social atuante no movimento surdo.

Logo após, no curso de Instrutor de Libras tive a oportunidade de ter contato com professores e cursistas surdos dentre eles uma, em especial, me chamou a atenção, pelo fato de ser uma jovem negra fluente em Língua de Sinais e militante da comunidade surda do município de Igarapé-Miri-PA, que me oportunizou não somente o acesso a Língua de Sinais, mas também a sua história de vida, experiências vivenciadas na militância e sua identidade. A partir disso, pude compreender que a questão da identidade deve ser vista “[...] não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é, sobretudo, uma questão social, uma questão política” (CIAMPA, 2005, p. 132-133).

Depois do término do curso, convivendo com pessoas surdas e ouvintes usuárias de língua de sinais e com uma formação específica, recebi o convite para ministrar oficinas e os Cursos Básico e Intermediário de Libras nos municípios de Cametá e Oeiras do Pará. Assim o fiz, aceitei o desafio de ensinar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para alunos surdos, ouvintes e professores, que não tinham aquisição de língua de sinais, mediando no primeiro momento a comunicação e fortalecendo as relações interpessoais desses sujeitos no interior da família, da escola e da comunidade surda.

Mas, a guinada em direção às questões referentes à negritude e à surdez ocorreu quando, ao realizar um levantamento no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)², enquanto cursista da Especialização em Educação Inclusiva no Campo pela Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá, percebi que o arcabouço teórico pertinente à linha desta pesquisa ainda é incipiente em pesquisas e formulações teóricas especialmente na Amazônia Tocantina. Diante disso, destaca-se o ineditismo desta pesquisa, considerando não existir trabalhos que tratem sobre a trajetória militante com o mesmo objeto de estudo e tais questões apontam para a necessidade de ampliação das investigações sobre essa temática, bem como sua interligação com as políticas públicas de assistência, educação, entre outras.

Assim, no ano de 2018 com a pesquisa intitulada “*Representações sociais de uma mulher negra surda: a tripla diferença*”, pude analisar as imagens e sentidos atribuídos pela mulher negra surda sobre sua constituição identitária. No decorrer dessa pesquisa alguns

² Com base no estado do conhecimento desenvolvido na metodologia desta dissertação.

questionamentos relacionados a questão de gênero, raça e diferença não puderam ser sanados. Diante disso surgiu a necessidade e a possibilidade de dar continuidade no Curso de Pós-Graduação em Educação e Cultura nos estudos referentes a mulher negra surda como militante, pois esta vive em uma família majoritariamente ouvinte, e ainda convive com a invisibilidade instituída historicamente por trazer em seu corpo Estigmas – Marcas raciais – Traços que representam o corpo negro associado muitas vezes à inferioridade e à negatividade, devido a discriminação herdada da imposição da “cultura branca” escravocrata é compreendida apenas enquanto um corpo/objeto destinado a ocupar certos lugares na sociedade.

É sabido que o contexto histórico da mulher negra foi/é marcado por um estigma milenar envolto de preconceito, discriminação e exclusão, devido às situações a qual esse segmento social foi exposto historicamente. Ser surda, ao longo da história foi ser marcada pelo estereótipo que a identifica como um ser incompleto, incapaz e deficiente. A partir dessa concepção, houve toda uma representação da surdez tomando-se como base o ouvintismo, isto é, “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p.15). Não é diferente o histórico da mulher negra surda que por trazer em seu corpo “três marcas identitárias” – ser *mulher*, *negra* e *surda* (três grupos com minorias de direitos) – é triplamente marginalizada. Por estar envolta de tantas imagens oprimidas de si não consegue estabelecer a sua autoafirmação enquanto pessoa por sua imagem estar fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. Tal fato refletiu na exclusão dessas mulheres e reforçou a construção negativa da sua diferença como referencial identitário.

A demarcação da diferença a partir desse viés segundo Santos (2016, p.36) “[...] toma corpo de um referencial identitário que institui o Ser a partir do qual a realidade e a própria existência se constituem, referencial a partir do qual a diferença é instituída como Não-Ser [...]”, uma diferença a indicar dependência do Ser como identidade e indica negatividade pelo fato da sua diferença. Nestas perspectivas, a diferença é tomada enquanto constituinte da ideia da mulher negra surda como *Outro*, “negado por sua ‘limitação’ (física/mental), que diante da perspectiva racional ontológica a capacidade de ‘saber’ é negada (*Não-Saber*) [...], levando a constituição de um outro como *Não-ser*, o *Não-ser Ouvinte*” (SANTOS, 2016, p.38). Esse olhar sobre a mulher negra surda como o *outro* negado, pelo viés do gênero, da surdez e da cor da sua pele, juntamente com a marginalização, o preconceito e a discriminação enfrentada historicamente evidenciam a dificuldade na formação da subjetividade e da identidade da mulher negra surda.

Avtar Brah (2006) ao esboçar no texto “Diferença, diversidade e diferenciação” questões implícitas a identidade, elucida que as questões de identidade estão intrinsecamente relacionadas a experiência, subjetividade e relações sociais, e esclarece ainda que “a subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade” (BRAH, 2006, p.371). Ou seja, é o processo pelo qual o sujeito introjeta sobre si representações que lhes fora atribuída por um determinado grupo de pessoas, representações estas que corroboram para manter um imaginário carregado de percepções negativas do ser mulher negra surda.

Essa imagem negativa tecida sobre a mulher negra levou-a ser julgada e tratada negativamente em meio a outros grupos de pessoas. Fazendo com que ela própria se julgue inferiorizada e incapaz, provocando a sua baixa estima. De acordo com Munanga (2012), a população negra precisa se libertar da:

[...] alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e conseqüentemente sua “inferiorização” e baixa estima, da falta de conscientização histórica e política, etc. [...].

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos e de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois, o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (MUNANGA, 2012, p. 19).

Para se livrar da opressão, exclusão e inferioridade experienciada ao longo do processo histórico, as mulheres negras tiveram antes de mais nada de se reconhecerem e aceitarem enquanto negras, assumindo sua identidade, a cor da sua pele e seu cabelo crespo/cacheado, pois como salienta Souza (1983),

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetidas a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p.17-18)

Vale pontuar que ao falar do processo identitário das mulheres negras surdas caracterizadas enquanto sujeitos coletivos, construtoras de identidades múltiplas, nos induz a pensar na ideia de pluralidade das identidades apresentada por Hall (2005).

Hall (2005) enfatiza que não se deve falar de identidade, mas de “identidades”, no plural, pois estas representam as “posições dos sujeitos” e estão relacionadas a seu “pertencimento”. O autor define como “identidades culturais” os aspectos das identidades dos

sujeitos que surgem com seu pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. Assim, as identidades são múltiplas, plurais e em muitos momentos contraditórias. Para este, o chamado “sujeito pós-moderno” não constrói uma identidade fixa, essencial ou permanente: ao contrário, está é uma “celebração móvel” em constante transformação (HALL, 2005).

Essa conscientização de ser e estar sendo mulher negra surda é fruto das lutas do movimento feminista, que contou com a participação de mulheres de diversas origens raciais, étnicas e opções sexuais. Segundo Hall (2005), o feminismo tem participação importante na construção da identidade das mulheres, principalmente porque questiona a clássica distinção entre o espaço “privado” e o “público”. Desta forma, o autor destaca a importância do slogan do feminismo “o pessoal é político” neste debate sobre a ocupação destes espaços (HALL, 2005, p.45).

Esse movimento inicia-se como contestador das posições de subalternidade ocupadas pelas mulheres, mas toma uma dimensão maior e expande-se na luta contra a formação das identidades sexuais e de gênero. O feminismo questiona ainda a ideia de que homens e mulheres fazem parte de identidades, uma vez que todos pertencem à “Humanidade”, substituindo dessa forma esta ideia pela “questão da diferença sexual” (HALL, 2005, p.45).

São essas experiências revisitadas por negros e negras que os permitem “transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente reivindicado como indispensáveis para negros e brancos, num processo real de libertação” (SOUZA, 1993 p.18). Em que as mulheres negras surdas, à medida que ganham consciência de si, percebem, através de suas ações coletivas que incorporam “[...] pedagogias e saberes acumulados por outras ações e movimentos de educação, emancipação” (ARROYO, 2012, 39). Ao buscarem essas outras pedagogias em ações coletivas estão reconhecendo a necessidade de “inventar processos e pedagogias com outras radicalidades e virtualidades formadoras e emancipadoras [...]” (ARROYO, 2012, p.39).

É preciso ressaltar, que nesse processo de luta por resistência/afirmação e humanização/emancipação as mulheres negras surdas carregam consigo inúmeros saberes e práticas pedagógicas herdadas de suas ancestralidades que podem vir a contribuir com a demarcação de suas diferenças como novos sujeitos sociais que reafirmam continuamente suas lutas-resistências em seus movimentos sociais.

[...] os aprendizados, os ensinamentos, as tensões e as conquistas por elas vivenciadas são de outra ordem. Por essa razão muitas delas ganham visibilidade e se tornam referências para seu grupo e para a sociedade. As mulheres militantes atuam como sujeitos sociais que expressam, lutam e tornam públicas as demandas

de diferentes *coletivos*. Engajam-se coletivamente em causas sociais extrapolando o exercício individual da cidadania e da conquista pessoal (SILVA, 2007, p.20).

Nilma Gomes (2017) destaca a atuação das mulheres negras nesse processo, por seu papel político e educador posto que na medida que se afirmam enquanto sujeitos ativos na afirmação/fortalecimento de suas ações, passam a denunciar a violência vivenciada pelo machismo dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, “nas relações domésticas, nas disputas internas, quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais, e também elas mesmas” (GOMES, 2017, p.73).

Segundo Silva (2007), organizadas em Movimentos, as mulheres negras reverteram os determinismos sociais de cunho racial e machista e, aos poucos, conseguem romper com as posições subalternas e inferiores a elas impostas. Quebram as imagens negativas acerca das mulheres negras comumente difundidas em uma sociedade desigual, marcada pelo racismo e pelo machismo. Assim, criam e se recriam, estabelecem novos rumos e elevam sua autoestima e a de outras mulheres negras por meio de suas ações e intervenções sociais e políticas (SILVA, 2007, p.197). Assim, as mulheres negras militantes se fortalecem como

[...] sujeitos sociais e coletivos e contribuíram para o processo de construção de identidades positivas de outras mulheres negras à medida que suas ações conseguiam questionar as desigualdades e as discriminações. Inseridas em Movimentos Sociais, principalmente no Movimento Negro e de Mulheres Negras, essas mulheres buscam construir novas relações sociais e novos formatos para a luta coletiva. Elas se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista [...] (SILVA, 2007, p.197).

Nesse processo de emancipação, as mulheres negras surdas por meio de suas ações coletivas afirmam suas identidades, com a intenção de fortalecer as ações destas na luta contra o racismo, as desigualdades de gênero, possibilitando seu empoderamento por meio de uma proposta política, que resiste às investidas do poder e que lhes possibilite uma consciência étnica. Nos moldes de Weber (1994), uma “consciência étnica”, o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica, organizada de uma forma política, juntamente com o “sentimento de ser diferente” (aqui podendo ser entendida como identidade diferenciada), resultando em uma “comunhão” desses indivíduos que se uniram e se organizaram socialmente/politicamente.

Nesse cenário, o coletivo de mulheres negras surdas surge como um movimento político antirracista, que tem como elemento constituinte a “língua de sinais”, a “cor da pele” e o “cabelo crespo/cacheado” como símbolos de luta e valorização da identidade negra, reconhecendo a essas mulheres o sentimento de pertencimento, ou seja, de se sentirem parte da

comunidade negra, possibilitando dessa forma a construção e a afirmação da identidade racial, posto que o pertencimento racial desempenha um papel crucial na elaboração de subjetividades, que fortalecerá os sujeitos no enfrentamento as desigualdades raciais, de classe, de gênero e na luta por mudanças na sociedade contemporânea.

Rago (1998) salienta que “é na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista [...], que nasce uma linguagem feminista [...]” (RAGO, 1998, p.7-8); linguagem esta que busca novos horizontes, que surge no bojo da discussão trazida pelo feminismo negro a respeito da invisibilidade e demandas das mulheres negras na luta a favor da igualdade de direitos e, mais ainda na posição de denunciante do racismo de gênero e a origem da geopolítica injusta do conhecimento experienciada na colonialidade³, deixando seu lugar de silenciamento para assumir seu lugar de fala.

Sem dúvidas, os movimentos sociais têm oferecido resistência e vêm ganhando espaço de debates na academia e na sociedade em geral, a lentos e expressivos passos. No que tange ao tema desta pesquisa, são exemplificados alguns movimentos que refletem resistências, enfrentamentos e vêm ganhando legitimidade frente as ideologias marginais/excludentes (LOBATO, 2019).

A comunidade surda, por exemplo, apoia-se as lutas contra barreiras que impedem a acessibilidade, para se “afirmar em suas potencialidades comunicativas viso-espaciais e cognitivas e a dinamizar os aprendizados no campo da Educação para além da oralidade, gestualidade, mas em uma significação cultural perceptiva” (LOBATO, 2019, p.28).

O movimento negro, por sua vez, também ganha legitimidade quanto ao enfrentamento “aos padrões branco/europeus afirmando suas raízes étnicas, conjunturas culturais, religiosas e políticas que rompe com a lógica colonizadora de que afirma o lugar social de negros e negras como sendo a periferia social e simbólica” (LOBATO, 2019, p.28).

Diante desses fatores é que surgiu a necessidade de conhecer a história de vida de Beatriz, uma jovem negra em processo de militância no movimento surdo do município de Igarapé-Miri/PA, que a partir da aquisição da língua de sinais e mais precisamente com o ingresso no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue⁴ pela Universidade do Estado

³ De acordo com Walsh (2009), o processo de colonialidade para as comunidades negras, tem operado um nível intersubjetivo e existencial, que permitiu a desumanização de alguns, a sobre-humanização de outros e a negação dos sentidos integrais da existência da humanidade.

⁴ O curso de Pedagogia Bilíngue do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), surge com a intenção de preencher uma lacuna histórica: a inclusão de alunos surdos em todos os níveis de ensino, na modalidade de Ensino à Distância (EAD).

do Pará (UEPA), passou a assumir uma nova postura acerca dos debates que envolve a questão racial, de gênero e de diferença, assumindo e expressando sua identidade de mulher negra surda (forma pela qual Beatriz se representa), seu cabelo crespo/cacheado e a se orgulhar da sua raça e de sua origem social, ganhando visibilidade no seu local de origem, lutando e resistindo bravamente contra as investidas de toda e qualquer forma de discriminação, preconceito e racismo instaurado pela sociedade devido a sua “tripla diferença”⁵.

Desta forma, procurou-se apresentar nesta pesquisa as experiências dessa mulher que foi criada em uma família de ouvintes contadas a partir de suas próprias reflexões. Visto que a reflexão sobre si mesma “produz a construção de um movimento de alteridade que permite o próprio sujeito revelar sua cultura e identidade por meio de construções que representam suas próprias experiências simbólicas” (MOURA, 2020, p.182). Além disso, buscou-se refletir sobre os percursos que revelam a percepção da mesma como sujeito étnico da cultura e identidade negra. Assim, intentamos revelar como esta mulher se reconhece no processo de militância, apresentando como é ser e estar sendo negra surda.

Destarte, consideramos importante destacar alguns aspectos considerados marcantes na sua trajetória de vida, posto que no contexto social no qual está inserida, ela é instrutora de Libras, estudante e militante, preocupada com a questão racial e as relações de gênero que entremeiam a vida da mulher negra Miriense. Para tal, foi investigado o processo formativo desta mulher como militante, considerando aspectos da trajetória de vida familiar e escolar, a atuação em sua comunidade, a participação nos grupos religiosos e na comunidade surda. Considerando às narrativas e os sentidos/significados que esta dá ao fato de ser mulher negra surda, como constitui sua identidade e ressignifica-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez.

Segundo Goldenberg (1997), as mulheres militantes são aquelas que conseguiram se constituir como figuras emblemáticas justamente pelo empenho nas negociações, nas disputas de poder e no posicionamento de ideias na vida política. As mulheres militantes tecem suas trajetórias nas organizações políticas, com a intenção de mudar essa visão criada sobre o papel secundário (ou de apoio) das mulheres no interior das organizações sociais.

Ainda segundo essa autora, para uma mulher apresentar uma boa trajetória de militância é imprescindível que ela considere os seguintes elementos, como coragem, sacrifício, dedicação e até mesmo abnegação da vida pessoal. São esses elementos que distinguem as

⁵ Compreendo como “tripla diferença” a existência em um único sujeito, de três traços identitários que o diferencia dos demais, por fugir da norma estabelecida pela sociedade como ideal.

mulheres militantes das outras mulheres, principalmente em relação àquelas de mesma geração. As mulheres militantes, modificam “papéis e as representações sociais sobre a mulher no mundo público/político brasileiro, no "mundo dos homens" (GOLDENBERG, 1997, p.351). Dessa forma, rompem com a visão e com as atribuições que lhes fora imposta no interior das organizações como meras coadjuvantes nas transformações sociais e políticas.

Goldenberg (1997) acrescenta que existem dois modelos de mulheres militantes: as tradicionais e as modernas. As mulheres tradicionais são marcadas pelo contexto dos anos 60. São as que vivenciam intensamente a política ao ponto de “se distanciar da família e dos amigos, que não puderam ter filhos ou os tiveram em situação de terríveis dificuldades [...]” (GOLDENBERG, 1997, p.357). Elas anulam seus desejos e aspirações, ou seja, elas “os rejeitam em função de uma luta maior de transformação social através da militância. Já as militantes modernas, “além da luta pela transformação da sociedade, também se preocupam com questões individuais ou especificamente femininas [...]” (GOLDENBERG, 1997, p.357).

Por sua vez, Brah (2006, p. 342) corrobora dizendo que “o objetivo principal feminista tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero”. Já que as relações de poder entre homens e mulheres instituídas historicamente na sociedade contribuíram de maneira significativa para manter a dinâmica de opressão sobre as mulheres. Nesse contexto, segundo Brah (2006) “as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil” (BRAH, 2006, p.342).

Assim, a pesquisa que originou este estudo tomou como aspecto mobilizador a seguinte problemática: como se deu a trajetória de vida da mulher negra surda, militante da comunidade surda, em prol da superação das desigualdades racial, de gênero e de diferença no município de Igarapé-Miri/PA?

Deste modo, ressalta-se a importância e relevância deste estudo, pois representa um trabalho de pesquisa inovador em três âmbitos. No âmbito acadêmico por apresentar um campo novo de investigação, o que propiciará ganhos significativos à temática investigada e poderá incitar o desejo da mesma a futuros pesquisadores, ampliando assim a possibilidade de conhecimento por diversos leitores das mais diversas áreas do saber que se interessam por temas relacionados as questões de gênero, raça, surdez e militância na Amazônia Tocantina. Por sua vez, no âmbito pedagógico por evidenciar os caminhos metodológicos os quais permitirão conhecer melhor as experiências vivenciadas pela mulher negra surda na trajetória de militância, buscando assim subsídios para atender os processos formativos desta de maneira

que sejam repensadas práticas dialógicas inclusivas. E no âmbito social posto que este trabalho venha incutir direcionamentos e olhares mais sensíveis a questões as quais envolvam os processos formativos e os saberes construídos na trajetória de militância da mulher negra surda.

É importante mencionar que em virtude da pandemia do novo coronavírus, em que o distanciamento social passa a ser considerado uma das recomendações sanitárias de prevenção a Covid-19⁶, e como a colaboradora da pesquisa encontra-se em tratamento contra a tuberculose⁷, a qual deve-se manter o isolamento social e o máximo cuidado na hora de estabelecer contato físico com as pessoas que estão fora do seu ambiente familiar por fazer parte do grupo de risco para a Covid-19, outras estratégias metodológicas de pesquisas foram adotadas. Assim, para resguardar a saúde da mesma, da intérprete de Libras e da pesquisadora, a qual teria que se deslocar de um município para outro, para realizar a observação *in loco* e as entrevistas, optou-se em realizar a coleta de dados por meio de encontros virtuais estabelecidos pelo *WhatsApp* e por outros aplicativos, de modo a respeitar o recomendado pela OMS. Portanto, houve utilização de recursos da netnografia, que devido as normas sanitárias advindas por causa da pandemia do novo coronavírus, se tornou mais um desafio enfrentado durante a coleta de dados, visto que se fizeram ainda mais limitadas as manifestações linguísticas, gestuais, corporais e visuais da pessoa entrevistada, se levar em consideração as dificuldades de acesso à internet na região Tocantina, que tendem a dificultar o contato e o diálogo online com o sujeito da pesquisa, principalmente quando esse sujeito é surdo e interage no meio social através da língua de sinais, necessitando de uma internet de qualidade para que não haja perda de informações durante os diálogos virtuais.

Mesmo diante dos desafios enfrentados no decorrer da coleta de dados, a netnografia fez-se presente nesta pesquisa, por constituir-se como uma ferramenta metodológica que amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional ao permitir o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Principalmente nesse momento em que não podemos ir a campo realizar a pesquisa e muito menos manter o contato físico com as pessoas devido a pandemia, onde as interações e a coleta de dados só são possíveis através de mediações estabelecidas por recursos tecnológicos. Visto que segundo Kozinets (2014), a netnografia configura-se enquanto uma pesquisa observacional

⁶Covid-19 é a junção de letras as quais se referem a *coronavírus disease*, que em português se traduz por coronavírus. E o número 19, está relacionado a 2019 – o ano quando os primeiros casos foram divulgados mundialmente.

⁷ Doença causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, também chamada de bacilo de Koch, que afeta principalmente os pulmões das pessoas deixando-as mais fragilizadas e propensas a outras doenças.

participante baseada em trabalho de campo *online*, usando comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal.

No que compreende a sua estrutura, esta dissertação está organizada por seções. Na primeira seção “Notas Introdutórias” apresenta-se as vertentes investigativas teórico/práticas, bem como os elementos motivacionais que levaram a escolha pela temática a partir de justificativas e embasamentos teóricos que perpassaram pelos âmbitos pessoal, acadêmico, pedagógico e social. Além de comportar os elementos norteadores e os objetivos da pesquisa.

Na seção 2) “A construção da pesquisa: caminhos trilhados no decorrer da investigação” evidencia-se os caminhos percorridos pela pesquisa que compreende desde suas bases teóricas até os procedimentos metodológicos. Esta engloba ainda o tipo e abordagem de pesquisa adotada na investigação, bem como o lócus da pesquisa realizando uma breve contextualização do município de Igarapé-Miri, Pará e da comunidade surda estudada, apresentando a colaboradora da pesquisa, os procedimentos metodológicos e etapas de coleta de dados, tais como: entrevista semiestruturada *on-line*, cuidados éticos, levantamento bibliográfico, sistematização e análise dos dados, e por fim as etapas da pesquisa.

Na seção 3) “Gênero, raça e surdez: dimensões significativas nas pesquisas referentes às mulheres negras surdas”, aborda-se a contribuição das pesquisas sobre gênero, raça a partir de uma perspectiva histórica, sociocultural e política, tecendo alguns questionamentos sobre a relação destas com a surdez.

Na seção 4) “Narrativas sinalizadas de si: o processo de aceitação do ser e estar sendo mulher negra surda militante” propõe-se evidenciar o processo identitário de Beatriz, que ganha sentido em sua vida quando ela passa a assumir seu cabelo crespo/cacheado e a língua de sinais como meio de comunicação e expressão, e mais precisamente quando esta adentra a universidade onde passa a participar de eventos acadêmicos que possibilitaram-na tecer uma visão sobre as formas pelas quais as questões de gênero, raça e surdez vem sendo discutidas no momento histórico.

Na seção 5) “Mulher negra surda no contexto do movimento surdo: construindo pedagogias de gênero, raça e surdez ressignificadas” destaca-se os principais significados e sentidos construídos pela Beatriz ao longo da sua militância que a impulsionou a se ver como mulher negra surda de forma positiva. E como o Movimento Surdo constituiu-se enquanto espaço fecundo para a construção da autorreflexão, tomada de consciência, ampliação do olhar

crítico e percepção sobre as imagens negativas tecidas acerca das mulheres negras e, sobretudo, das mulheres negras surdas.

E nas considerações finais apresentam-se os dados da pesquisa obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas *on-line* realizadas com a colaboradora da pesquisa, bem como conjectura a importância da participação de Beatriz no Movimento Surdo e no espaço acadêmico para reeducar-se, modificar seu olhar sobre questões como sexismo, racismo, machismo e surdez, sua postura de mulher negra e surda por meio de um processo positivo de aceitação de sua cor, cabelo crespo/cacheado, língua de sinais, em detrimento dos determinantes sociais.

2 SEÇÃO II - A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: CAMINHOS TRILHADOS NO DECORRER DA INVESTIGAÇÃO

Os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa não se deram linearmente, seguindo um traçado predeterminado e sim de acordo com as motivações, objetivos e tipos de análises de um estudo que se debruça sobre os pressupostos teóricos da História Oral, pois envolve a trajetória de vida de uma jovem que se representa enquanto uma mulher negra surda e seu entrelaçar com os processos formativos construídos no processo de militância, nas relações tecidas no seio familiar, escolar e na comunidade surda. Segundo afirma Portelli (1997), a arte essencial da História Oral é ouvir, não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas, também, o que a outra pessoa considera importante dizer, e nisso nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas (PORTELLI, 1997).

É importante mencionar que o interesse pelo objeto de estudo mencionado anteriormente, deu-se na Especialização em Educação Inclusiva no Campo, cursada na Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2018, onde foram estabelecidos debates sobre o entrelaçar da surdez com as mais variadas abordagens, na qual por meio do trabalho intitulado “Representações sociais de uma mulher negra surda: a tripla diferença”, foi possível analisar as percepções desta sobre o ser e estar sendo mulher negra surda em uma sociedade que institui um padrão branco/europeu a ser seguido. No decorrer da pesquisa alguns questionamentos não puderam ser sanados. Assim, este trabalho propõe-se dar continuidade aos estudos referentes a temática em questão, viabilizando a ampliação de debates sobre processos formativos inclusivos atrelados a militância, considerando aspectos construídos no seio familiar, na atuação em sua comunidade, na comunidade surda e nos grupos religiosos.

Além disso, na tessitura da pesquisa, foi realizado o levantamento de dados sobre a temática no Banco de Dissertação e Teses da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para fins de visualizar como os estudos sobre a mulher negra surda estão sendo abordados em instituições de ensino superior nas diversas regiões do Brasil.

Morosini e Fernandes (2014) salientam que tais levantamentos de dados realizados na pesquisa podem ser compreendidos como um Estado do Conhecimento, já que este se propõe identificar trabalhos finalizados sobre determinadas temáticas, de modo a registrar e a categorizar as temáticas encontradas “que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em determinado espaço de tempo, congregando periódicos, vezes,

dissertações e livros sobre determinada temática específica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.155).

Deste modo, pode-se observar a partir das afirmações das autoras que o levantamento contingencial de pesquisas é compreendido dentro de um marco específico e restrito. Assim, para obter tais pesquisas deve-se realizar coletas de dados seletivas utilizadas para filtrar os mesmos nos levantamentos, nos indicadores, seguidos por eixos.

A partir do exposto foram estabelecidos parâmetros categóricos para a sondagem de produções já finalizadas que contemplem os seguintes descritores: “Negritude e Surdez”, “Gênero, Raça e Surdez” e “Narrativas de surdos negros”.

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Para fins de visualizar a abrangência e relevância da temática em questão foi realizado um levantamento no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de identificar os estudos realizados sobre a mulher negra surda nas mais variadas abordagens e sobre quais óticas têm sido conduzidos os debates que abarcam os aspectos étnico, educativo e inclusivo acerca do objeto de estudo em questão.

É importante destacar que a realização deste estado do conhecimento deu-se em duas etapas⁸ no banco de dados da CAPES, e ambos levantamentos se atentou para os estudos e abordagens que privilegiassem a interface gênero/negritude/surdez. No levantamento realizado a partir dos descritores: “Negritude e Surdez”, “Gênero, Raça e Surdez” e “Narrativas de Surdos Negros”, foram encontradas um total de quatorze trabalhos (doze dissertações de mestrado e duas teses de doutorado) que sinalizam questões referentes a constituição da identidade negra surda, as relações sociais estabelecidas em ambientes escolares e no processo de militância e narrativas surdas. Vale ressaltar que há existência de trabalhos já finalizados, porém ainda não constam nos bancos de dados consultados, tornando-se necessárias novas atualizações de levantamentos de dados.

⁸ A primeira etapa do levantamento de dados foi realizada na Especialização em Educação Inclusiva no Campo, no ano de 2018, pela Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá, no decorrer da escrita do trabalho intitulado “Surdez e negritude: estado da arte sobre os estudos dos sujeitos surdos/ negros em pesquisas acadêmicas” produzido para a obtenção da nota na disciplina Deficiência Auditiva/Surdez: Fundamentos e Adequações Metodológicas e Curriculares e sua posterior publicação em livro. No referido momento foram encontrados 03 (três) trabalhos de dissertações acerca da temática aqui analisada. Posteriormente, já em processo de elaboração da referida pesquisa de Mestrado em Educação e Cultura, no dia 15 de Maio de 2021 foi realizado um novo levantamento que deu luz à outros 11 (onze) trabalhos, assim, novamente ocorreu a análise, a sistematização e organização a partir dos dados obtidos nos resumos destes.

Flick (2009) destaca a relevância destes levantamentos contingenciais sobre dadas temáticas uma vez que é por meio deste que é possível mapear o que já foi abordado sobre o campo a ser analisado, bem como as problematizações levantadas na área pesquisada, os conceitos e contestações e as perspectivas teóricas ainda em aberto mostrando o que ainda não foi investigado acerca do objeto de estudo.

Os trabalhos encontrados no banco de dados da CAPES têm suas elaborações vinculadas ao período correspondente entre os anos 2012 a 2020. E para que fosse possível a sistematização e organização dos dados foi realizada uma análise dos mesmos, atentando especificamente para a identificação dos objetivos propostos pelos autores, os objetos de estudos e as problemáticas de cada trabalho correspondente às instâncias desta pesquisa. Em seguida foi realizada uma pequena descrição a partir, dos dados contidos nos resumos dos trabalhos⁹.

Assim, os quatorze trabalhos analisados seguem distribuídos em ordem crescente de ano da publicação da pesquisa na tabela abaixo:

TABELA 01 - ESTADO DO CONHECIMENTO

Autor (a)	Título da pesquisa	Ano	Estado	Curso/área de conhecimento
Rita Simone Silveira Furtado	Narrativas identitárias e educação: os surdos negros na contemporaneidade	2012	Sul	Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Francisco José Roma Buzar	Interseccionalidade entre Raça e Surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís – MA	2012	Centro-Oeste	Mestrado em Educação/ Universidade de Brasília
Bianca Gonçalves da Silva	Memória e narrativas surdas: o que sinalizam as professoras sobre sua formação?	2012	Sul	Mestrado em Educação/ Universidade Federal de Pelotas
Tatiane Santos dos Santos	Narrativas Surdas: experiências na comunidade e na cultura surda e a constituição de identidades	2012	Sul	Mestrado em Educação/ Universidade Federal de Pelotas

⁹ Os trabalhos encontrados no banco de dados da Capes não tiveram todo seu corpo textual analisado. Para garantir o acesso as informações de cada um, foram realizadas leituras e análises dos resumos para fins de verificar os objetivos e problemáticas propostas pelos autores das obras apresentadas nesta pesquisa. Cabe mencionar que alguns resumos não possuíam informações claras sobre *lôcus*, sujeitos ou técnicas de coleta de dados, assim as informações que constam após a respectiva tabela indicam informações, ainda que incompletas, apenas do resumo.

Aline de Menezes Bregonci	Estudos Surdos no Proeja: o que nos contam as narrativas sobre seus percursos?	2012	Sudeste	Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Silva Regina Pochmann de Quevedo	Narrativas Hipermediáticas para ambiente virtual de aprendizagem virtual	2013	Sul	Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento/ Universidade Federal de Santa Catarina
Bruna Crescencio Neves	Narrativas de crianças bilíngues bimodais	2013	Sul	Dissertação em Linguística/ Universidade Federal de Santa Catarina
Camila Machado de Lima	Experiências e Narrativas: (re) pensando saberes-fazer docentes na educação de surdos	2014	Sudeste	Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sandra Cristina Malzinoti Vedoato	Relações entre Surdez, Raça e Gênero no Processo de Escolarização de Alunos Surdos do Paraná	2015	Sul	Mestrado em Educação/ Universidade Estadual de Londrina
Francisco de Acací Viana Neto	Práticas de formação e inclusão de alunas surdas: narrativas de experiências de professores da escola municipal Jonas Gurgel-Caraúbas/RN	2015	Nordeste	Mestrado em Educação/ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
Bruno Ramos	O uso de transferências em narrativas produzidas em Língua Brasileira de Sinais	2017	Sul	Mestrado em Educação/ Universidade Federal de Santa Catarina
Márcia Beatriz Cerutti Muller	Surdez, gênero e sexualidade: qual o imaginário social em uma escola de ensino fundamental bilíngue para surdos da região metropolitana do RS?	2017	Sul	Doutorado em Educação/ Universidade La Sale
Halana Maia Pereira	Pesquisadoras surdas brasileiras: divulgação online para contribuição na pesquisa do novo milênio	2019	Sudeste	Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/ Universidade Federal Fluminense
Juliana de Oliveira Pokarski	Narrativas surdas de percursos acadêmicos	2020	Sul	Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Dados adaptados do Banco de dados de Dissertações e Teses da CAPES, (2018, 2021).

Furtado (2012) realiza um estudo sobre a dupla diferença abordando “Surdez e Negritude” considerando narrativas de pessoas negras surdas que evidenciam, principalmente em âmbito educacional escolar o estigma de estereótipos em suas representações marginalizadas. A autora enfatiza em seu estudo o mito da democracia racial, o conceito de eugenia, diferença e o conceito de “dupla diferença”.

A dissertação de Furtado (2012) objetivou investigar questões referentes à “dupla diferença”, tendo, como foco de análise, narrativas de surdos negros e os significados de ser “duplamente diferentes”¹⁰. Além disso, neste estudo a autora abordou questões relacionadas à deficiência, eugenia, diferença e “dupla diferença”, concepções de surdez, Cultura (s) Surda (s), estereótipos e as desigualdades sociais existentes entre brancos e negros no Brasil. As quais buscaram aporte teórico em autores como Amaral (2004, 1998), Lobo (2008), Skliar (2005), Gallo (2005), Rodrigues (2008) entre outros, pois desenvolvem pesquisas e análises de suma importância para a temática apresentada.

A fim de conhecer como os surdos negros se narram, Furtado (2012) recorreu às narrativas destes, obtidas através de entrevistas realizadas com surdos negros e da análise dos perfis dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, turma 2008, modalidade à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Perfis esses postados pelos alunos no Espaço Virtual de aprendizagem do Curso.

No que diz respeito a análise dos perfis, não foi possível encontrar nesse Espaço Virtual perfis em que os alunos se autodeclaram negros. Nesse local esses educandos identificam-se somente como surdos. Possivelmente há surdos negros, mas não é possível encontrá-los através do perfil. Visto que praticamente todos iniciam suas apresentações identificando-se como surdos, sem mencionar a questão da negritude.

As análises das narrativas apontam que a experiência da “dupla diferença” é concebida por cada sujeito de maneira distinta, para uns esta é encarada de forma positiva e para outros é carregada de atribuições preconceituosas, sendo possível constatar que há formas distintas de ser surdo negro.

O estudo de Buzar (2012) analisa o cotidiano de surdos (as) negros (as) no que diz respeito ao contexto educacional. O autor trabalha com a tese da intersecção, que basicamente, seria analisar as questões relacionadas com seu objeto de estudo para tentar compreender as múltiplas disparidades e desigualdades, categorizando fatores de tal forma que possibilitou

¹⁰ Furtado nomeia na pesquisa “duplamente diferentes” os “sujeitos que são constituídos por estes dois traços identitários, ser surdo negro” (FURTADO, 2012, p.9).

entender o objeto pensando categorias de classificação dos sujeitos surdos (as) negros (as) de forma relacional e articulada.

A vivência das pessoas surdas negras em sua pesquisa é marcada por vulnerabilidades específicas e por inacessibilidade linguística, trabalhista e socioemocional, como consequência da discriminação interseccional que culminou na segregação dos sujeitos surdos com suas especificidades na condição de ser negro, causando invisibilidade dos sujeitos nas comunidades surdas e negras e, também, por falta de políticas públicas no contexto escolar e social.

Nesse sentido, Buzar (2012) buscou evidenciar a invisibilidade dos (as) surdos (as) negros (as) nos movimentos sociais surdos e negros, assim como, nas políticas públicas e dentro deste contexto a vulnerabilidade e a discriminação interseccional vivenciada pelos sujeitos em situação de “dupla marginalização” que, entre preconceitos ditados pelo mundo dos ouvintes, sofrem por ter a “cor da pele diferentes de outros (as) surdos (as)”.

No caso dos surdos (as), percebe-se que sua trajetória é caracterizada pela imposição da cultura ouvinte e os negros por discriminação racial herdada da imposição da “cultura branca” escravocrata. Dessa forma Francisco Buzar possibilita-nos compreender as circunstâncias concretas da experiência de subordinação interseccional vivenciada por surdos (as) negros (as) em São Luís – MA, para que de fato possamos conhecer o lugar ocupado por surdos (as) negros (as) no ambiente escolar e social, já há uma invisibilidade tanto nos estudos acadêmicos, como em políticas públicas, para tanto, o autor inaugura uma interlocução entre raça e surdez.

Ao tratar-se de políticas públicas os surdos (as) são vistos como um grupo homogêneo, como se todos tivessem necessidades idênticas, sendo assim deixam de lado que os sujeitos vêm de comunidades e ambientes diversos e focam-se apenas para sua deficiência, ou seja, seus direitos aprisionam-se apenas no viés da pessoa com deficiência.

Silva (2012) realiza um estudo sobre a educação de surdos, com base nos processos de formação de professoras surdas, abordando as histórias de formação. Neste, a autora pretende compreender a constituição da identidade de professoras surdas e os aspectos de formação, buscando analisar a partir de suas narrativas, os processos formadores vivenciados ao longo de suas vidas que proporcionam a construção de uma identidade docente.

A pesquisa dialoga com os Estudos Culturais, bem como realiza uma inter-relação com o método (auto)biográfico e a formação, atrelado às narrativas de vida. A partir dos relatos das professoras sobre suas Histórias de vida, foi possível privilegiar algumas temáticas, tais como: oralização, a experiência visual como marcador cultural surdo, o letramento, a literatura infantil,

a literatura surda, entre outras questões que apareceram nas narrativas e ao serem analisadas, apontaram para uma possível constituição das identidades docentes com base nas experiências vividas. Além disso, foi possível constatar que na medida a qual se produz cultura, também se produz identidade, e as professoras participantes da pesquisa ao relatarem suas experiências de vida, enfatizaram essas questões e apontaram para um comprometimento com o fazer pedagógico que atendesse as necessidades de aprendizagem de seus alunos surdos, a partir dos pressupostos teóricos da Pedagogia surda.

Santos (2012) realiza estudos sobre as narrativas surdas e também experiências na comunidade e na cultura surda. Para tal, a autora inspira-se nas narrativas que focalizam os espaços das experiências de sujeitos surdos e os processos de constituição de suas identidades, de modo a problematizar como os surdos de uma comunidade específica vêm constituindo suas identidades através das experiências de vida na comunidade surda.

A pesquisa contou com a colaboração de cinco surdos, que através de encontros previamente agendados foram estimulados a narrar e compartilhar suas histórias de vida na comunidade surda. Com essas narrativas foi possível identificar histórias comuns, porém identidades singulares, cada uma formada a partir de vivências e percepções de maneira individual.

A autora pretende por meio da pesquisa desconstruir narrativas construídas historicamente que ligavam os surdos à deficiência, apresentando narrativas, através do olhar de um grupo específico sobre suas histórias de lutas e resistência, as quais ajudam a entender a constituição das identidades culturais.

Os estudos de Bregonci (2012) problematiza os caminhos trilhados pelos estudantes surdos jovens e adultos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes, que faz parte do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional que engloba a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja; procurando por meio das narrativas destes remontar os percursos e responder as questões levantadas na pesquisa.

A investigação buscou evidenciar os espaços de formação que os surdos têm ocupado na sociedade, bem como esse processo de formação tem sido importante para a inserção no mercado de trabalho.

Os resultados apontam que inserção no lócus da pesquisa possibilitou a autora o acesso as experiências vivenciadas, contribuíram para pensar sobre como, no futuro, garantir a outros estudantes condições de acesso e permanência não só no Ifes, mas nas escolas como um todo.

Além de possibilitar a formação desses sujeitos para o mercado de trabalho e para outros projetos profissionais.

Quevedo (2013) apresenta um estudo sobre a composição de ambientes virtuais de ensino inclusivos voltados para estudantes surdos e ouvintes, disponibilizando conteúdos similares em diferentes discursos narrativos. Que foram disponibilizados no ambiente viral de aprendizagem (WEBGD Acessível), no contexto do projeto Educação Inclusiva: Ambiente Web Acessível com Objetos do Projeto de Aprendizagem para Representação Gráfica, em seguida os diferentes discursos narrativos foram apresentados aos potenciais estudantes para verificação de sua visibilidade no ensino e aprendizagem. O processo de verificação foi desenvolvido por meio da prática de grupos focais compostos conjuntamente por usuários finais.

Cabe mencionar que a comunicação entre os integrantes dos grupos foi estabelecida de diferentes maneiras, justamente para atender as especificidades dos participantes, pois havia alguns participantes que dominavam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros não, ou os que dominavam a Língua Portuguesa e outros não.

A autora conclui que a mescla de experiência e teoria apresentada no interior da pesquisa, oferece um panorama social da surdez e trinta e cinco contribuições para o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem inclusivos e bilíngues, distribuídos em quatro categorias: conteúdo, navegação, design e ato pedagógico para o compartilhamento e construção de conhecimento.

Os estudos de Neves (2013) dialogam com os estudos sobre o bilinguismo bimodal, para buscar saber como se dá a aquisição de duas línguas de diferentes modalidades – oral/auditiva e viso/espacial. Deste modo, a pesquisa teve como objetivo entender a relação das crianças com a língua de sinais (LSB – Língua Brasileira de Sinais) e língua falada (PB – Português Brasileiro). Diante disso, surgiu o interesse do autor em estudar a competência narrativa de filhos de pais surdos, que estão, naturalmente, adquirindo a língua falada e sinalizada.

O autor salienta que as narrativas utilizadas na pesquisa fazem parte do banco do projeto “Desenvolvimento Bilíngue Bimodal Binacional: estudo interlinguístico entre crianças surdas com implantes cocleares e crianças ouvintes sinalizantes”. As produções das crianças utilizadas na pesquisa foram coletas pelos pesquisadores do projeto Bibibi e as narrativas foram transcritas através do software ELAN (Eudico Annotator Linguistic) por transcritores fluentes em Libras e PB.

Os resultados apontam que apesar das histórias elaboradas pelas crianças, pertencerem a diferentes línguas, a pesquisa mostrou que as crianças estão desenvolvendo a competência narrativa nas duas línguas – PB e Libras – sem que uma língua se sobressaia à outra.

Lima (2012) em sua pesquisa investiga como as professoras ouvintes atuantes nas escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro com crianças surdas incluídas, realizam práticas, saberes-fazer e experiências de modo a contribuir para um espaço privilegiado de (trans)formação de políticas públicas para a educação.

A pesquisa se debruça sobre as narrativas docentes e elege a conversa como elemento metodológico. A opção por esta técnica metodológica, deu-se, pelo fato, desta legitimar e tornar visíveis as vozes das professoras que, ao narrar, assumem postura reflexiva e (re)vivem experiências e histórias de seus fazeres e saberes com sujeitos surdos. A autora finaliza o texto enfatizando que o diálogo com as professoras da pesquisa tornou possível compreender diferentes sentidos e leituras do contexto da educação inclusiva, bem como (re)pensar situações escolares e práticas pedagógicas produzidas e criadas na educação de surdos.

Vedoato (2015) teve por objetivo analisar as relações entre surdez e as condições de raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos no Estado do Paraná. Vedoato (2015) analisou os dados demográficos nacional e estadual e os microdados do Censo de Educação Básica de 2013. Esta pesquisa investigou as relações entre surdez, raça, gênero no que se refere ao acesso à educação básica; ao tipo de escolarização; às etapas de ensino e ao acesso ao atendimento educacional especializado.

A partir de seus estudos, Vedoato (2015) percebe que a surdez, mesmo sendo uma marca permanente, não constitui o sujeito surdo, outras marcas podem direcionar as condições de vida e de escolarização.

A autora começa apresentando as marcas sociais, enfatizando a desvantagem social na qual o sujeito surdo está inserido. Em seguida, discute a condição de gênero, apresentando análises da desvantagem social da mulher nos processos de escolarização. A partir, desta discussão é feita uma análise referente a condição de raça, principalmente as relações entre branco e negro/pardo, enfatizando os processos de discriminação racial a que negros e pardos estão submetidos na sociedade.

Esta parte da concepção de que a surdez é considerada uma lesão orgânica e que gera limitação. Os surdos são um grupo minoritário, mas existem marcas e características que os diferenciam como sujeitos, tais como: a história de vida; os processos sociais nos quais estão inseridos; características individuais; gênero; raça; faixa etária; classe social entre outras.

A autora conclui que as pessoas surdas, em idade escolar, não têm seu direito a escola garantido. Mesmo que os índices de matrículas tenham aumentado, ainda não contempla toda a demanda. Essa condição se agrava quando a surdez é associada as condições de gênero e raça. Nos índices analisados verificou-se que as mulheres negras e surdas têm as condições precárias de acesso à escola. Nos índices em que a surdez é investigada isoladamente, se destaca a condição menos precária de acesso à escola em relação a outras deficiências, em comparação com os dados de gênero e raça mostram outra condição: a mulher, negra e surda está em maior desvantagem na escolarização que homens brancos com outras deficiências.

Vedoato (2015) garante que em relação a distribuição das matrículas pelas modalidades de ensino, os alunos homens, brancos e surdos estão em vantagem em relação as demais condições relacionadas a surdez. Os homens são maioria no ensino regular, substitutivo e EJA.

No atendimento educacional especializado aos alunos surdos concluiu-se que, o índice de homens brancos é predominante, enquanto as mulheres negras são as mais prejudicadas. A autora destaca ainda, o baixo índice de alunos que recebem o AEE e a grande possibilidade de que boa parte dos que não recebem estejam na escola regular sem nenhum tipo de acompanhamento especializado.

Vedoato (2015) enfatiza que estes dados mostram as contradições no discurso da comunidade surda, identidade surda e cultura surda, que procura unificar a surdez e a língua na tentativa de definir uma realidade social, sendo vista como um grupo social, gênero e raça associadas a surdez influenciam o processo de escolarização dos alunos surdos, ou seja, essas marcas sociais constituem os sujeitos.

A proposição investigativa de Neto (2015) realiza um estudo das narrativas de experiências dos desafios e dificuldades enfrentadas pelas professoras da escola da rede pública de ensino no município de Caraúbas/RN, diante de alunas surdas inseridas em sua sala de aula regular.

O autor analisa as práticas de formação de professores de alunas surdas da Escola Municipal Jonas Gurgel, com foco no processo de inclusão. Além de se atentar as narrativas de momentos de seu percurso de vida e formação, com vistas à aproximação do seu “eu” com lugares de pertença e de pesquisa; conhecer as discussões teóricas sobre a formação de professores, educação especial e inclusão de surdos no texto local, a fim de entender como aconteceu esse processo; identificar as práticas de formação docente com alunas surdas, a partir

das narrativas de duas professoras, para assim perceber as situações de ensino na perspectiva de inclusiva.

Ramos (2017) em sua pesquisa analisa o uso de transferências em narrativas produzidas por surdos em Língua de Brasileira de Sinais (Libras). O autor objetivou verificar o emprego de três tipos de transferência propostos por Cuxac (1996, 2010) e Cuxac & Sallandre (2007) em narrativas na língua de sinais, a qual buscou-se analisar o andamento destas por meio de dados que abrangessem: a Transferência de Tamanho e Forma (TF), Transferência de Situação (TS) e Transferência de Pessoa (TP).

Para buscar analisar as ocorrências desse tipo de representação, bem como demonstrar como elas se comportam e se relacionam entre si, o autor selecionou duas histórias produzidas por narradores surdos nativos. As histórias foram analisadas por meio de recursos utilizados pelo programa ELAN para um maior detalhamento e, posteriormente, foi realizada uma quantificação das transferências identificadas em número de ocorrência e tempo de duração o que, por sua vez, gerou um comparativo entre os resultados.

O autor conclui o texto apontando que o emprego dos três tipos de transferência nas duas narrativas produzidas em Libras, possibilitou-lhe visualizar que os tipos de transferências citados anteriormente estavam presentes mais em uma narrativa e menos em outra e vice-versa. A sobreposição de transferências foi observada nas análises, bem como descrita por Cuxac (2010), porém em grau muito mais elevado. Também foi observado que o número de ocorrências das transferências não está diretamente relacionado ao tempo de duração das mesmas nas histórias narradas. Além desses resultados, foram identificadas também ocorrências de representações de sons imaginados que, nas narrativas, eram apresentadas pelos narradores por meio de seus aspectos vibracionais. A partir dessas ocorrências de representações de sons imaginados e aspectos vibracionais, sugeriu-se nesse estudo um quarto tipo de transferência possível nas narrativas produzidas em Libras por surdos que sinalizavam.

Muller (2017) realiza estudos sobre o Imaginário na Educação de Surdos em relação à surdez, gênero e sexualidade. Para tal, a autora recorreu ao imaginário social das/os docentes, em uma Escola Bilíngue, e suas concepções em relação à surdez e as pessoas surdas, à gênero e à sexualidade e o reflexo nas práticas pedagógicas, bem como verificar como as/os docentes surdas/os percebem em relação às temáticas. A autora utiliza entrevistas reflexivas e observações para a coleta de informações e análise através da *grounded- theory* e a análise de questionários estruturados através do *software SPSS 24.0*.

A partir da análise dos dados constatou-se que os participantes da pesquisa concordam com a importância da Língua de Sinais, no entanto, afirmam usá-la muito pouco nas interações familiares, e salientam que a escola, uma vez ou outra, realiza discussões sobre gênero e sexualidade, mas em relação aos temas sexualidade, gênero e diversidade há um silenciamento, isso se deve à falta de formação acadêmica e o imaginário cultural historicamente construído.

A autora conclui sua pesquisa enfatizando que para pensar em uma escola bilíngue para surdos, deve-se organizar políticas públicas que deem conta das especialidades das pessoas surdas, ressaltando a importância de, ao pensar o processo educativo, é essencial organizá-la a partir da condição bilíngue de tais pessoas.

Pereira (2019) em sua pesquisa analisa a presença das mulheres na pós-graduação. O autor argumenta que apesar da presença cada vez mais expressiva das mulheres na pós-graduação, ainda existe um preconceito velado e um viés implícito com relação a participação científica feminina. No contexto da pós-graduação, esse preconceito fica mais invisível quando a pesquisadora é surda, acumula dois tipos de preconceito: o gênero e a surdez, além disso se comunica exclusivamente pela Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Diante do não reconhecimento da contribuição da comunidade surda feminina na pesquisa. Desse modo, o estudo objetivou a criação de um site sobre mulheres surdas pesquisadoras nas Ciências para divulgar e valorizar a contribuição deste público para a pesquisa nacional e internacional.

Já que os produtos online têm se tornado um dos principais meios de divulgação da grande maioria das pesquisas no país. Para tal, a autora recorreu a plataforma wix para a construção do site “Mulheres Surdas nas Ciências” incluindo informações sobre as pesquisadoras, que compreendem desde a região do Brasil em que realizaram a pós-graduação e sua área de pesquisa. Os resultados da pesquisa revelam que a grande maioria das pesquisadoras foram formadas na Região Sul, na área de educação associada a pedagogia e/ou a linguística.

Pokarski (2020) ancora, sua pesquisa, nos Estudos Culturais em Educação e nos Estudos Surdos. A autora objetiva investigar as narrativas de surdos da pós-graduação, registradas nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação (PPG) brasileiros, nos períodos correspondentes aos anos de 1998 a 2018, bem como procura investigar as temáticas, os conceitos e as linhas de pesquisas em teses e dissertações produzidas por surdos, além de investigar as narrativas de si presentes nas produções acadêmicas e discutir

as representações do espaço acadêmico, das línguas que circulam nesse espaço e dos professores que nele atuam.

As análises levantadas pela autora evidenciam a presença de investigações produzidas nas áreas de Educação, Linguística e Estudos da Tradução, em Programa de Pós-Graduação que possuem políticas de ações afirmativas direcionadas aos sujeitos surdos.

Neste estudo a autora se atentou em analisar as narrativas da infância e narrativas acadêmicas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Nas narrativas da infância, procura dar ênfase nas relações familiares e experiências escolares, salientando o valor da língua de sinais como aquela que sustenta a produção das identidades. E em relação as narrativas referentes às vivências da Pós-Graduação, destaca-se o papel dos/as orientadores/as e tradutores/as como aqueles/as que possibilitam a produção de um texto acadêmico produzido a muitas mãos, com referência ao caráter bilíngue da escrita. A autora conclui que a presença surda na academia, ocorre com uma presença política, visto que realça a diferença surda e, a partir dela, procura reconstruir o espaço acadêmico.

Observa-se que das 14 produções aqui mencionadas, nenhuma versa sobre a trajetória militante da mulher negra surda, sendo necessário pesquisar a narrativa desta sobre o ser e estar sendo negra, para tentarmos entender como esta mulher se vê nesse espaço de destaque que o movimento surdo lhe possibilita.

Assim, ratifico a relevância deste estudo por contribuir para a apreensão do conhecimento que está sendo produzido sobre a temática em questão, pois alguns aspectos levantados pelos autores das dissertações e teses foram encontrados dentro desta investigação, e quando encontramos esses dados já tínhamos uma leitura aprofundada. Deste modo, o estado do conhecimento foi adicionado neste estudo porque foi ele que direcionou a escrita da dissertação, possibilitando o conhecimento sobre o que já se tem de produção acerca da temática. Além disso, o mesmo tem relação direta com o trabalho, uma vez que aborda temas sobre gênero, raça, surdez, identidade, militância, narrativas surdas, educação de surdos, dentre outras que possibilitaram tecer análises sobre as narrativas surdas de maneira direcionada pra esferas específicas.

2.2 MERGULHANDO NA HISTÓRIA ORAL: REVISITANDO A MEMÓRIA NÃO CONTADA

“[...] uma boa história dentro da entrevista
é aquela que é citável,

não significa dizer que ela é útil para ilustrar uma tese,
e sim que ela é essencial”
Verena Alberti

No processo de feitura deste estudo, a História Oral foi eleita como método por caracterizar-se enquanto uma das modalidades mais adequadas para fazer-se ouvir os sujeitos, ora silenciados, arbitrariamente, nas análises de suas vidas, de suas condições e realidades, dando visibilidade às expressões relatadas por sujeitos protagonistas, que cotidianamente reinventam e ressignificam as lógicas de sociabilidade nos espaços onde estão inseridos. No caso em questão, o estudo visa compreender a experiência de vida e os saberes construídos no processo de militância a partir da narrativa de Beatriz uma jovem negra surda (forma pela qual ela se representa), bem como o fato de como esta reconhece a cultura e identidade negra, apresentando como é ser e estar sendo negra.

Segundo Alberti (1989), a História Oral pode ser entendida como um método de pesquisa que se propõe privilegiar a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, “ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 1989, p.52).

A História Oral nesse véis, segundo Meihy (1996) tem possibilitado a aproximação de pessoas e instituições preocupadas com dois aspectos importantes da vida contemporânea:

1. o registro, arquivo e análise de documentos colhida por meio do recolhimento, edição de depoimentos e testemunhos feitos com recursos da moderna tecnologia;
2. a inclusão de história e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, por diversos motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não-oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea (MEIHY, 1996, p.9).

Por sua vez, Meihy e Holanda (2011) corroboram dizendo que a História Oral se constitui enquanto um processo que nos possibilita registrar as experiências e organizá-las em projetos de modo a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social. Os autores ainda acrescentam que “o principal fundamento da história oral se constitui em uma dimensão social que abarca a memória coletiva e a identidade social” (MEIHY; HOLANDA, 2011, p.131). Nesse sentido, a História Oral desempenha uma importante função social, posto que:

[...] desde o início é preocupação da história oral com o compromisso social, marcado pela “voz dos excluídos”, revelação de aspetos desconhecidos, ocultos e desviados, não expressos nos documentos oficiais e escritos e sobretudo, a denúncia de sofrimento externo de grupos maltratados por situações variadas.

Todos os itens indicados não ocultam a intenção de gerar atitudes políticas instruídas através da experiência das pessoas que viveram processos repressivos ou exclusão social [...] (MEIHY; HOLANDA, 2011, p.78).

E a mulher negra surda, com sua história de vida marcada por estereótipos, ocupa um lugar de destaque nessa marginalização de temáticas. É importante ressaltar que a História Oral não quer uma história totalizante a partir dos depoimentos, tão pouco provar uma verdade absoluta (THOMPSON, 1997).

Assim, podemos inferir que as pesquisas realizadas a partir da perspectiva da História Oral vêm prestando um grande serviço no sentido de dar espaço as narrativas dos sujeitos historicamente subalternizados, excluídos e esquecidos, de modo a dar visibilidade e sentido social as experiências vividas por esses sujeitos.

É importante mencionar que a pesquisa também fez uso da História Oral de vida que, de acordo com Lang (1996, p.34) se detém ao relato de vida de sujeitos que narram sua existência através do tempo. Onde os acontecimentos vivenciados são relatados, experiências e valores transmitidos, a par dos fatos da vida pessoal. Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. E por obedecer segundo Meihy (1996, p.55) “um procedimento conhecido por entrevistas livres, isto é, sem questionário ou perguntas diretamente indutivas”. Em que as gravações das entrevistas devem “obedecer à captação do sentido da experiência vivencial de alguém. [...] A individualização é fundamental, sendo que cada pessoa deve ser tratada como um caso específico. [...] As informações sobre detalhes ou parcela da vida do depoente têm relativa importância” (MEIHY, 1996, p.55).

Além disso, a opção pelo método da História Oral de vida se destaca na pesquisa, pelo fato desta, de acordo com Reis (2012), proporcionar “o encontro entre o indivíduo e o social, entre o presente e o passado, quando a vida individual e coletiva é analisada conjuntamente para construção do presente” (REIS, 2012, p.66). E por perceber que, o olhar que tecemos hoje, sobre determinados acontecimentos na nossa vida, pode ser diferente do ontem e do que vamos projetar amanhã; ainda segundo Reis (2012, p.66) isso “depende da construção, do que somos, do que encontramos no caminho, da identidade que construímos, dos grupos que formamos, além das fantasias, das idealizações e das seletividades que são próprias das memórias que se apresentam nas narrativas”. Posto que, de acordo com Thomson (1997) “o processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”. (THOMPSON, 1997, p.57)

Nesse processo, os historiadores que empregam a História Oral para a construção de fontes precisam apreender que: “[...] A arte essencial para o historiador oral é a arte de ouvir” (PORTELLI, 1997, p.22), ou seja, o que interessa na pesquisa oral é ouvir o(a) narrador(a) tratar de sua trajetória de vida, experiência e visão do passado por meio de uma escuta sensível. “Não cabe, em entrevista de História Oral, induzir o depoente a ancorar com nossas próprias ideias sobre o assunto” (ALBERTI, 2004a, p.120). Visto que para Thompson (1992), “o historiador oral tem que ser um bom ouvinte, e o informante um auxiliar ativo. [...] é uma história construída em torno de pessoas” (THOMPSON, 1992, p.43). Alberti (2004b) salienta que devemos levar sempre em conta:

Quando o entrevistador nos deixa antever determinadas representações características de sua geração, elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive as entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber “ouvir contar”: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos (ALBERTI, 2004b, p.10).

Além disso, como recomenda Portelli (1997), o historiador oral tem a responsabilidade não só de obedecer às normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações – correspondem estas ou não a seus desejos e expectativas. Como somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la, cabe-nos, por outro lado situar a ética profissional e técnica no contexto de responsabilidades mais amplas, tanto individuais e civis como políticas (PORTELLI, 1997, p.13). Nesse sentido, Amado (1997) que também trabalha com a metodologia da História Oral a partir de um viés ético, afirma:

[...] conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos [...], mas trará consequências imediatas para a existência dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais [...] (AMADO, 1997, p.146).

Assim, cabe ao(a) pesquisador(a) se prover de responsabilidade e respeito para com o trabalho que deve se estender desde o processo metodológico e técnico, a coleta de dados, até a divulgação dos dados. Momento que exige, segundo Amado (1997), a fidelidade do(a) pesquisador(a) às palavras e sentidos da entrevista, não citando trechos onde apenas uma parte das opiniões é revelada, não lhe afetando o sentido global; explicando para os informantes, os objetivos do trabalho e os possíveis usos que fará da entrevista; respeitando as solicitações dos entrevistados, resguardando a identidade (através de pseudônimo e/ou ocultamento de

informações que possam levar à identificação do informante); a necessidade de diferenciar a fala de cada um dos entrevistados, evitando diluí-los em um conjunto homogêneo, indiferenciado internamente; a necessidade de diferenciar claramente a voz do historiador das dos entrevistados. (AMADO, 1997).

Em sentido similar, o que interessa ao presente estudo, é a forma como Beatriz narra sua trajetória de vida, a partir das experiências vivenciadas no seio familiar e escolar, na atuação em sua comunidade e na participação nos grupos religiosos e na comunidade surda. Considerando às narrativas e os sentidos/significados que esta dá ao fato de ser mulher negra surda e como constitui sua identidade e ressignifica-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez.

Vale ressaltar que como a colaboradora da pesquisa está imersa também na cultura surda, utiliza a língua de sinais para se comunicar com seus pares e vivenciar experiências visuais, na qual as narrativas orais ou escritas não trazem muito sentido para a dia a dia da mesma, assim a pesquisa se deteve as narrativas sinalizadas, aquelas produzidas em língua de sinais.

Com este entendimento, através da história de vida pretendemos ir em busca da subjetividade atenta do que foi vivido e percebido pela Beatriz na sua relação com a militância, muitas vezes constituídas pela cor da pele, pelo cabelo crespo/cacheado, pelos preconceitos e discriminações sofridos, ou por tantos outros aspectos que identificam esta mulher na sociedade. Posto que, de acordo com Thomson (1997) “o processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser” (THOMSON, 1997, p.57).

Assim, este estudo ao abordar a trajetória da mulher negra surda em processo de militância, de acordo com Silva (2007), “tende a dar mais relevância aos momentos específicos das trajetórias dos sujeitos, adequados aos seus propósitos e ao recorte temporal - a conjuntura presente -, embora possa retomar elementos históricos para compreender esse mesmo presente” (SILVA, 2007, p.26).

Para tal, fez-se necessário a realização de entrevistas que abordassem as composições das narrativas da mulher negra surda militante da comunidade surda do município de Igarapé-Miri/PA, visto que, conforme afirma Thompson (1992), é pela entrevista que os sujeitos da pesquisa contam suas experiências, pela oralidade e pelo resgate da memória. Buscando captar a experiência vivida por esta através de sua memória individual “por permitir o conhecimento

do fenômeno social mais amplo por onde se firma a memória coletiva” (MEIHY, 2005, p. 64).

Sobre isto, o referido autor destaca:

Mais do que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade. A memória coletiva é reconhecida no cruzamento de temas comuns – identidade – das narrativas individuais (MEIHY, 2005, p. 64).

Assim, entende-se que as pessoas existem justamente pelo fato de a memória coletiva ser construída a partir das relações sociais estabelecidas entre determinados grupos de pessoas. Bosi (2003) acrescenta que a memória coletiva é difundida e alimentada na convivência com os outros, produzida pelos discursos e pelas representações que propõem uma identidade ao grupo. Para essa autora a memória individual é também social, familiar e grupal, por meio das narrativas, podemos reconstruir outros tempos, uma cidade, desejos e esperanças.

Nesse sentido, a memória ganha um sentido fundamental na construção desse estudo, pois segundo Pêcheux (2010), todas as fontes estão carregadas de memória, seja ela escrita, imagética ou oral. Para este autor, o papel da memória é aproximar as questões que por muito tempo eram consideradas diferentes, distantes que são justamente os textos, as imagens, os discursos. A memória também precisa ser entendida na sua coletividade, pensar os diferentes sujeitos que constituem o fato histórico que está mesmo na memória de quem viveu (PÊCHEUX, 2010).

A memória poderia ser considerada como uma esfera plena, cujo o conteúdo seria homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos e regularizações. Um espaço de deslocamento, réplicas polêmicas e contra discurso (PÊCHEUX, 2010, p.56).

Portanto, a memória nesta pesquisa configura-se enquanto um elemento indispensável para compreender e analisar a cultura negra surda, visto que é por meio dela que as práticas e saberes se fazem presentes dentro da comunidade surda, e é pela memória que as interpretações dos fatos cotidianos desta comunidade se constituem em conhecimento, além de possibilitar as análises das lembranças de Beatriz e da inserção na militância e dos processos formativos construídos no decorrer do processo de militância, que foram fundamentais para se pensar a mulher negra surda militante como sujeito completo e formador de saberes e construtor de cultura, mostrando como essa mulher foi e está sendo protagonista social dentro da comunidade surda estudada nesta dissertação.

Para Thompson (1999), a memória ou o uso dela traz com mais eficácia a forma de se repassar acontecimentos, dados em um determinado contexto histórico e presenciado por uma

geração ou um grupo de pessoas. Beatriz que viveu grande parte de sua vida em um ambiente majoritariamente ouvinte e que hoje desfruta de espaços sociais e políticos onde milita, dispõe de memórias que afloram a partir de seus relatos que, sem dúvidas, trazem contribuições significativas para o desenrolar desta pesquisa.

Partindo desses pressupostos, busca-se analisar os saberes construídos no processo de militância da mulher negra surda por meio das várias metodologias que abrangem a realidade desta mulher e que, assim como muitos outros sujeitos marginalizados, foi deixada de lado na historiografia oficial.

Segundo Dias (1995), a historiografia nas últimas décadas, tem possibilitado uma história social das mulheres, pois vem direcionando seu olhar para a memória de grupos marginalizados do poder. Novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos arábcos e abrem espaço para uma história microssocial do cotidiano: a percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, a relatividade das dimensões da história linear, de noções como progresso e evolução, dos limites de conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riqueza, do poder e a história política institucional (DIAS, 1995).

Por sua vez Fenelon (1997), corrobora dizendo que a História Social, além de buscar temas denominados de “malditos”, também, ampliaram os números de fontes, indispensáveis para a análise da cultura. Para entender os objetos de análise é necessário desconfiar, as formas de expressão simbólica e atentar que a cultura é um termo emaranhado. Portanto, a ampliação de fonte ajuda a desenvolver a cultura de um povo.

Se levarmos em conta além de outros tipos de fontes textuais, diferentes suportes documentais como a fotografia, o cinema, o vídeo, a pintura, as artes plásticas, o desenho, a charge, colocando cada um deles dificuldades e soluções específicas e provocando, para os historiadores, uma infinidade de questões que quase sempre só podem ser desenvolvidas a partir do contexto da investigação (FENELON, 1993, p.77).

Nesse sentido, para compreender uma determinada cultura e sociedade é preciso ter um olhar político em relação as fontes, levando a compreender que a cultura negra/cultura surda não é algo estagnado, parado no passado, mas a cultura é dinâmica, por estar inserida em um espaço e em um tempo, entretanto, o tempo e os espaços mudam e a cultura é um conceito que se forma historicamente, ou seja, ela passa por mudanças e ressignificações (FENELON, 1997), logo, pode-se ver a cultura através de vários focos e pensar a cultura presente como produto que surgiu lá no passado.

Nesse estudo, segue-se a ideia de cultura trabalhada por Santos (2006), que define cultura como uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Cultura é uma construção histórica. Nessa perspectiva, pode-se dizer que cultura é uma construção eminentemente humana e está presente na vida de qualquer sujeito. Nesse sentido, a comunidade surda de Igarapé-Miri-PA insere-se nesse contexto como produtora de uma cultura particular, vivenciada cotidianamente pela Beatriz, que historicamente vem buscando forças para resistir a toda e qualquer forma de opressão.

Segundo afirma Sarlo (1997), pelo olhar político, pode-se pensar a cultura como campo de diferenças que constitui os sujeitos e assim deve ser analisada pensando na sua pluralidade (SARLO, 1997).

A finalidade deste trabalho é, portanto, reconstruir a história de vida de Beatriz, uma jovem negra, surda, militante (forma pela qual ela se representa), de maneira a produzir elementos que valorizem seus saberes e suas histórias. Pois, como afirma Maluf (1995), “[...] é preciso reconstruir aquelas vidas através de um novo conceito para tirar do silêncio o trabalho feminino” (MALUF, 1995, p. 21).

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Adentrando nas vertentes metodológicas, este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, por entendermos que esta responde melhor aos objetivos e a problemática apresentada neste estudo, considerando os significados contidos na atuação/participação expressiva na militância, na comunidade surda, nos cultos religiosos realizados na igreja evangélica, buscando compreender nessas participações de Beatriz, a inserção, relações, valores, atitudes, ou seja, todo o conjunto de fenômenos gerado socialmente por esta jovem, para analisar e interpretar a sociedade na qual está inserida.

Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.11). De acordo com Godoy (1995), a interpretação e a compreensão sobre um fenômeno se dão mais satisfatoriamente a partir do contexto em que ocorre, assim, “o pesquisador vai a campo buscando captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerado todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995, p.21).

Por sua vez, Chizzotti (2009, p.79) afirma que a abordagem qualitativa “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Desse modo, a referida abordagem atende a intencionalidade do presente estudo, pois de acordo com Chizzotti (2009):

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as ações individuais. Isso não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade. (CHIZZOTTI, 2009, p.83)

Nesse sentido, essa abordagem está em consonância com a intenção de analisar os modos de vida e as identidades no cenário da pesquisa, bem como os simbolismos imbricados nas relações sociais estabelecidas no ambiente familiar, escolar e no processo de militância de Beatriz, de modo a entender de que forma essas relações refletem na questão identitária dessa jovem. No entanto, faz-se necessário tecer alguns questionamentos em torno da questão proposta e realizar uma série de análises nas fontes e a metodologia a ser utilizada.

Da Matta (1978), leva a refletir, sobre o objeto do presente trabalho, principalmente, nesse contato com o “outro”, o “exótico”, o “diferente”, da pesquisadora por meio da pesquisa de campo. Para esse autor, todo trabalho de pesquisa deve partir da ideia de transformação do “exótico em familiar e do familiar em exótico”, ou seja, no primeiro momento é preciso haver um estranhamento, pois, a realidade do sujeito da pesquisa se estabelece de outra forma que não é familiarizada. Amorim (2011), corrobora dizendo que o estranho sendo a condição de princípio de todo o procedimento,

eles advertem que, muitas vezes, é necessário construí-lo. A imersão num determinado cotidiano pode nos cegar justamente por causa de sua familiaridade. Para que alguma coisa possa se tornar objeto de pesquisa, é preciso torná-la estranha de início para poder retraduzi-lo no final: do familiar ao estranho e vice-versa, sucessivamente. [...] Tomamos como ponto de partida para nosso trabalho a seguinte proposição: a estranheza do objeto afirmando enquanto a própria condição de possibilidade desse objeto assim atribuímos a alteridade uma dimensão de estranheza porque não se trata do simples reconhecimento de uma diferença, mas de um verdadeiro distanciamento: perplexidade, interrogação, em suma, suspensão da evidencia (AMORIM, 2011, p.26).

Visto que com esse estranhamento, o trabalho pode ultrapassar os limites daquilo que está se propondo a estudar, abrindo mais possibilidades de estudo. Além de permitir o reconhecimento das particularidades da colaboradora, por meio de relações de amizade estabelecidas no decorrer da pesquisa de campo, é preciso entender que como a colaboradora é um sujeito a ser analisado, faz-se necessário manter um distanciamento em relação a pesquisadora.

A pesquisa assume ainda um enfoque etnográfico pós-moderno, pois busca refletir sobre a história de vida de uma jovem negra compartilhada e produzida na comunidade surda do município de Igarapé-Miri/PA. O estudo a partir dessa perspectiva permitiu-nos a realização de uma “etnografia do saber-fazer cotidiano, considerado as formas de sociabilidade e socialização dos surdos, podem ser reconhecidas como espaços reveladores e legítimos de marcadores sociais e simbólicos que constituem a pessoa surda numa sociedade majoritariamente ouvinte” (MOURA, 2020, p.181).

Nesse sentido, optou-se por realizar uma reflexão sobre a percepção desta jovem negra sobre si mesma, como sujeita da cultura e identidade negra surda. Visto que segundo Moura (2020, p.182), “a reflexão sobre si mesmo produz a construção de um movimento de alteridade que permite o próprio sujeito revelar sua cultura e identidade por meio de construções que representam suas próprias experiências simbólicas”.

Além disso, buscou-se fundamento nos pressupostos das pesquisas pós-crítica, que, segundo Paraíso (2014), nos dão subsídios para construirmos os próprios caminhos sustentados em pressupostos teóricos. A partir dessa abordagem foi possível criarmos “os pressupostos metodológicos quanto as escolhas e premissas que permitiram produzirmos os dados e analisarmos os resultados com base na etnografia pós-moderna” (MOURA, 2020, p.183), da história de vida de Beatriz, tornando-se fonte de conhecimento.

Paraíso (2014) salienta que a pesquisa na perspectiva pós-crítica pode orientar o nosso modo de navegar e pesquisar, cuja tarefa principal consiste em investigar e ressignificar as questões até então propostas. Nesse sentido, em momento algum desprezamos o que já foi produzido com outras teorias, mas adaptamos criativamente essas teorias para estabelecer um lócus político e interdisciplinar em nossas pesquisas (MOURA, 2020).

E no da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2003), para quem as representações sociais são entendidas como o conjunto de explicações, pensamentos e ideias elaboradas pelos indivíduos em um determinado grupo social. Além disso, elas se configuram como sistemas de valores, ideias e práticas, que são estabelecidas nos depoimentos firmados no

processo de comunicação. As Representações Sociais (RS) “têm como seu objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordens e percepções, que reproduzem o mundo de forma significativa” (MOSCOVICI, 2003, p.46).

Os estudos das Representações Sociais (RS) problematizam as relações sociais educativas, a dialogicidade e o senso comum com metodologias e análises múltiplas que perpassam a noção de que o senso comum do cotidiano seria apenas um evento de reprodução acrítico. Moscovici percebe este como um processo pelo qual os seres humanos dialogam entre si, se conhecem, interagem saberes por meio de análises críticas partilháveis (LOBATO, 2019).

O papel das Representações Sociais (RS) é transformar algo “não familiar”, ou a própria familiaridade, em familiar, para que o sujeito possa ser inserido em um quadro de referências, o qual será examinado e utilizado, se relevante, ou descartado se desnecessário. Como ensina Moscovici (2003):

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes (MOSCOVICI, 2003, p.62).

Esse processo de classificação de algum objeto ou informação, segundo o autor, perpassam inicialmente pelos processos de *Ancoragem*, e posteriormente, *Objetivação*. Enquanto que a ancoragem propõe-se contemplar a passividade interpretativa do fenômeno, a objetivação busca lidar “com as exterioridades intersubjetivas que, partilháveis, se introduzam com noções outras e ganham significâncias comuns e singulares no conjunto social” (LOBATO, 2019, p.55).

Segundo Moscovici (2003) a objetivação é responsável por tornar o que era abstrato em algo mais tangível, isto é mais concreto, de modo a permitir a associação de elos cognitivos a ações a serem praticadas no mundo físico.

É a partir do entendimento de “ancoragem – reconhecimento”, e “objetivação - aplicabilidade” que as representações sociais de Beatriz são abordadas posto que as imagens e os sentidos dela sobre si, sua negritude e surdez serão o cerne das discussões e análises dos desenhos apresentados na pesquisa.

Deste modo, as imagens e sentidos das representações intersubjetivas de Beatriz sobre si serão evidenciadas, com base nas formas pelas quais Beatriz se representa, constitui sua identidade e ressignifica-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez.

É importante mencionar que em virtude da pandemia do Novo Coronavírus, em que o distanciamento social passa a ser considerado uma das medidas propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como meio para conter a disseminação da Covid-19, houve mudanças significativas na forma de vida pessoal e profissional das pessoas, que se viram obrigadas a mudarem radicalmente suas rotinas e a forma de se relacionar com o outro nesse momento atípico; recorrendo ao uso de novas formas de comunicação interpessoal, principalmente aquela em que as conversas são mediadas por meio de recursos tecnológicos que necessitam muitas vezes de acesso à internet para manter a interação entre as pessoas nos ambientes virtuais, onde o diálogo ocorre de maneira instantânea e não há necessidade de estabelecer contato físico, ou seja, os sujeitos não necessitam estar próximos uns dos outros para manter um diálogo e sim estarem em lugares distintos. Diante disso, a pesquisadora optou por não ir a campo nesse primeiro momento realizar a observação *in loco* e as entrevistas de forma presencial, e sim realizá-las por meio de ambientes virtuais, de modo a seguir o recomendado pela OMS.

Assim, a aproximação interativa junto à comunidade surda foi possível a partir de contatos realizados por meio de chamadas de vídeos estabelecidas pelos aplicativos *WhatsApp*, *Instagram*, *You Tube* e *Google Meet*, em momentos distintos, onde observou-se a colaboradora da pesquisa interagindo com seus pares, nos eventos acadêmicos, religiosos e nos calorosos e amigáveis encontros proporcionados pela comunidade surda que se davam sempre de maneira virtual. De acordo com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONSEP), considera-se meio virtual aquele que necessita de acesso à internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.), bem como telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamada, etc.), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios (CONSEP, 2021).

É sabido que o *WhatsApp* e os outros aplicativos mencionados acima não são uma técnica muito utilizada nas pesquisas científicas. No entanto, a pesquisadora optou por usar essa estratégia metodológica não somente pela facilidade de acesso, mas pelo domínio que a entrevistada surda possui com esses aplicativos. Já que ela utiliza esses recursos no seu dia a dia para se comunicar por chamadas de vídeos com seus pares, familiares e amigos em Libras e para participar de suas aulas, eventos acadêmicos e cultos religiosos, que devido a pandemia estão se dando de maneira *on-line*, tornando-se um importante meio de comunicação na vida da entrevistada, principalmente nesse momento que a mesma encontra-se em tratamento contra a tuberculose devendo evitar aglomerações, optando por ambientes bem arejados, mantendo

o máximo cuidado na hora de estabelecer contato físico com as pessoas que estão fora do seu círculo de convivência, por fazer parte do grupo de risco para a Covid-19.

E como forma de resguardar a saúde da colaboradora da pesquisa que inspira cuidados, bem como da intérprete de Libras e da pesquisadora que teria que se deslocar de um município para outro para realizar as entrevistas, optou-se em realizar a coleta de dados da pesquisa por meio de encontros virtuais. Encontros estes que oportunizaram a participação e observação de parte da rotina da colaboradora com seus pares surdos, suas participações em eventos acadêmicos, religiosos e movimentos sociais os quais permitiram visualizar momentos de partilha de experiências e saberes essenciais para a reafirmação dos laços identitários.

É ilustrado a seguir imagens da colaboradora da pesquisa interagindo de maneira *on-line* com seus pares por meio dos encontros calorosos proporcionados semanalmente, os quais abarcaram as reuniões estabelecidas entre os surdos para reforçar os vínculos afetivos e partilhar saberes e experiências adquiridos na militância. Partilhas estas que contribuem de maneira significativa para o fortalecimento do movimento surdo, que passa a se articular cada vez mais com o intuito de fortalecer não só os laços identitários, mas a luta pelo direito a acessibilidade, dentre outras pautas que afetam direta e indiretamente a comunidade surda.

IMAGEM 01 – ENCONTRO DOS SURDOS



Fonte: Acervo da pesquisa, Siqueira (2021)

Além disso, observou-se alguns encontros em que os surdos se reúnem para a realização das celebrações dos surdos *on-line* (Culto dos Surdos Mãos que semeiam), o qual é reservado um dia na semana para o pastor convidado juntamente com a participante da pesquisa transmitirem e reforçarem os ensinamentos da Bíblia Sagrada que são repassados por temáticas,

de maneira acessível a todos os que demonstram interesse em conhecer mais a fundo os preceitos da religião evangélica.

IMAGEM 02 - CELEBRAÇÃO DOS SURDOS *ON-LINE*



Fonte: Acervo da pesquisa, Siqueira (2021)

As multiplicidades de experiências e o contato estabelecido virtualmente nos encontros estabelecidos com a colaboradora da pesquisa contribuíram para percepções aprofundadas relacionadas a presença ativa desta jovem no processo de militância, seja empoderando seus pares através da partilha de saberes e experiências, fortalecendo os laços identitários entre os surdos e instigando esses sujeitos na busca pelos seus direitos, bem como contribuiu com expressões de afetividade entre pesquisadora e comunidade surda nas conjunturas da coleta de dados.

Além disso, a pesquisa toma dimensão de um Estudo de Caso, visto que em meio ao coletivo de mulheres negras esta optou em analisar, em particular os processos formativos de uma jovem negra surda militante. Tal delimitação de acordo com Ludke e André (1986), permite a identificação dos elementos-chave e os contornos aproximados do problema, determinando os focos da investigação e a seleção dos aspectos mais relevantes, fato imprescindível no ato de fazer pesquisa, sendo crucial para atingir os propósitos do estudo e a compreensão completa da situação estudada (LUDKE E ANDRÉ, 1989).

A opção pela utilização do estudo de caso na pesquisa, deu-se principalmente pelo fato deste se tratar de uma modalidade que visa analisar determinado objeto de maneira mais profunda. Além disso, “tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real. O foco de

interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (GODOY, 1995, p.25). Ou seja, o fenômeno investigado deve ser analisado a partir da realidade a qual faz parte, levando em consideração as complexidades da jovem negra como sujeito social atuante no movimento surdo.

Deste modo, o uso dos pressupostos teórico-metodológicos do estudo de caso se fez presente neste estudo, pois possibilitou a inserção no meio pesquisado, além de garantir uma relação amigável entre pesquisadora e colaboradora, permitindo assim o acesso as suas particularidades, e posteriormente “descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações. [...] permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (ANDRÉ, 2013, p. 97).

2.3.1 Município de Igarapé-Miri, Pará: breve contextualização

A cidade de Igarapé-Miri fica localizada a 74 km de Belém, capital do Estado do Pará. Segundo Lobato (2007), Igarapé-Miri foi designada à categoria cidade em 1896, pela Lei Estadual n°. 438, de 23 de maio de 1896. Esta origina do Tupi-guarani que significa “Caminho de Canoa Pequena”, uma homenagem aos inúmeros braços de rios que recortam o município. A cidade possui, segundo levantamentos do IBGE 2020, cerca de 63.036 habitantes distribuídos por uma faixa territorial que abrange uma área de 1.997 km² entre várzeas, campos e área urbana.

IMAGEM 03 – MAPA DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI, PARÁ



Fonte: GOOGLE Mapas, 2021

A imagem 03 ilustra acima o mapa da cidade de Igarapé-Miri/Pará, onde é possível perceber o limite deste com os seguintes municípios: ao Norte com Abaetetuba, a Leste com Moju, ao Sul com Mocajuba e a Oeste com Cametá e Limoeiro do Ajuru. Conforme Lobato (2007), as fases históricas de Igarapé-Miri correspondem as seguintes: de 29 de dezembro de 1752 a localidade passou a ser denominada Freguesia de Santana de Igarapé-Miry até 26 de julho de 1845, de acordo com o decreto 113, de 16/10/1843, que tinha como intento a construção da câmara municipal e de uma cadeia para o município, o que resultou na cerimônia de elevação à categoria de Villa de Santana Igarapé-Miri, e finalmente em 23 de maio de 1896 ao título de cidade.

Segundo Pinheiro (2017), as terras que deram origem ao município de Igarapé-Miri começam a ser colonizados pelos portugueses no reinado de D. João V rei de Portugal, entre os anos 1706 a 1750, quando nesta localidade foi fundada uma fábrica nacional para o beneficiamento de madeiras. O município foi escolhido para sediar a serraria real, por ser um local estratégico, pelo fácil acesso à capital do Estado, na qual toda a madeira aparelhada era transportada a Belém. Tornando-se, posteriormente, um entreposto comercial ou via de acesso entre o Baixo Tocantins, o Estado do Amazonas e Belém (PINHEIRO, 2017).

O acesso entre os municípios de Cametá e Igarapé-Miri, dar-se via transporte aquaviário em uma travessia de aproximadamente 00h45min de lança, ou 1h20min de balsa até o distrito de Carapajó, seguindo viagem de 2h39min via transporte terrestre pela PA - 151, até o município supracitado.

Vale pontuar que apesar do município de Igarapé-Miri apresentar um quantitativo expressivo de surdos, o município ainda não possui uma associação que se fundamenta na perspectiva da inclusão social e que milite pelos direitos de a pessoa ser e estar sendo surda na sociedade. Assim, o movimento surdo busca se firmar no município por meio de encontros estabelecidos pelos próprios surdos para partilharem aprendizados e saberes adquiridos na militância tecida junto aos surdos de outros municípios que já possuem associações, e vem constituindo-se enquanto um dos principais meios para debater pautas que envolvem questões sobre acessibilidade, sexismo, racismo, preconceito, dentre outras pautas que afetam direta e indiretamente a comunidade surda do município de Igarapé-Miri.

2.3.2 Observação In loco

Para fins de constatar as percepções da participante da pesquisa sobre o processo de militância na comunidade surda do município de Igarapé-Miri/PA, buscou-se observar momentos de interação de Beatriz junto ao movimento surdo, religioso e eventos acadêmicos estabelecidos nos ambientes virtuais. Somando-se a isso, esse trabalho utilizou-se da observação participante virtual, esta, por sua vez, deu-se por meio da participação em algumas interações realizadas virtualmente no dia a dia da entrevistada, e também contou com o auxílio de uma oficina de desenhos que tinha como foco a elaboração de desenhos sobre o ser mulher negra surda na militância; já que se acredita que o desenho pode ser a representação de como essa jovem vive e percebe o mundo e o seu lugar social, e graças à técnica da observação participante foi possível analisar e coletar esses dados.

Ludke e André (1986, p.26) destacam a pertinência da observação na produção de dados e afirmam que “sendo o principal instrumento da investigação, o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado”, condicionando-o a dialogar e compreender as relações culturais, visualizar os processos formativos, articulações dialógicas e a visualizar como as relações de aprendizados adquiridos no processo de militância são percebidas e vivenciadas pela jovem negra junto na comunidade surda.

Nestes termos a pesquisa compreende a problemática dos processos formativos, experiências sociais vivenciadas pela Beatriz em seu processo de militância e observada pela pesquisadora. A aproximação com o meio social da comunidade surda, mesmo que de maneira virtual participando de encontros dialógicos e amigáveis junto à comunidade, permitiu melhor compreensão das dinâmicas de relações entre os pares, as percepções culturais e noções de aprendizados cotidianos.

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2009).

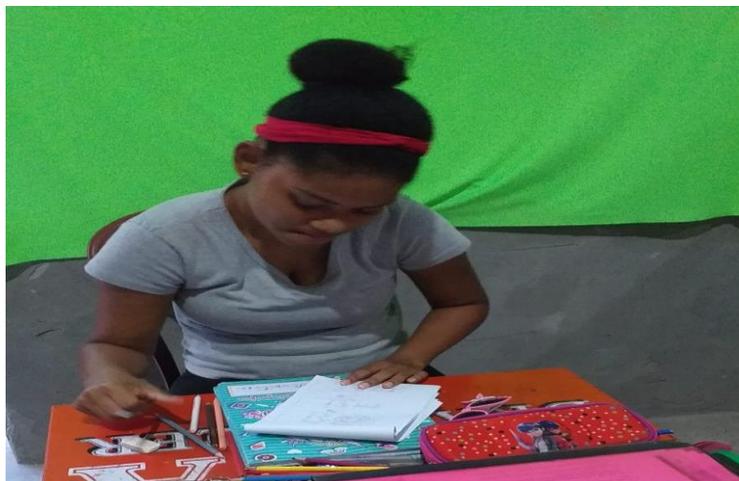
Considerando que Beatriz vivencia o seu cotidiano a partir de percepções visuais, interações mediadas pela Libras, a pesquisa se desenvolve, também, por meio de uma oficina de desenho já mencionada anteriormente, que se constitui enquanto um instrumento que possibilitou a coleta de dados e auxiliou na aproximação da pesquisadora junto ao sujeito da pesquisa e a comunidade surda.

Nesse sentido, a oficina de desenho constitui-se enquanto “[...] uma técnica apropriada a casos em que a comunicação oral não se mostre suficiente para levantar as impressões do pesquisado” (VÍCTORA et al. 2000, p. 70). Dessa maneira, a técnica do desenho aparece como base na pesquisa, pois tem o poder de evidenciar as representações tecidas por ela sobre sua trajetória na militância por vezes não expressadas de maneira sinalizada.

Segundo VÍctora et al. (2000), a técnica de elaboração de desenhos “[...] consiste em propor aos pesquisados que representem graficamente uma determinada situação ou concepção. A partir do desenho, pesquisador e pesquisado entabulam uma discussão que se apoia nos elementos surgidos no desenho” (VÍCTORA et al, 2000, p.70). Nesse sentido, o desenho elaborado assume importância dialógica entre o pesquisador e o objeto de estudo, perpassando caracteristicamente pelo olhar e pela narrativa da entrevistada que por meio do desenho reproduz e atribui sentido ao que representa.

Deste modo, a oficina de desenho foi realizada por meio de chamada de vídeo estabelecida pelo aplicativo *WhatsApp* no período da tarde com duração de 4 horas, esta ocorreu após as entrevistas, com a presença da colaboradora e da intérprete de Libras e atentou para a investigação acerca de como Beatriz se vê inserida no processo de militância. É importante mencionar que, antes de dar início a oficina a pesquisadora se deteve a “[...] planejar a produção dos desenhos de modo a esclarecer ao entrevistado a finalidade dos mesmos [...]”, bem como solicitou-se a entrevistada “organizar a disponibilização de materiais adequados, tais como lápis de cor, canetas hidrocor coloridas e papel em branco, dentre outros” (SILVEIRA, 2011 p.44), para dar início a elaboração dos desenhos. Abaixo é ilustrada uma imagem de Beatriz se preparando para dar início a confecção de desenhos:

IMAGEM 04 – BEATRIZ BARBOSA NA OFICINA DE DESENHOS



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Após o esclarecimento e a finalidade dos desenhos e Beatriz com os materiais em mãos, a pesquisadora solicitou que a colaboradora desenhasse alguns acontecimentos referentes a sua trajetória na militância, e que, em seguida, explicasse os seus desenhos, dando, por fim, nomes às figuras desenhadas. Assim, segundo Oliveira (2015) analisamos os desenhos a partir das explicações e dos dizeres da colaboradora. As imagens obtidas no desenho referem-se as suas representações, visto que:

As imagens oferecem aos seus receptores um espaço interpretativo: símbolos conotativos [...] O caráter mágico das imagens é essencial para a compreensão das suas mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas (FLUSSER, 2011, p. 22 - 23).

As mensagens representadas pela imagem presente no desenho referem-se à maneira pela qual Beatriz entende o que é ser mulher negra surda militante, assim como, os significados contidos e o discurso para além do que foi sinalizado.

Somando-se a isso, a observação complementou as análises e percepções culturais de Beatriz nos encontros virtuais através de registros em um diário de campo. De acordo com Weber (2009) o diário de campo é um instrumento que o pesquisador se dedica a registrar dados observáveis dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. “É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular [...]” (WEBER, 2009, p.157). É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009). No caso em questão, na vida social, educativa e cultural da Beatriz no processo de militância em interrelação com seus pares.

2.3.3 Entrevista Semiestruturada On-line

As entrevistas realizadas nesta pesquisa, se deram no sentido de dialogar de forma mais aprofundada com a comunidade surda ocasionando um caráter de interação com a colaboradora e, assim “[...] construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (MINAYO, 2010, p. 64). Além disso, foi dada atenção especial “a toda uma comunicação não

verbal envolta em uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não verbais, hesitações, alterações de ritmo” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 36).

Vale ressaltar que como estamos vivenciando um momento atípico devido a pandemia da Covid-19, em que se faz necessário manter o isolamento social para tentar conter a disseminação do vírus, a pesquisadora decidiu por não ir a campo nesse primeiro momento realizar as entrevistas de forma presencial. Assim, os dados da pesquisa foram obtidos por meio da técnica de entrevistas narrativas *on-line*, que segundo Félix (2012, p.142):

[...] é uma especificidade que a diferencia, de modo particular, das entrevistas realizadas presencialmente. Nelas, diferentemente de alguns tipos de pesquisa e mais tradicionais não há sequência de perguntas a serem respondidas apenas por um lado – no caso, as/os entrevistados/as (FÉLIX, 2012, p.142).

Nesse sentido, no primeiro momento optou-se por esquematizar um roteiro de questionamentos, onde a colaboradora foi instigada a narrar suas experiências e sentimentos acerca do ser mulher negra surda e sua inserção na militância. Cabe mencionar que o roteiro serviu apenas para orientar as entrevistas, não como uma conversa formal e rígida, mas como um diálogo informal que mais se assemelhou a um “bate papo” sobre a temática em questão, o qual possibilitou a interação calorosa e amigável entre a pesquisadora e a entrevistada.

As entrevistas foram realizadas por meio de chamadas de vídeo estabelecidas pelo aplicativo *WhatsApp*. Na qual recorreu-se a modalidade da entrevista *on-line*, visto que segundo Costa, Dias e Luccio (2009, p.39), “[...] são necessárias quando são o único meio de alcançar os entrevistados [...]”, principalmente nesse momento atípico em que se exige o isolamento social e que não é possível manter o contato físico com outras pessoas.

É sabido que o aplicativo *WhatsApp* não é uma técnica muito utilizada nas pesquisas científicas, no entanto, a pesquisadora optou por usar essa estratégia metodológica não somente pela facilidade de acesso, mas pelo domínio que Beatriz possui com o aplicativo, já que ela utiliza o mesmo no seu dia a dia para se comunicar por videochamadas com seus pares, familiares e amigos em Libras, tornando-se um importante meio de comunicação na vida da entrevistada.

Nesse sentido, é de suma importância que a colaboradora tenha uma certa familiaridade com o método de produção dos dados da pesquisa. Costa, Dias e Luccio (2009, p.39) corroboram com essa ideia ao afirmarem que, “[...] as entrevistas *on-line* podem ser usadas para investigar qualquer temática desde que seja atendida a condição de que entrevistado e entrevistador estejam familiarizados com os ambientes em que as entrevistas serão realizadas”.

Desta forma, o uso do aplicativo tornou-se o mais viável e confortável, diante da situação de isolamento social e do domínio que Beatriz tem com o mesmo.

Como a participante da pesquisa é usuária da língua de sinais e como forma de respeito para com a cultura surda, a pesquisadora realizou os diálogos com a entrevistada por meio da língua de sinais. Assim, durante o registro dos dados, pediu-se autorização a Beatriz para a gravação das narrativas, “[...] uma vez que a entrevista ocorreu em Língua de sinais e os sujeitos entrevistados são usuários de uma língua de modalidade visuo-gestual sem registros gráficos, e cujas expressões faciais e/ou corporais (expressões não manuais) possuem função sintática e semântica” (OLIVEIRA, 2015, p.48).

Para Santos (2011), ao realizar pesquisa com sujeitos surdos, o pesquisador que tiver domínio da língua de sinais tem um melhor entendimento das respostas e das expressões feitas pelos entrevistados. Segundo o autor, este aspecto funciona:

como elemento facilitador dos diálogos e das interações, na medida em que favorece a melhor compreensão de expressões e da linguagem corporal, favorecendo também o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto à pesquisa, dando ao processo confiabilidade e segurança (SANTOS, 2011, p.23).

Contudo, mesmo as entrevistas sendo realizadas em língua de sinais, a pesquisadora obteve algumas dificuldades em coletar os dados no processo, pois em vários momentos durante a realização das entrevistas a conexão com a internet ficava instável e as perguntas direcionadas a entrevistada, ou até mesmo as respostas eram interrompidas. Desse modo, precisou-se retornar algumas vezes as perguntas para extrair mais dados acerca da temática perguntada.

Diante disso, fez-se necessário criar outras estratégias para obter mais informações sobre a colaboradora já que de maneira *on-line* não foi possível. Uma delas foi a intérprete que mora no mesmo município, e está sempre presente no dia a dia de Beatriz, seja acompanhando-a nas consultas médicas ou auxiliando-a nos estudos e direcionando-a a caminhos que a faça refletir sobre seus direitos enquanto cidadã; marcar um encontro presencial com a colaboradora para interpretar e mediar em língua de sinais alguns questionamentos que precisaram ser retomados, pois houve perdas de informações em vários momentos dos encontros *on-line* devido à instabilidade da internet da colaboradora da pesquisa. Lembrando que a intérprete antes de manter o contato com a Beatriz, tomou todos os cuidados devido a Covid-19. Vale ressaltar que a pesquisadora se fez presente no encontro a todo momento por meio de chamadas de vídeo, conduzindo as perguntas a intérprete que, em seguida, sinalizava para a colaboradora da pesquisa e captava os vídeos para posteriormente serem transpostos para a língua portuguesa e analisados.

Outra etapa importante referente a entrevista que também merece atenção consta do momento de transposição didática dos vídeos, que contou novamente com o auxílio da intérprete de Língua de Sinais que é certificada pelo Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina – GESAT, e já atua como intérprete educacional há 12 (doze) anos no município de Igarapé-Miri, e tem um forte laço de amizade com a comunidade surda deste município, exercendo um papel fundamental no contato com a Beatriz e no momento de realizar a transposição dos vídeos em Libras para o formato de áudio, em língua portuguesa, para posteriormente serem transcritos e analisados e dar início a construção da escrita desta dissertação.

A presença da intérprete, portanto, foi fundamental nesta pesquisa para a compreensão da semântica da língua de sinais, que apresenta uma estrutura linguística de modalidade gesto-visual completa, assim como outras línguas. De acordo com as legislações, a Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma língua nacional, devidamente reconhecida pela Lei 10.436/2002, e regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, que reconhece a língua de sinais, como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas em todos os espaços sociais. Assim, em virtude da relevância deste estudo para a comunidade surda, contou-se com a colaboração da intérprete para que as reflexões produzidas pela entrevistada em língua de sinais fossem traduzidas para a língua portuguesa de modo a respeitar aquilo que foi explanado pela mesma, e assim serem melhor compreendidas pelos ouvintes.

2.3.4 Sujeito da Pesquisa

A pesquisa buscou, desde o início, compreender a história de vida, as experiências e memórias de Beatriz, que partilha saberes na comunidade surda do município de Igarapé-Miri-PA. E que a partir da aquisição da língua de sinais, da inserção na militância e mais precisamente com o ingresso no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), passou a assumir uma nova postura acerca dos debates que envolve a questão racial, de gênero e diferença, assumindo e expressando sua identidade de mulher negra surda, seu cabelo crespo/cacheado e a se orgulhar da sua raça e de sua origem social, ganhando visibilidade no seu local de origem, lutando e resistindo bravamente contra as investidas de toda e qualquer forma de discriminação, preconceito e racismo instaurado pela sociedade devido a sua “tripla diferença”.

Assim, para que as relações dialogadas fossem possíveis, uma vez que a participante é usuária de Língua de Sinais e como forma de respeito para com a cultura surda, o uso da

Libras deu-se desde a apresentação do projeto de pesquisa, perpassando pela exposição dos objetivos, procedimentos metodológicos até as entrevistas. Para tal, a pesquisa contou com o auxílio de uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS devidamente certificada, amiga e militante da causa negra e surda do próprio município que ofereceu apoio no momento do contato com a entrevistada para explicar que, em virtude da pandemia do Novo Corona Vírus, em que o isolamento social é uma das medidas de prevenção, proposta pela Organização Mundial de saúde (OMS), como combate à disseminação do vírus, as entrevistas dar-se-ão de maneira *on-line*, até para preservar a saúde da colaboradora que encontra-se em tratamento contra tuberculose e sua saúde inspira cuidados devido os perigos desse vírus, da intérprete e da própria pesquisadora que teriam que se deslocar de suas casas para ir ao encontro da entrevistada.

A participante da pesquisa foi selecionada a partir de alguns critérios, tais como: se autodeclarar como negra nas suas relações socioculturais e por apresentar traços em sua trajetória de vida pessoal, social e profissional que caracterizam um perfil de militância com atuação nas questões de gênero, raça e surdez no município de Igarapé-Miri-PA. Abaixo é ilustrada uma tabela com as informações básicas da colaboradora que compôs o corpus empírico da pesquisa, que é identificada depois de autorização pelo nome próprio Beatriz.

TABELA 02 – PERFIL DA ENTREVISTADA (BEATRIZ BARBOSA)

Nome Próprio	Surdez	Idade	Escolaridade	Raça-cor
Beatriz Barbosa	Surda aos 2 anos de idade	22 anos	Nível Superior Incompleto	Negra

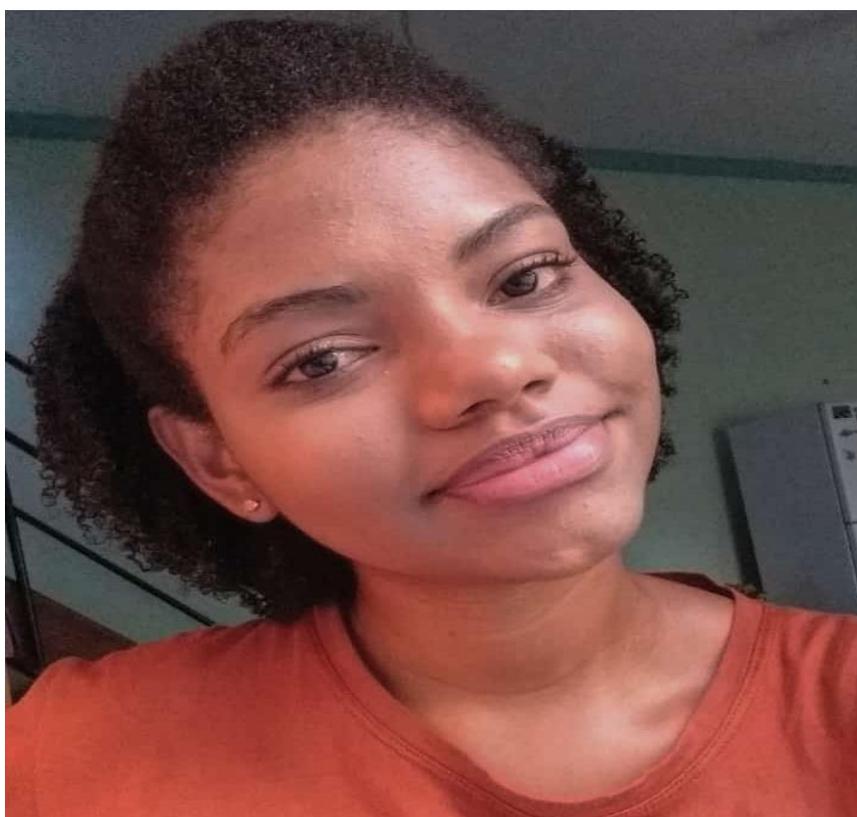
Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021)

Beatriz, trata-se de uma jovem negra que nasceu ouvinte residente no município de Igarapé-Miri-PA, mas que em decorrência de um trauma sofrido na infância devido o susto causado pelo estouro de fogos de artifícios em uma festa junina que havia participado com a família, fica doente e perde a audição aos 2 anos de idade. Esta, passa a ter contato e adquirir a língua de sinais como meio de expressão e comunicação com seus pares surdos por volta dos 5 a 6 anos de idade. É importante mencionar aqui, que como os familiares por serem ouvintes não tem aquisição da língua de sinais, eles procuram se comunicar com ela por meio de mímicas ou outras interações criadas por eles para interagirem no dia a dia do seio familiar.

É uma jovem extrovertida, que utiliza a língua de sinais para se comunicar com seus pares, que vivencia uma espontânea interação no ambiente social que transita, tendo espaço

representativo nos debates que envolvem as questões de gênero, raça e surdez, dentre outras temáticas no município. Além disso, a mesma é engajada nos Movimentos Sociais em sua comunidade e no Movimento Surdo, frequenta os cultos religiosos na igreja evangélica e cursa o 5º semestre do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). A seguir é ilustrada uma imagem de Beatriz, que foi devidamente autorizada para fins da pesquisa.

IMAGEM 05 – BEATRIZ BARBOSA – A NEGRA SURDA



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

A colaboradora da pesquisa, que atualmente encontra-se com 22 anos caracteriza-se como a única jovem negra surda da comunidade surda do município de Igarapé-Miri, Pará, até o dado momento da pesquisa a ingressar em uma universidade pública e ter a oportunidade de dar continuidade nos estudos, participando ativamente na militância se envolvendo em eventos que trazem significado não só para sua vida, mas para a vida de outras jovens que antes não tinham vez e voz no município.

É importante mencionar que os primeiros contatos entre pesquisadora e pesquisada já haviam ocorrido anterior à esta pesquisa, possibilitando um cenário de confiança e amizade que

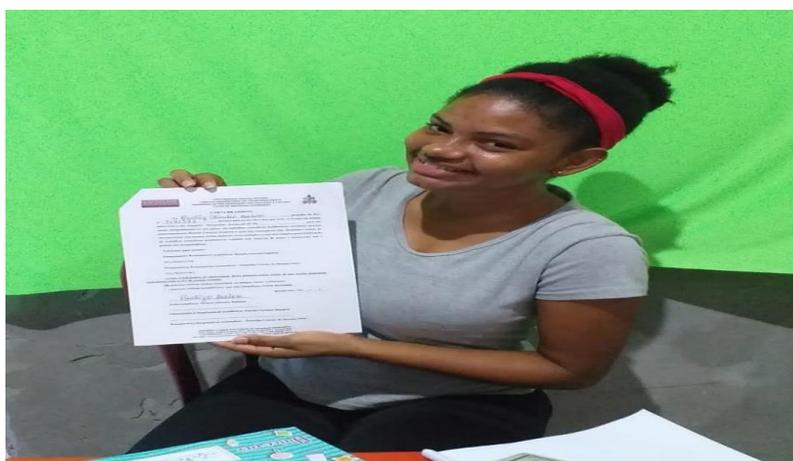
foram reforçadas nos encontros estabelecidos nos cursos de Libras, formações e eventos sobre a surdez promovidos pelo Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina - GESAT. O que facilitou a proximidade mais calorosa junto a colaboradora, possibilitando-nos a inserção no ambiente escolar, familiar e no movimento surdo do município de Igarapé-Miri, no Pará.

Assim, logo no primeiro contato com a entrevistada, deu-se início a etapa da pré-entrevista, na qual foram apresentados o projeto de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em formato impresso para que, a participante pudesse ter acesso com antecedência aos objetivos da pesquisa. A fim de oficializar a realização da pesquisa aproveitou-se este momento para encaminhar por e-mail uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando o uso de suas falas, imagens e os vídeos gravados em Libras, concordando em participar da pesquisa. De acordo com Teixeira e Oliveira (2010):

O termo de consentimento livre e esclarecido ou consentimento informado garante à pessoa-participante da pesquisa a capacidade para decidir, ou seja, a voluntariedade. A pessoa-participante deverá receber informações em linguagem adequada e sobre os objetivos, procedimentos, riscos (possíveis) e benefícios (esperados) da pesquisa, bem como sobre os direitos enquanto participante. A autorização se materializará na assinatura do documento pela pessoa-participante da pesquisa. (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 18)

Na assinatura do Termo de Livre Esclarecimento, a pesquisadora explicou em língua de sinais, por meio de chamada de vídeo realizada pelo aplicativo *WhatsApp* a entrevistada surda, os objetivos da pesquisa, e quais seriam as técnicas de coletas de dados. Após a explicação, o termo foi assinado pela colaboradora. Nessa etapa pediu-se autorização a entrevistada para a gravação da chamada de vídeo e posterior agendamento das entrevistas, que foram realizadas em momentos distintos por chamadas de vídeo.

IMAGEM 06 – BEATRIZ BARBOSA COM O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Vale ressaltar que antes de iniciar o processo de interpretação, a intérprete de Libras teve conhecimento do sigilo para com os dados a serem manipulados na pesquisa e concordou, com a assinatura do Termo de Integridade e Sigilo. Visto que os dados transcritos da língua de sinais para língua portuguesa ainda não foram divulgados no estudo, assim a pesquisa se valeu do código de ética do intérprete de Libras que no Art. 1º. estabelece que “o intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele.”

Estes procedimentos são julgados como necessários para o bom andamento da pesquisa em todas as suas etapas. A pesquisa aponta “[...] para o estudo de questões delimitadas, locais, apreendendo os sujeitos no ambiente natural em que vivem, nas quais urdem os significados e constroem a realidade” (CHIZZOTTI, 2014, p.55).

2.3.5 Levantamento bibliográfico

Somando-se a isso, será realizado na fase exploratória um levantamento bibliográfico acerca do tema pesquisado, a saber, da mulher negra surda militante a fim de existir uma apropriação teórica sobre suas particularidades, já que o levantamento “[...] permite ao pesquisador partir do conhecimento já existente [...] dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo das hipóteses formuladas” (MINAYO 2010, p.61).

Assim, para falar sobre a categoria gênero recorreu-se aos estudos desenvolvidos pela teórica Joan Scott (1995) e (1999), a qual afirma que o gênero deve ser compreendido como uma manifestação que parte das relações de poder, já que esta estabelece entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres e também entre os homens, uma forma diferenciada de acesso aos recursos simbólicos e aos recursos materiais. Scott salienta que o mecanismo de dominação e de hierarquização de gênero não é algo natural, pois este abrange elementos culturais, tendo sua organização produzida socialmente e em determinado contexto histórico no qual está inserido.

Para adentrar nos estudos sobre raça, buscou-se embasamento teórico nos estudos de Guimarães (1999) e Hall (2003) que entendem raça como um termo que tem como finalidade a classificação social, este empregado muitas vezes de forma pejorativa frente à diversidade de grupos sociais, numa perspectiva de racismo à brasileira, para manter a estrutura estamental presente na sociedade brasileira.

Em relação a surdez, encontrou-se nos estudos de Carlos Skliar (1998) e (2010) a conceituação da mesma enquanto uma diferença política que precisa ser problematizada não somente nos âmbitos legais, atitudinais, mas epistemológicos para buscar promover a inclusão dos sujeitos surdos.

No que tange a militância, buscou-se suporte nos estudos de Goldenberg (1997) que descreve que as mulheres militantes são aquelas que conseguem se constituir como figuras emblemáticas pelo empenho realizado nas negociações, nas disputas de poder e no posicionamento de ideias na vida política. Goldenberg menciona que as mulheres militantes tecem suas trajetórias nas organizações políticas, com o intuito de mudar a visão criada sobre o papel secundário (ou de apoio) das mulheres no interior das organizações sociais.

2.3.6 Sistematização e análise dos dados

Por fim, na etapa de sistematização e análise dos dados da pesquisa contou-se com a técnica da *Análise do Conteúdo*. Vale destacar que a principal técnica utilizada foi a *categorização* temática que é “uma operação de classificação de elementos, um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2010, p. 145); identificando na fala da entrevistada elementos de ordem proporcionais os quais, após o processo de agrupamento por áreas, serão efetivados como categorias temáticas.

Bardin (2010, p.40) compreende que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. As comunicações estabelecidas são evidenciadas na emergência de mensagens, as quais sofrem inferências relacionadas ao contexto sócio-histórico.

3 SEÇÃO III – GÊNERO, RAÇA E SURDEZ: DIMENSÕES SIGNIFICATIVAS NAS PESQUISAS REFERENTES ÀS MULHERES NEGRAS SURDAS

A presente seção propõe-se discutir o conceito de gênero a partir dos estudos realizados por estudiosas feministas que a princípio tinham como foco as lutas concretas das mulheres que foram, aos poucos, configurando-se em estudos de gênero, bem como procura estabelecer diálogos com os estudos que abordam a categoria raça a partir de uma perspectiva histórica, sociocultural e política e realiza uma discussão sobre como a relação entre gênero, raça e surdez influencia no processo identitário da mulher negra surda.

3.1 GÊNERO

Para uma maior consubstancialidade da categoria gênero e seus desdobramentos, trouxemos para diálogo algumas produções importantes para se pensar essa categoria, que foi criada a partir das ações afirmativas geradas pelo movimento feminista na luta contra o racismo estrutural, o preconceito, o machismo, o patriarcado e a tendência de transformação do corpo feminino, que passa a ser empregada como categoria analítica no Brasil a partir da década de 1990.

A origem e a conceituação da categoria gênero foram esboçadas, primeiramente, pelas pesquisas realizadas por estudiosas feministas que tinham como princípio os estudos que se debruçavam sobre a constituição das mulheres, no seu meio e nas suas relações sociais. Assim, não tem como compreender a categoria gênero, hoje, sem levar em conta a vasta produção sobre a história das mulheres na perspectiva social, cultural e política.

Visto que com o crescimento expressivo das produções científicas referentes à mulher, a utilização da categoria gênero, enquanto uma criação simbólica, passa a ser empregada com a intenção de substituir aquela visão que se tinha sobre o sexo, que durante muito tempo recorreu ao fator biológico para classificar os sujeitos como macho e fêmea. Nesse sentido, a introdução da categoria gênero marca um esforço das mulheres em transcender o reducionismo biológico, problematizar a ideia de que a ‘biologia é o destino’ e interpretar as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais (STOLCKE, 1991).

Nesta perspectiva, segundo Scott (1995), o termo gênero deve ser empregado para designar as relações sociais entre os sexos, de modo a rejeitar as implicações biológicas e referir-se às mulheres, às crianças e, principalmente, as famílias, indicando as construções

sociais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Esse uso do gênero, referindo-se apenas aos domínios tanto estruturais, quanto ideológico, porém, não se aplica ou não diz respeito à tomada de decisões (entre homens e mulheres), o poder e o político (SCOTT, 1995).

Na visão de Scott (1995), o gênero deve ser compreendido como uma manifestação das relações de poder, visto que esta estabelece entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres e também entre os homens, uma forma diferenciada de acesso aos recursos simbólicos e aos recursos materiais. Ainda segundo a autora, “gênero” é construção social e, como tal, é passível de ser transformada. Portanto, mecanismo de dominação e de hierarquização de gênero não são fatos naturais, mas sim de cunho cultural, cuja organização é produzida socialmente e em determinado contexto histórico (SCOTT, 1995).

As pesquisas que direcionaram seus estudos sobre a categoria gênero nas últimas décadas, passaram a utilizar essa categoria partindo do princípio de que as diferenças entre os sexos não são simplesmente naturais ou biológicas, elas resultam principalmente das relações construídas ao longo do processo histórico, político, social e, sobretudo, relacional, como podemos interpretar a partir da conceituação de Joan Scott (1990, p.14) quando afirma que: “o gênero é um elemento construtivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, onde gênero é um primeiro modo de dar significado as relações sociais”. Esta tem sido uma das formas encontradas pelo coletivo de mulheres para denunciar à subordinação masculina enfrentada ao longo do processo histórico, que parte do princípio das diferenças biológicas entre homens e mulheres para explicar os papéis diferenciados por ambos na sociedade. Além disso, Scott (1990), nos mostra que gênero:

é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de dia separada perpetua o mito de que uma esfera separada, a experiência de um sexo, tem pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos [...] (SCOTT, 1990, p. 4).

Essas definições apresentam em comum, a característica essencialmente social e relacional da categoria gênero, e apontam para a possibilidade de se realizar estudos tendo como base apenas mulheres de forma isolada, ao contrário, demonstram a importância de se contextualizar a análise tendo em vista suas relações estabelecidas com homens (LOURO, 1997). Relações estas, que durante muito, serviram para naturalizar a ideia de poder e superioridade dos homens sobre as mulheres devido a fragilidade que esta apresentara diante

da sociedade que, durante muito tempo instituiu um sistema de dominação culturalmente reproduzido de que só os homens, seres dotados de racionalidade são capazes de assumir cargos públicos e seguir carreira na política; enquanto as mulheres vistas como sexo fácil é relegado o cuidar do lar e dos filhos. Como pode-se visualizar no depoimento de Beatriz, onde ela relata que por muito tempo pensou que o lugar destinado a mulher era único e exclusivamente o labor doméstico.

Olha, eu tinha muito isso na minha cabeça, principalmente quando eu era mais nova, de que a mulher devia ficar em casa cuidando dos afazeres do lar, dos filhos e os homens que saíam para trabalhar... mas depois eu mudei essa ideia. Eu vi que nós mulheres negras podemos ir muito além, nós podemos seguir uma profissão e trabalhar fora. Eu passei a ter outro posicionamento em relação a isso, depois que participei do Movimento Surdo. (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

É notório no depoimento de Beatriz como a categoria gênero foi utilizada em um período de sua vida, para fins de explicar as diferenças fisiológicas e biológicas entre os sexos, masculino e feminino, bem como meio para explicar os papéis assumidos por estes na sociedade. Bourdieu (2012) ao abordar nos seus estudos a diferença biológica entre homens e mulheres, argumenta que esta pode ser vista como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente da divisão social do trabalho, ou seja, na distribuição atribuída a cada um dos dois sexos:

De seu local, seu momento, seus instrumentos e a estrutura do espaço, como por exemplo, opondo o lugar de assembleia ou de mercado de trabalho, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo (BOURDIEU, 2012, p. 9).

Nesta perspectiva, nota-se que, a construção de gênero tem íntima afinidade com as ações estabelecidas nas relações sociais, em que o papel masculino e feminino é produzido culturalmente e transformado conforme estabelecido pela sociedade. Esse papel começa a ser construído no tocante a execução das tarefas, designando para o homem o foco de provedor da família e a mulher mera coadjuvante no seio familiar.

Deste modo, percebe-se que é dentro desse sistema hierárquico que é construída as relações de gênero, tendo como agente constituinte, a relação de poder, cuja hegemonia se traduz na supremacia do sexo masculino sobre o feminino. Sendo a identidade social dos dominantes e dos dominados, no caso homens e mulheres, respectivamente,

O produto da inscrição no corpo de uma relação de dominação, as estruturas estruturadas e estruturantes do *habitus* são o princípio de atos de conhecimento e

de reconhecimento práticos da fronteira mágica que produz a diferença entre os dominantes e os dominados (BOURDIEU, 2003, p. 146).

O sistema que institui as identidades referentes à situação de dominação na sociedade são aprendidas desde os primeiros anos de vida, visto que o patriarcalismo está presente nas dinâmicas das relações sociais. Este, por sua vez, traz um discurso focado pela cultura de que os homens são racionais, cabendo-lhes as decisões políticas, culturais e sociais, ou seja, realizar as atividades nobres que poderiam ser campo de atuação somente dos mesmos. Já a mulher vista como um ser frágil, cabia-lhe o fazer doméstico, o cuidar da educação dos filhos e, além disso, a mulher também tinha como função suprir os anseios do marido.

Portanto, o grande problema contido em torno das relações de poder entre homens e mulheres está na forma como elas estão distribuídas de maneira desigual, o que acaba colocando as mulheres em uma posição subalterna na organização social. Dessa forma, a autora Saffioti (1995), pontua que dentro das relações de gênero existe conotação de relações de poder, mas ela destaca que na relação estabelecida há ações distintas dos indivíduos que a praticam:

A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra essa relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais. Não se trata de uma hierarquia, mas de uma contradição [...]. Como na dialética entre o senhor e o escravo, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania (SAFFIOTI, 1995, p.183).

Cisne (2015) salienta que o gênero contribui para pensarmos o feminino para além das relações do universo feminino, mas como o feminino se percebe e é compreendido em relação ao masculino, pois

[...] analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam limitar-se à categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem. Portanto, gênero se constitui como uma categoria relacional (CISNE, 2015, p.86).

Louro (2003), por sua vez, afirma que é na sociedade, na história e nas formas de representação que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos, desta forma o conceito de gênero torna-se uma ferramenta analítica e política, recolocado em debate no campo social com forte apelo relacional. Nesse contexto, a autora salienta que o conceito de gênero exige um olhar direcionado para o processo e construção, para um pensamento plural e para a diversidade, observa ainda que as concepções de gênero são diferentes entre sociedades

e em momentos históricos podendo ainda se diferenciar dentro de uma dada sociedade, ao considerar os diversos grupos étnicos, religiosos, raciais e de classe.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino numa dada sociedade e num dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente os seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 2003, p. 21).

Segundo a autora, o movimento feminista surge no final do século XIX, como um movimento social organizado no Ocidente pela extensão do direito de voto às mulheres. No final da década de 1960, houve a renovação do movimento feminista, associada à problematização do conceito de gênero, como construção teórica e crítica, num "contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação [...] expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas" (LOURO, 2003, p. 16).

Desta forma, a principal luta do movimento feminista é combater a opressão a que estão sujeitas as mulheres, as quais almejam alcançar autonomia e protagonismo na sociedade, defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres. É importante que as ideias e causas deste movimento sejam conhecidas por todos os cidadãos e sejam levadas à frente nas lutas sociais, a fim de que haja alguma mudança sobre o conceito de mulher na sociedade e sobre o seu papel dentro desta.

A respeito da presença cada vez mais expressiva da mulher no engajamento as ações afirmativas e políticas no cenário da sociedade como um todo. A filósofa Judith Butler (2003) é categórica ao afirmar que não basta indagar e fazer uma analítica das condições de reprodução de poder e opressão que estão presentes nas instituições, em que as mulheres buscam espaços para a sua liberação. Ou seja, “Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política”. A crítica estabelecida pelas mulheres “também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p.19).

O coletivo de mulheres vem ganhando cada vez mais visibilidade, por conta de significativas conquistas geradas pela luta do movimento feminista que tem direcionado suas ações na luta contra toda e qualquer forma de opressão, configurando-se como importante

instrumento no processo de emancipação humana, sobretudo das camadas subalternas fundamentado na visão crítica da sociedade.

De acordo com Carneiro (2003), o protagonismo político das mulheres negras surge, primeiramente, com a intenção de resgatar a história da população negra negada pela escravidão, e reivindicar a igualdade de gênero, dentre outros mecanismos para a superação do racismo e da desigualdade racial no Brasil.

Assim, pensar no coletivo de mulheres negras no engajamento a luta antirracista, segundo Carneiro (2003) é trazer “à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes”. Desse modo, podemos afirmar que “o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil”. (CARNEIRO, 2003, p.129).

Em consonância com as colocações e reivindicações dos movimentos feministas negros, Lugones (2014) propõe a descolonização do gênero enquanto práxis e convida as feministas a pensar criticamente a opressão de gênero numa perspectiva racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Além disso, para Lugones (2014), a tarefa das feministas descoloniais têm início no ato de “dar-se conta” da diferença colonial e, a partir daí, enfaticamente resistir ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ademais, a autora convida feministas e pesquisadoras a se colocarem “no lugar das outras”, nos dedicando ao exercício de entendermos nossos lugares de fala e onde nos situamos na diferença colonial para que possamos construir “uma nova sujeita de uma nova geopolítica feminista de saber e amar” (LUGONES, 2014, p.950-951).

Assim, o movimento feminista vem prestando um grande serviço no sentido de trabalhar a partir das narrativas, vivências e experiências do sujeito historicamente subalternizado, marginalizado e excluído de modo a dar visibilidade e voz ao subordinado(a), no caso em questão, a mulher negra surda que passa a afirmar sua identidade, com a intenção de fortalecer suas ações na luta contra o racismo, as desigualdades de gênero, os obstáculos para a acessibilidade, possibilitando seu empoderamento por meio de uma proposta política, que resiste as investidas do poder e que lhes possibilite uma consciência crítica. Nos moldes de Weber (1994), uma “consciência étnica”, o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica, organizada de uma forma política, juntamente com o “sentimento de ser diferente” (aqui podendo ser entendida como identidade diferenciada), resultando em uma “comunhão” desses

indivíduos que se uniram e se organizaram socialmente/politicamente. Isso é notado no trecho abaixo, onde Beatriz relata que participar do Movimento Surdo foi primordial para ela assumir-se mulher negra surda conscientizar-se das situações de racismo e preconceito e, a partir daí lutar pelos direitos da comunidade surda do município de Igarapé-Miri-PA.

Olha, participar do Movimento Surdo foi muito importante pra mim afirmar minha identidade de mulher negra surda, ter consciência das situações de racismo e preconceito vivenciadas no dia a dia e me unir com meus amigos surdos para reivindicar e fortalecer as ações de luta da comunidade surda do meu município (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

De acordo com o relato acima, nota-se que o envolver-se nas ações desenvolvidas no Movimento Surdo representou uma grande conquista na vida de Beatriz, pois ela pôde fortalecer sua identidade coletivamente, visto que “[...] uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes [...]” (RAGO, 1998, p.6); é fundamental para que a mulher negra surda assumo o seu lugar de fala, fortalecendo ao mesmo tempo suas ações na luta contra o racismo, as desigualdades de gênero, possibilitando seu empoderamento por meio de uma proposta política, que resiste as investidas do poder instituída pela colonialidade/modernidade.

O significado potencial do pensamento feminista negro vai muito além de demonstrar que as mulheres negras podem produzir um conhecimento independente. Esse pensamento pode encorajar identidades coletivas ao oferecer, às mulheres negras, uma visão diferente delas mesmas e de seu mundo. O pensamento feminista negro, então, articula uma consciência que já existe e dota as mulheres negras de outra ferramenta de resistência contra todas as formas de subordinação. O objetivo é rearticular esse ponto de vista já existente ao conhecimento acadêmico (COLLINS, 2000).

Diante do exposto, pode-se inferir que os estudos sobre gênero têm avançado significativamente em decorrência da luta pela desconstrução das bases de *dominação masculina* que caracterizam a organização social e grande parte da sociedade.

3.2 RAÇA

Somando-se a isso, outro aspecto que deve ser destacado nesta discussão é o conceito de raça que, “assim como o de gênero, é uma construção histórica, sociocultural e política passível de diferentes interpretações teóricas” (SILVA, 2007, p.32).

Pensar o conceito de raça a partir desse pressuposto, significa retirar deste o caráter biológico e inseri-lo no contexto das relações sociais, de modo a contribuir para a ressignificação deste termo e assim promover a reeducação da população.

Guimarães (1999) entende raça como um termo de classificação social, empregado muitas vezes de forma pejorativa frente à diversidade de grupos sociais, numa perspectiva de racismo à brasileira, para manter a estrutura estamental presente na sociedade brasileira. Por isso considera ser possível:

[...] construir um conceito de “raça” propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica. Acredito, ademais, que somente uma definição nominalista de “raça” seja capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) a noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica) (GUIMARÃES, 1999, p.20).

Assim, nota-se que, o conceito de raça apresentado por Guimarães (1999) busca ultrapassar a ideia de que as questões que envolvem raça têm íntima ligação com os fatores biológicos ou naturais. Trata-se, ao contrário de um conceito que tem como finalidade a classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais por apresentarem traços e marcas que muitas vezes se diferem do padrão estabelecido pela sociedade.

O autor aborda que a ligação do preconceito de raça com as desigualdades de classes, a persistência da mentalidade escravocrata prosseguiu mesmo após a abolição, ampliando o preconceito regional entre Norte e Sul do país. Na qual muitos intelectuais, diziam que as razões que devem ser apontadas para o desempenho inferior e a falta de integração do negro em relação ao branco nas sociedades brasileiras e americanas não tinha haver com as diferenças inatas e biológicas, mas sim, com o preconceito, a segregação e a discriminações raciais e étnicas presentes na sociedade. Segundo ainda o autor, o preconceito de cor ou mais precisamente o racismo surge, portanto, “na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados” (GUIMARÃES, 2004, p.11).

Guimarães (2004) enfatiza que no Brasil não se experienciava o ódio e preconceito entre as raças, as classes econômicas não eram definidas por cor, os negros e mestiços se integravam lentamente à sociedade e à cultura nacionais, os negros e os africanismos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente que daria lugar a um tipo étnico novo, específico do Brasil.

Nesse momento haviam várias divergências sobre o preconceito racial, a mais aceita era a de Blumer (1939) *apud* Guimarães (2004, p.17), que tinha como principais características a noção: “(a) de superioridade; (b) de que a raça subordinada é intrinsecamente diferente e alienígena; (c) de monopólio sobre certas vantagens e privilégios; e (d) de medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante”.

A partir dessa realidade começam a surgir novas pesquisas científicas acerca das questões raciais no Brasil. Os estudos apontam que “o preconceito de cor [...] seria uma persistência do passado, enquanto ‘negros’ e ‘mulatos’ seriam apenas ‘metamorfozes do escravo’” (GUIMARÃES, 2004, p.20). Por isso que segundo o autor, “ainda que reconhecendo a existência do preconceito de cor entre nós, a ênfase não é dada no preconceito enquanto mecanismo de reprodução e criação de desigualdades sociais” (GUIMARÃES, 2004, p.20).

Na década de 70 a definição de racismo muda para uma noção do conjunto de todos os fatores que geram discriminação e desigualdades raciais. Caracterizando-se enquanto doutrina racista e o preconceito de raça alimentando-se mutuamente. Assim, inicia-se uma preocupação em estudos de macromecanismos e micromecanismos de discriminação e perpetuação de desigualdade racial.

Estudos estes que apesar de terem avançado em termos empíricos, ainda encontram desafios em assentar uma base teórica sólida nas ciências sociais. Guimarães (2004) apresenta três problemas determinantes que afetam diretamente a consolidação de estudos com bases teóricas concretas sobre o conceito de raça. O primeiro problema advém da falta de recorte específico no cenário brasileiro. O segundo problema tem a ver com a dificuldade em determinar e classificar os grupos raciais sem a contaminação de interesses políticos pelo tema, reduzindo os estudos a alimentação de ações de grupos políticos. O terceiro problema está na imprecisão do termo racismo.

O autor enfatiza que um dos grandes desafios na sociedade atual é buscar teorizar acerca da reprodução e perpetuação das desigualdades raciais no Brasil. Posto que para entender o significado cultural do racismo, é preciso se atentar a uma análise do discurso nativo e analítico e as relações implícitas entre raça e classes.

Jacques d’Adesky (2001, p.45-46) *apud* Silva (2007) afirma que, mesmo havendo a desconstrução científica do conceito de raça a partir do viés biológico isso não fará com que a evidência simbólica da raça seja extinta. A tendência das pessoas será continuar a percebê-la e compreendê-la conforme a interpretação que fazem a partir das características perceptíveis e visíveis. “Acima de tudo, o imaginário racista alimenta-se das semelhanças e das diferenças

fenotípicas da cor da pele até as diversas características morfológicas”. Por isso, considera relevante tratar desse assunto levando em consideração a perspectiva simbólica de raça empregada no contexto sociocultural. (JACQUES D’ADESKY, 2001, p.45-46 *apud* SILVA, 2007, p.32)

Conceitualmente, a categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis a "raça" numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas (HALL, 2003). Segundo Hall (2003, p.69), raça é uma construção política e cultural, pautada nas práticas discursivas “em torno do qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo”. O autor argumenta ainda que o racismo, como qualquer outra prática discursiva, possui uma lógica própria. E afirma que,

[...] a referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o antissemitismo e com o sexismo (em que também “a biologia é o destino”), porém, menos com a questão da classe. O problema é que o nível genético não é imediatamente visível. Daí, que nesse tipo de discurso as diferenças genéticas (supostamente escondidas na estrutura dos genes) são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto [...], o que permite seu funcionamento enquanto mecanismos de fechamento discursivo em situações cotidianas (HALL, p.69-70).

Segundo Hall (2003), o racismo biológico busca privilegiar marcadores como a cor da pele. Marcadores estes que são utilizados também, por extensão discursiva, para conotar diferenças sociais e culturais. Ainda segundo o autor, a "negritude" surge enquanto um signo que tende a gerar maior proximidade dos negros “com a natureza e, *consequentemente*, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, de que lhes falem capacidades intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão [...]”. (HALL, 2003, p.70)

Lilia Schwarcz (1933), por sua vez, corrobora dizendo que “o argumento racial foi política e historicamente construído, assim como o conceito “raça” que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social” (SCHWARCZ, 1933, p.17). Schwarcz revela, que nos finais do século XIX, o Brasil era descrito, segundo os relatos de viajantes europeus, como um país “único e singular de extrema miscigenação racial” (SCHWARCZ, 1933, p.12). A autora reitera que, apesar de muitos intelectuais brasileiros referirem-se ao “espetáculo brasileiro da miscigenação”, as misturas raciais em que o Brasil era pintado não eram vistas muitas vezes como positivas. As variações de cor presentes nas maiores cidades brasileiras eram apreendidas por muitos viajantes estrangeiros e pela elite brasileira como “adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade

da nação” (p.13), já que, de acordo com as teorias racialistas a diversidade fenotípica presente no Brasil, causaria as mazelas decorrentes das múltiplas misturas de raças.

Para Schwarcz (1933, p.16), “as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava”. Isso transformou-se em um novo argumento de sucesso, para o estabelecimento das diferenças sociais. Segundo Schwarcz (1933, p.16), é a partir desse paradoxo, “no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento”, que os “homens de ciencia” encontram a saída para acomodarem modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Os “homens da ciencia” irão se debruçar sobre os limites que os modelos deixaram: “entre a aceitação das teorias estrangeiras - que condenavam o cruzamento racial - e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (SCHWARCZ, 1933, p.16).

A autora argumenta que as questões raciais permanecem vivas no Brasil, devido as expressões ainda muito recorrentes não só entre os brasileiros, mas entre os estrangeiros para designar o negro e reforçar a ideia de que o Brasil é composto pelas raças.

Thomas Skidmore (1976) sustenta a tese de que as relações raciais prosseguiram, depois da abolição, onde no início do século XX, “o Brasil exibia um complexo sistema de classificação racial de natureza pluralista e multirracial, em contraste com o sistema birracial da América do Norte” (SKIDMORE, 1976, p.55).

Tomas Skidmore (1976) ao abordar questões raciais esclarece que no Brasil não há racismo, há um racismo diferente ou melhor dizendo há outra espécie de racismo, o racismo social econômico. Na qual ele descreve algumas características utilizadas no início do século XX no Brasil, para determinar a classificação racial como “a cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficavam conhecendo” (SKIDMORE, 1976, p.55). Esta era julgada ainda pela “aparente riqueza ou provável status social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos”. Ainda segundo o autor, outro fator determinante se aplicava ao status social e principalmente as características físicas (o fenótipo).

Para Skidmore (1976, p.55), “o negro foi a figura mais central da “democracia racial” brasileira”. Seus limites sociais dependiam principalmente da “aparência (quanto mais “negróide” menos móvel), e do grau de “brancura” cultural (educação, maneiras, riqueza) que era capaz de atingir”. Além disso, a aparência, traços físicos e o cabelo crespo/cacheado da mulher negra também são associados muitas vezes à feiura, principalmente, por não fazer parte

do “padrão estético” estabelecido socialmente, isto é, traços associados às mulheres brancas e por trazer no seu corpo Estigmas – Marcas raciais – Traços que representam o corpo negro, associado à inferioridade e à negatividade. Isso é notado no trecho abaixo, onde Beatriz relata que sofreu preconceito não somente pela sua cor, mas pela sua aparência e pelo cabelo crespo.

Sim, quando eu era criança na escola principalmente esse preconceito era bem presente, lembro de alguns colegas que faziam algumas gracinhas correlacionadas ao meu cabelo, falavam que meu cabelo era feio, que parecia...sabe a palha de aço de lavar louça? Eles falavam que meu cabelo parecia uma palha de aço, e aí eu ia até o banheiro chorava, sofria sozinha, várias vezes isso aconteceu. Com relação aos meus lábios também, eu já sofri vários preconceitos por eles serem grandes teve bastante preconceito, sendo que a maioria deles vinha de vários colegas da escola e de outras pessoas próximas. (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

Outro fator importante que contribui para esse tipo de construção é a subalternidade e a invisibilidade que carrega a mulher, sobretudo a mulher negra, por ser compreendida apenas enquanto um corpo/objeto destinado a ocupar certos lugares na sociedade, nutrindo na sua cabeça o sentimento de inferioridade, de que a estética, preceitos morais e religiosos corretos era/é o padrão europeu. “Usar roupas europeias ou trapos da última moda, adotar coisas usadas pelos europeus, suas formas exteriores de civilidade, florear a linguagem nativa com expressões europeia, tudo calculado para obter um sentimento desigualdade com o europeu e seu modo de existência” (FANON, 2008). Nesse contexto, a mulher negra surda diante da sociedade assume um posto de passividade em suas atividades, e para existir nessa sociedade esta mulher tende a ratificar a ideia de superioridade branca em detrimento da inferioridade negra. Como visualiza-se no trecho abaixo, onde Beatriz relata que no período da adolescência buscava se inspirar nas mulheres brancas, porque não havia mulheres negras que a inspiravam a se vestir e usar o cabelo crespo no município de Igarapé-Miri-PA.

Bom, o olhar de julgamento em relação ao meu cabelo veio na adolescência, onde eu passei a ter vergonha de quem eu era, passei a usar química para mudar a textura do meu cabelo, chapinha e eu considerava que fosse perfeito usar chapinha, até mesmo para ficar parecida com outras mulheres. Porque eu não via muitas mulheres negras usando o cabelo crespo, usando roupas da moda no meu município. Eu já fui ter contato com pessoas que se identificavam negas na universidade e no Movimento Surdo (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

Essa ideia serviu para reforçar ainda mais as desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil, principalmente aquelas que sofrem discriminação pelo fato de ser mulher, negra, surda e pertencer a uma classe social muitas vezes marcada pela pobreza. Segundo Werneck (2001), é interessante observar estes determinantes da violência estrutural que atingem

as mulheres negras na sociedade brasileira, mas é necessária a compreensão de que as negras, enquanto seres indivisíveis, vivenciam simultaneamente graus externos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social em um bloco monolítico e por diversas vezes “pesado demais” (WERNECK, 2001).

Ser mulher, negra e surda no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo sexismo, pelo racismo e pela diferença somando-se ao preconceito de classe social a coloca no mais baixo nível de opressão. Visto que ao longo do processo histórico esta mulher tivera que prestar na maioria das vezes serviços junto às famílias de classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto submissa às famílias bem-sucedidas, acaba sofrendo preconceito devido o reforço diário quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares.

As múltiplas discriminações enfrentadas pelas mulheres negras estão presentes na trajetória de vida destas mulheres e seus efeitos mostram-se visíveis em todos os espaços que estas buscam ocupar. A produção de pesquisas que tenham como foco ampliar a discussão sobre questão racial e de gênero é de grande importância, pois as mulheres negras sofrem os efeitos do racismo e das desigualdades no seu cotidiano (BAIROS, 2000).

Portanto, o conceito de raça passou a ser importante para as Ciências Sociais a partir da sua ressignificação social e política. Ressignificação esta que não nega o racismo presente no Brasil, mas o evidencia a fim de que seja superado, tratado e não diluído na classificação de cor da pele e na dimensão estética (SILVA, 2007).

Nessa perspectiva, considerar a raça como uma das dimensões relevantes na trajetória da mulher negra surda militante nessa pesquisa é comungar com a interpretação de Guimarães (1999), o qual salienta que é:

[...] justo aí que aparece a necessidade de teorizar as “raças” como elas são, ou seja, constructos sociais, formas de identidades baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz, para construir, manter, e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (GUIMARÃES, 1999, p.64).

Diante disso, a pesquisa elege a categoria raça tomando como ponto de partida a dimensão política, social, histórica e cultural. Para fins de ressignificar o conceito da mesma, e assim contribuir para desmascarar a ideia equivocada de que raça tem íntima ligação com o fator biológico ou natural que ainda perdura no imaginário social brasileiro. Pode-se, também,

desvelar o racismo à brasileira que tem na cor sua marca e essência, fundamentando as práticas de discriminação racial presentes na sociedade brasileira.

3.3 RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E SURDEZ

Na atual conjuntura social, percebe-se a existência de inúmeras estratégias as quais têm por finalidade desqualificar e normatizar todos aqueles considerados desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade. Nessa configuração, há subalternidades de categorias de diferenciação, síntese da junção de vários eixos de exclusão e exploração social em que estão os grupos denominados minoritários, que incluem tanto as mulheres negras como as mulheres surdas concebidas como seres inferiores. Segundo Furtado (2016):

[...] limitados intelectualmente, com tendência à criminalidade (negros), considerados deficientes e incapazes (surdos). Os surdos negros, porém, “carregam sobre seus ombros”, estes e tantos outros estereótipos, em uma espécie de associação que constitui como “os outros” na sociedade [...]” (FURTADO, 2016, p.74-75).

Desse modo, ao fazermos uma análise acerca do contexto histórico destas, esclarece-se que a condição social das mulheres surdas foi/é marcada pelo lugar da incapacidade, limitação e inferioridade. O não pertencimento à sociedade majoritária (ouvinte) trouxe estigmatização e exclusão, sendo que a situação da surdez ficou, tradicionalmente, relegada à problemática da deficiência. Não diferente, a mulher negra é identificada como aquela a carregar o estigma de inferioridade devido à discriminação racial herdada da imposição da “cultura branca” escravocrata.

Em sentido similar, a visão em relação a mulher surda, em geral, manteve sempre um aspecto negativo. Pelo fato de apresentarem como marca sua incapacidade natural de audição. Tal concepção retirou da surda todo e qualquer direito assegurado, condenando-a a viver à margem da sociedade.

Pode-se compreender, a partir dessas abordagens, que as representações estereotipadas sobre as negras surdas foram/são modeladas e construídas a partir dos objetos atribuídos a elas pelo senso comum por conta de suas diferenças étnico/raciais e pela questão da surdez, os quais corroboraram para reforçar esse imaginário carregado de percepções negativas do ser negra.

Nessas representações estão contidos os estigmas, os estereótipos e os julgamentos prévios a respeito do ser negra surda, elementos internalizados acrescentados pelas demais pessoas para construir o conceito tido sobre esse sujeito, pelos quais estas apreendem e integram no seu universo interior aquele. As Representações Sociais são:

um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vista como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981, p. 31).

Configuram-se em:

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

Dessa forma, as imagens tecidas sobre as (os) negras (os) surdas (os), foi/é fruto de uma construção histórica e social da realidade que reforçou a subjetivação desses sujeitos como triplamente marginalizadas por serem afetadas não somente pela condição da surdez, mas também pela questão de gênero e de raça.

Nesse sentido, a questão de gênero abordado pela filosofia sobre a ideia que se tem a respeito das mulheres, em especial das mulheres negras surdas, contribuiu para a definição de uma divisão do mundo marcada pela desigualdade entre homens e mulheres sejam elas ouvintes ou não, e pelo poder que uns detém sobre os outros. A esse respeito, Scott (1990) afirma que “o gênero é um elemento construtivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p.14). Isso fez com que segundo Carneiro (2003, p.118) “[...] as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuassem no silêncio e na invisibilidade”. Esse apagamento das mulheres negras surdas ao longo do processo histórico, deve-se a sua grande maioria, a questão racial e de gênero, já que o racismo tende a rebaixar a mulher negra diante da mulher branca. Posto que, de acordo com Carneiro (2003, p.119):

[...] a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003b, p.119).

Ademais, outro instrumento que surge como mais um dos domínios de poder, contribuindo de maneira significativa para manter a subalternidade das mulheres negras surdas, é a questão de raça. Segundo Hall (2003) raça é uma construção política e cultural, pautada em

práticas discursivas “em torno do qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, 2009, p.69).

De acordo com Quijano (2005, p.107) a compilação das diferenças entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça, “ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”. Essa imagem imaginária foi utilizada “pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (QUIJANO, 2005, p.107).

Nesse contexto, a mulher negra surda subalternizada encontra-se “em uma posição periférica pelos problemas subjacentes as questões de gênero” (SPIVAK, 2010, p.15), uma vez que não consegue conquistar um espaço de enunciação e garantir seu lugar de fala, ou seja, posicionar-se frente a presença hegemônica masculina. Concluído sua ideia, Spivak (2014) afirma que a:

[...] mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir. É, principalmente, à mulher intelectual que seu apelo final se dirige – a ela caberá a tarefa de criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual (SPIVAK, 2014, p.15).

Dessa forma, as imagens tecidas sobre a mulher negra surda enquanto sujeito subalternizado, foi/é fruto de uma construção histórica e social da realidade que reforçou a subjetivação desse sujeito como triplamente marginalizada por ser afetada não somente pela condição da surdez, mas também pela questão de gênero e de raça. Como pode-se visualizar no depoimento de Beatriz, onde ela relata que descobrir-se mulher, negra e surda a princípio trouxe um lado negativo para sua vida.

Eu não me sentia bem com o meu cabelo crespo, me sentia deprimida, oprimida, sentia vergonha de me assumir mulher negra surda, porque eu já tinha a questão da cor e da surdez ainda, isso me envergonhava, fazia com que eu sempre me escondesse. Eu não tinha um conhecimento sobre o que é ser mulher negra surda (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

Essas representações serviram para reforçar e naturalizar o estigma e o preconceito sobre a mulher negra surda, impossibilitando-a de firmar sua identidade étnico/racial, sua autoestima, as relações com o outro, fomentado a ideia de que é hierarquicamente de menor valor social não somente por conta da sua cor, mas pela sua diferença, ficando atrás da mulher branca, reforçando, desse modo, as desigualdades entre gêneros existentes na sociedade.

Nesse contexto, em que as relações de poder operam como elemento de subalternização, as mulheres negras são caracterizadas enquanto meras coadjuvantes nas tomadas de decisões políticas, cabendo a elas o fazer doméstico, o cuidar dos filhos e dos maridos. Enquanto aos homens “cabem as decisões políticas (o mundo das ideias) e as ações políticas (o mundo público). As mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas "nobres" atividades políticas [...]”. (GOLDENBERG, 1997, p.352-353). A luta das mulheres nas organizações políticas é justamente mudar essa visão que se tem acerca da mulher relegada a segundo plano, em prol da igualdade entre homens e mulheres, do controle feminino sobre a sua própria vida e sexualidade.

Deste modo, a “tripla diferença” vivenciada pelas negras surdas é algo posto, não havendo a possibilidade de optarem por uma delas, deixando dessa forma de ser negra ou de ser surda. Segundo Furtado (2016), isso significa que:

as diferenças não são portadas pelos sujeitos como algo carregado como uma mala ou uma mochila por um tempo e do qual, quando o indivíduo se sente cansado, pode livrar-se dela, deixando-a em algum lugar ou pedindo que outra pessoa carregue. Mas, *a priori*, as diferenças são permanentes (FURTADO, 2016, p.127).

Segundo Garcia (1999), nos seus estudos realizados com surdos negros afro-americanos, enfatiza que quando os Surdos (as) negros (as) são questionados sobre qual seria sua prioridade a surdez ou a negritude, costumeiramente respondem serem Surdos (as) e negros (as):

Eles não podem negar a sua cor ou sua surdez porque ambas estão sempre com eles. Eles lembram aos outros que a surdez é invisível até que você comece a se comunicar – usando os sinais com outros, ou escrevendo ou tentando falar com aqueles que não conhecem a língua de sinais. Entretanto, a cor da pele é saliente. Todos a veem, mesmo aqueles que fingem não perceber, serem cegos à cor. As pessoas veem um homem negro descendo a rua, não um homem surdo e reagem primeiro à cor da pele não à surdez (GARCIA, 1999, p.155).

Em suas análises, Garcia (1999) faz a inter-relação entre raça e surdez com base nas experiências históricas, para assim compreender que ambas situações se inter-relacionam no ponto em que cruzam as formas de discriminação criadas pelos grupos dominantes sobre os dominados. Sendo assim, foi possível verificar a partir das análises que os sujeitos surdos negros não se narram enquanto negros, havendo assim uma quebra nos seus processos identitários, além disso são discriminados devido a sua alta vulnerabilidade, sofrendo

diariamente o ouvintismo¹¹ e o preconceito, sendo invisíveis às comunidades surdas e negras devido as suas especificidades e falta de políticas públicas no contexto escolar e social.

Percebe-se para tanto, que ambos os grupos sofrem discriminações e invisibilidades, de um lado os negros resistindo de diversas formas a escravidão, lutando pelos movimentos sociais para que de fato possam viver em uma sociedade justa e com equidade. Por outro lado, a comunidade surda resisti ao ouvintismo, processo pelo qual os surdos foram/são submetidos a treinos exaustivos para aprender a falar, pois a teoria linguística era mais importante, onde a língua de sinais era proibida, no entanto fora através de muita luta que conseguiram legalizar a LIBRAS como sua primeira língua.

Skliar (2010) afirma que os surdos formam uma comunidade linguística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios. A língua de sinais constitui o elemento identitário dos surdos e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e as normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguística e comunicativa – e cognitiva – por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos. Isso pode ser evidenciado na narrativa de Beatriz em que ela expressa o orgulho em compartilhar a língua de sinais que antes ela não tinha aquisição, dos sonhos que almeja enquanto mulher negra surda, conforme exemplifica no seguinte excerto:

Bom, eu imagino algo muito bom, a questão da sinalização, eu me sinto muito feliz, para mim é ótimo. Antes eu não tinha sinalização, não tinha aquisição da língua de sinais e hoje com essa aquisição, eu me sinto muito orgulhosa, porque eu consigo me comunicar com outros surdos com a mesma língua que é nossa L1 a língua de sinais. Então nós temos interações, nós conversamos, nós nos entendemos e nos compreendemos através da Libras (Beatriz Barbosa. Entrevistada realizada em 10 de set. de 2021).

Deste modo, a comunidade surda é motivada a partir das familiaridades linguísticas e identitárias dos surdos com outros surdos, pois:

A comunidade surda se origina em uma atitude diferente frente ao déficit, já que não leva em consideração o grau da perda auditiva de seus membros. A participação na comunidade surda se define pelo o uso comum da língua de sinais, pelos sentimentos de identidade grupal, o autorreconhecimento e identificação com o Surdo, reconhecer-se como diferente [...] A língua de sinais anula a deficiência e permite que os Surdos consigam, então, uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade (SKLIAR, 2010, p. 100).

¹¹ Segundo Madalena Klein e Márcia Lise Lunardi (2006), o ouvintismo toma como referência de “normalidade” o modelo ouvinte, contribuindo sobremaneira para a imposição deste padrão sobre os surdos, ao mesmo tempo em que diminui a importância de suas especificidades.

Nesse ínterim, a comunidade surda torna-se um movimento de resistência do direito de ser surdo e da valorização do pertencimento linguístico minoritário. E o movimento negro torna-se um movimento que reivindica o fim das desigualdades sociais marcadas pela cor da pele, firmando sua identidade étnico/racial.

Desse modo, é possível perceber a organização de mulheres negras e surdas no sentido de afirmar uma identidade feminista e uma identidade negra surda ao mesmo tempo, ambas colocadas em intersecção com o objetivo de fortalecer as ações das mulheres negras na luta contra o racismo¹², o preconceito¹³, o machismo¹⁴, o patriarcado¹⁵ e a homofobia¹⁶; bem como proporcionar seu empoderamento na atuação autônoma, na conquista de políticas públicas que atendam às suas demandas específicas, reconhecendo a essas mulheres o sentimento de pertencimento, ou seja, de se sentirem parte da comunidade negra, possibilitando dessa forma a construção e a afirmação da identidade racial de mulheres, pois o pertencimento racial é fundamental para a elaboração de novas subjetividades, o fortalecimento dos sujeitos para enfrentarem as desigualdades raciais, de classe e de gênero na luta por mudanças na sociedade contemporânea.

De acordo com o exposto, as ponderações debatidas acerca das mulheres negras surdas, enquanto grupo minoritário e socialmente excluído, mostra que tais sujeitos têm sua história de vida ligada a discursos de negações e constantes lutas e se encontram em desvantagem não somente por sua identidade *diferente*, decorrente da experiência da surdez, mas pelas questões de cor da pele, classe social e gênero. Percebe-se tais questões influenciando categoricamente nas suas formas de viver, narrar-se, posicionar-se diante do mundo e inclusive de se relacionar com seus pares surdos.

¹² O racismo é um conjunto de estereótipos, preconceitos e discriminações baseada na crença da superioridade/inferioridade de um grupo racial ou étnico com relação a outro, em uma conjuntura de dominância social (JESUS, 2014, p.16).

¹³ O preconceito consiste em julgar a diferença do outro, subjugando esse outro como um ser inferior, indigno de respeito.

¹⁴ O machismo é definido como um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher (DRUMONT, 1980, p.81).

¹⁵ O patriarcado pode ser entendido como uma instituição social caracterizada pela dominação masculina nas sociedades contemporâneas em várias instituições sejam elas políticas, econômicas, sociais ou familiares. É uma forma de valorização do poder dos homens sobre as mulheres a qual repousa mais nas diferenças culturais presentes nas ideias e práticas que lhe conferem valor e significado do que nas diferenças biológicas entre homens e mulheres (MILLET, 1969, p.58).

¹⁶ O termo homofobia de acordo com Junqueira (2007) surgiu durante os anos 70 nos Estados Unidos, e basicamente consiste na aversão, ódio a pessoas que optam por ter relações homossexuais ou que de qualquer forma tenha orientação diferente da que é aceita pelo seio da sociedade, sendo o homossexual visto como anormal ou inferior em relação aos heterossexuais.

Pelo exposto, a mulher negra surda, a partir da suposição que os preconceitos interagem de maneira sinérgica, fortalecendo os mecanismos de opressão e exclusão, está sujeita a uma tripla marginalização. O enfrentamento dessa situação de opressão deve ser feito de forma coletiva, sendo que as mulheres negras surdas devem buscar integrar movimentos sociais nos quais possam expor-se e encontrar espaços para a convergência de perspectivas de luta, em prol de sua autonomia e emancipação.

4 SEÇÃO IV – NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: O PROCESSO DE ACEITAÇÃO DO SER E ESTAR SENDO MULHER NEGRA SURDA NA MILITÂNCIA

A partir das narrativas sinalizadas pela Beatriz nos encontros *On-line* no decorrer da pesquisa, muitos fatos puderam ser contados, fatos estes que se debruçaram sobre a experiência de ser e estar sendo mulher negra surda que ganha significado na sua vida a partir do momento que esta ingressa à universidade e passa a se engajar no movimento negro surdo, nos grupos de jovens e nos eventos acadêmicos que possibilitaram-na tecer uma nova visão sobre a forma pelas quais as questões de gênero, raça e surdez vem sendo discutidas no momento histórico. Assim, as análises a seguir procuram contemplar os pontos que se destacaram nas entrevistas, por apresentarem elementos que sinalizam as questões identitárias de Beatriz.

Nesse sentido, conduzimos a escrita desta dissertação explorando as categorias que mais se destacaram ao longo das narrativas sinalizadas por Beatriz, de modo a respeitar aquilo que foi explanado por ela. Desta maneira, buscou-se trazer para a análise dos dados, experiências e acontecimentos que enfocaram a trajetória de vida familiar, escolar e o processo de inserção desta na militância que mais se sobressaíram nos encontros realizados, buscando refletir sobre como ocorreu seu percurso identitário, como isso contribuiu para ressignificar a ideia que tinha a respeito de gênero, raça e surdez e incentivá-la na luta e reivindicação de seus direitos. É importante frisar que as narrativas serão apresentadas com base na categorização temática, que será organizada nesta dissertação a partir de uma espécie de costura dos acontecimentos que, ao serem narrados por Beatriz, proporcionam a compreensão do percurso de formação e da construção da identidade do ser e estar sendo mulher negra surda em processo de militância.

Com a transposição didática dos vídeos sinalizados para a língua portuguesa e sua posterior análise, nos deparamos com um universo de informações valiosas que iam ao encontro da proposta inicial deste estudo que era compreender, a partir das narrativas de Beatriz, a história de vida desta, de modo a entender por meio de seus processos formativos e dos saberes construídos no processo de militância como esta mulher constitui sua identidade e ressignifica-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez. As narrativas sinalizadas “possibilitaram inferir diferentes análises sobre o que foi dito, sob o olhar da pesquisadora. Porém, é apenas um olhar, entre tantos que esse trabalho possa suscitar. É com esse propósito que convido o leitor a conhecer [...]” (SILVA, 2012, p.48), a história de vida e a

formação identitária desta a partir do reconhecimento racial, da aquisição da língua de sinais e da inserção na militância.

Através de recortes de sua história como mulher negra surda militante que é possível vivenciar acontecimentos significativos em sua constituição, os quais refletem sua forma de ser, pois ao se narrar, esta se representa e se constitui. “Nessa perspectiva de narrar sua história e de seu povo, o sujeito surdo tece seu processo de construção e reconstrução com seu próprio olhar, apresentando suas narrativas ao outro que, ao escutá-las/visualizá-las, as insere no coletivo” (SANTOS, 2012, p.30).

4.1 NARRATIVAS QUE SINALIZAM ELEMENTOS CONSTITUINTES À IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DA MULHER NEGRA SURDA MILITANTE

As narrativas sempre trazem experiências de vida ligada à família, à escola, à comunidade, à sociedade e à formação profissional. Elas traduzem o que somos e o mundo em que vivemos. Somos produzidos em narrativas, em histórias que contamos, que escutamos e que lemos (LARROSA, 1996 *apud* SANTOS, 2012, p.31).

Santos (2012) discorre que as narrativas contadas se tornam compartilhadas e são vivenciadas pelos sujeitos que escutam, além de serem vividas e ressignificadas pelos narradores, reconstruindo assim a história que sinalizam de si, de suas experiências pessoais, dos saberes e leituras de mundo que fazem.

O sujeito ao narrar suas experiências as ressignificam, pois na medida que se narra passa-se a compreender suas múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo. Posto que, de acordo com Santos (2012), é por meio de narrativas que os sujeitos têm a oportunidade de colocar suas experiências e percebê-las na construção de sua vida individual e coletiva. Além de relacionarem muitas vezes sua compreensão de mundo, visto que as narrativas permitem essa releitura do vivenciado e experimentado, gerando assim uma nova significação do que foi vivido.

Nesse sentido, a pesquisa procurou levar em conta o lugar a partir do qual Beatriz se narra, ou seja, o lugar que assim como dos ouvintes é produzido discursivamente e culturalmente, a qual na medida que narra a si mesma, narra também seu povo. É o momento pelo qual passamos a conhecer e vivenciar a história de vida de Beatriz sinalizada por ela e não pelos ouvintes.

Pensando nisso, e na possibilidade do poder de se mostrar e sinalizar sua diferença a partir das narrativas apresentadas nesta pesquisa, procurou-se trazer para discussão elementos que contribuíram diretamente na constituição identitária e na tomada de consciência étnico-racial, possibilitando a esta o sentimento de pertencimento à comunidade negra e a participação na comunidade surda pela partilha da língua de sinais, costumes e vivências.

Partindo desses pressupostos, entende-se que a mulher negra surda, pensado do ponto de vista étnico reconhece-se enquanto negra devido seu contato com as marcas e traços que envolvem seu povo. De acordo com Munanga (2012), a identidade negra, ou seja, o processo de autoidentificação do sujeito negro está diretamente ligado as características culturais e linguísticas do seu grupo étnico, por outro lado, está autoafirmação do sujeito resulta da maneira como o próprio grupo se define, autodefine, ou como é atribuída por outros grupos (MUNANGA, 2012). Deste modo, a identidade pessoal desta mulher ressignifica-se a partir da identidade coletiva que se desenvolve dentro de um emaranhado de teias e relações estabelecidas entre os sujeitos com que discute e dialoga cotidianamente.

Na constituição da identidade surda acontece algo semelhante, uma vez que “está relacionada às práticas discursivas – não a uma língua determinada – e às diversas interações sociais no decorrer de sua vida: na família, na escola, no trabalho, nos cursos que faz, com amigos” (SANTANA, 2007, p. 44). Esta análise interpretativa sobre constituição do ser surda enquanto produto de relações linguísticas, afetivas e sociais estabelecidas com outras pessoas, nos induz a pensar que “existe um deslocamento do sujeito dependendo do local e do grupo que está inserido, mostrando, dessa maneira, que as identidades se adaptam e se modificam de acordo com as relações interpessoais” (SANTOS, 2019, p.78).

É por este motivo que de acordo com Hall (2005) não devemos falar de identidade, mas de “identidades”, no plural, pois estas representam as “posições dos sujeitos” e estão relacionadas a seu “pertencimento”. O autor define como “identidades culturais” os aspectos das identidades dos sujeitos que surgem com seu pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. Assim, as identidades são múltiplas, plurais e em muitos momentos contraditórias. Para este o chamado “sujeito pós-moderno” não constrói uma identidade fixa, essencial ou permanente: ao contrário, esta é uma “celebração móvel” em constante transformação (HALL, 2005).

Sobre o exposto, Santos (2019) corrobora dizendo que além das identidades desses sujeitos que partilham experiências dentro do seu grupo de pertencimento não serem fixas e não existir um essencialismo cultural, é importante destacar, que existe uma relação de poder que

faz com que os sujeitos se adaptem de acordo com o ambiente em que eles estão inclusos, por exemplo, supõe-se que para negros/as surdos/as ganharem voz dentro do Movimento Negro é necessário em primeiro lugar que sejam sujeitos negros/as, ser apenas surdo/a não bastaria para ter um lugar de fala no movimento e isto acontece da mesma forma dentro do movimento surdo, em que ser negro não seria o bastante para o sujeito conquistar um espaço, é necessário além de ser surdo, ser usuário da língua de sinais (SANTOS, 2019).

Assim, podemos inferir que há um deslocamento desses sujeitos dependendo do local e do grupo que estão inseridos, mostrando, dessa maneira, que as identidades se adaptam e se modificam de acordo com as relações interpessoais. Como podemos observar em uma das narrativas de Beatriz, onde ela sinaliza que tem:

muito orgulho em assumir minha cor, os traços que me liga ao meu grupo familiar que é negro e a língua de sinais como forma de me expressar e comunicar com os surdos, porque ela me liga também a comunidade surda. (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

Outro aspecto importante destacado na pesquisa diz respeito a tomada de consciência em relação ao tornar-se negra, na qual Beatriz descreve que mesmo vindo de uma família que se constituía a partir de relações inter-raciais, o reconhecer-se enquanto mulher, negra e surda para ela, foi algo despertado na juventude, a partir da referência dos grupos sociais e de outras mulheres que ela teve contato no ensino superior. Foi a partir das experiências vivenciadas com mulheres negras no movimento negro surdo, na universidade, que ela passou a se conscientizar em relação as situações de estigmatização vivenciadas pelos/as negros/as e assim se impor diante de toda e qualquer forma de opressão engendrada pela “cultura branca” escravocrata.

Sousa (1983) salienta que ser negro é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. “Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que carregue o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração” (SOUSA, 1983, p.77). Assim, em conversa com a Beatriz, onde nos relata aspectos que a levaram a tomada de consciência das formas de racismo que ela, seus amigos e seus familiares enfrentaram ao longo da vida e como isso foi importante para esta assumir-se enquanto negra surda, ela relata que:

Sim, conforme foi passando o tempo eu passei a ter uma outra consciência em relação ao racismo, ao preconceito e a surdez que eu, meus familiares e amigos passamos. Então, assumir a minha cor, o meu cabelo, a minha identidade negra, foi fundamental para eu me ver enquanto mulher negra surda e lutar pelos direitos

que me foram negados (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

Segundo Santos (2017), assumir-se negra, não é simplesmente assumir a cor da pele negra, fator biológico. Não é ter a consciência da existência de diferentes pigmentações de pele, brancos, negros, amarelos. Assumir a sua negritude significa resgatar aquilo que “se refere a toda a história dos grupos humanos que o mundo ocidental ‘branco’ juntou, escravizou, colonizou e chamou de negros. Considerando o seu continente de origem, a África, como um deserto cultural” (SANTOS, 2017, p.59). A esse respeito, Munanga (2012) esclarece que:

Na realidade, o que esses grupos humanos têm juntamente em comum não é como parece indicar, o termo negritude à cor da pele, mas sim o fato de serem na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objetos de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2012, p.20).

Assumir a negritude seria, então, uma tomada de consciência dos negros sobre a agressão racial que sofreram e sofrem dos brancos, sobre as marcas negativas que esse racismo deixou no seu povo, e o quanto prejudicou o seu processo identitário. Nos dias atuais, a luta dos negros/negras não tem a intenção de dividir os oprimidos do sistema econômico atual, mas existem problemas particulares dos negros/negras e só eles podem resolver, apesar de contarem com a solidariedade de outros grupos conscientes. A recuperação de sua identidade, de sua autoestima, passa primeiramente pela aceitação do seu corpo, do seu cabelo, do seu fenótipo, da sua cor (SANTOS, 2017). Isso é notado no trecho abaixo, onde Beatriz relata que se auto identifica enquanto mulher, negra e surda.

Porque hoje eu me acho linda, já me aceitei enquanto uma mulher, negra, surda e militante, assumindo minha cor, meu cabelo, minha surdez, a língua de sinais, porque por muito tempo nós surdos tivemos que seguir as regras dos ouvintes, nós não podíamos sinalizar. E agora, eu sei que vou atuar em qualquer lugar. Hoje eu me sinto muito feliz com a língua de sinais, eu não dependo de outras pessoas para lutar pelos meus direitos. Eu tenho conhecimento dos meus direitos e deveres em sociedade e sempre vou lutar sim, por esses direitos (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

De acordo com o relato acima, nota-se que Beatriz recupera sua identidade a partir do momento que passa a se reconhecer enquanto mulher negra surda, assumindo seus traços negros; a surdez como forma de resistência a cultura ouvinte que por muito tempo fez com que os surdos se enquadrassem aos padrões estipulados pelos ouvintes privando-os do uso da língua de sinais, possibilitando a mesma uma consciência política em relação a todas as formas de opressão vivenciada, que deu-lhe subsídios para reivindicar seus direitos perante a sociedade.

De acordo com Munanga (2012) a recuperação da identidade “[...] começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” (MUNANGA, 2012, p.19).

Beatriz relata ainda que a conscientização em relação a negritude ressignificou a representação que ela tinha de si, e com isso ela passou a construir uma imagem contra hegemônica para se representar, assumindo sua cor, seu cabelo crespo como forma de afirmar sua identidade e resgatar sua ancestralidade. Sobre isso a entrevistada relata que:

Com certeza, eu por ser uma mulher, negra, surda, militante aqui no município de Igarapé-Miri, antes eu recebia o julgamento e passava a ter o meu cabelo liso, esticado, hoje não, hoje eu me identifico enquanto mulher negra surda e não permito que esses julgamentos interfiram no que eu quero ser. Porque hoje eu estou feliz, antes me sentia deprimida, oprimida e hoje não, estou firme, eu estou forte e não tenho vergonha de apresentar quem eu sou e exijo respeito. Não é como antes, então as pessoas precisam entender a identidade, precisam ter informações e respeitar a minha identidade. Eu não tenho mais vergonha, eu não tenho mais medo, eu sou firme e isso me ajuda a ser quem eu sou negra surda. E não ter mais aquele pensamento de que eu preciso seguir um padrão, o cabelo com química, não, eu não quero mais isso. Hoje eu sou uma outra mulher. Esses julgamentos mudaram, principalmente com relação a mim e tenho empatia com outras pessoas. Então, as pessoas precisam se identificar e aceitar a sua identidade e lutar por ela (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

A partir da narrativa acima, percebe-se que a entrevistada sente orgulho em se assumir enquanto mulher, negra e surda, revelando não precisar mais se adequar a um padrão que durante muito tempo determinou regras para aqueles sujeitos que não estão de acordo com o modelo estabelecido pela cultura branca/ouvinte, afirmando sua identidade por meio do reconhecimento e valorização dos traços e marcas de suas ancestralidades, visto que “a construção social da negritude no Brasil, especialmente da mulher negra e da sua autoestima” (SANTOS, 2017, p.57), ou seja, a formação da sua identidade como mulher, negra e surda começa a partir do momento que esta passa a valorizar a sua estética, seu cabelo, seu corpo, seu fenótipo, sua história. Como podemos visualizar no desenho abaixo, onde Beatriz representa o orgulho em assumir sua verdadeira identidade, da seguinte forma: “assumindo meus traços passei a me sentir mais leve, feliz e orgulhosa da mulher que sou hoje” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021), conforme a imagem a seguir:

DESENHO 01 – SER NEGRA SURDA



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Este desenho aqui, em que eu estou diante de um espelho, ele representa o momento que eu me encontrei comigo mesma, momento que eu passei a me ver como mulher negra surda, a assumir minha cor, meu cabelo cacheado, a querer participar do movimento surdo e a encorajar outras pessoas a gostarem dos seus traços e isso me deixa muito feliz. Então, esse foi o momento que eu realmente passei a afirmar minha identidade e não ter mais vergonha da minha cor, do meu cabelo, da língua de sinais. E hoje eu tenho muito orgulho da mulher empoderada que eu me tornei e de poder servir como referência para meus amigos surdos e para as mulheres negras do meu município, mostrando para eles que nós somos capazes e temos que lutar pelos nossos direitos (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Percebe-se no discurso de Beatriz que a demarcação da identidade é marcada a partir do momento que esta passa a se ver e aceitar enquanto mulher negra surda, assumindo sua cor, seu cabelo, a língua de sinais, ou seja, os traços que a ligam a cultura negra e surda. Esse aceitar-se, também possibilitou o envolvimento no movimento surdo, culminando com o empoderamento dos amigos surdos e das mulheres que antes não tinham vez e voz no município de Igarapé-Miri.

Para além de sua explicação, observa-se, no desenho, que a entrevistada representa a si mesma de maneira positiva, exaltando sua beleza. No desenho, encontramos Beatriz representada em frente a um espelho com a pele escura, o cabelo crespo e os lábios grandes, além disso, percebe-se ainda o modo como ela se veste, valorizando ainda mais os traços e marcas da cultura negra.

Nota-se, no desenho da entrevistada, que esta é materializada tendo a cor da pele escura, o cabelo crespo e os lábios grandes. Tais elementos são conceituados enquanto categoria de Pontos de Destaque segundo Oliveira, Oliveira, Silveira (2018), posto que exemplificam a Representação Social que ancora a figura de Beatriz a comunidade negra. Assim, nota-se que a mesma passou a tecer uma representação positiva acerca do ser negra, expressando os traços raciais que a ligam a cultura negra.

Em uma tabela de representações, tais atitudes expressadas por Beatriz se enquadram em aspectos de pertença étnica, social e cultural, pois ela ancora o “ser negra” e a objetiva por entre as semelhanças de si e dos seus familiares, ela demarca aspectos de identidade evidenciados no seu desenho.

TABELA 03 – REPRESENTAÇÕES SOBRE PERTENÇA ÉTNICA

Ancoragem	Perceber a negritude quanto valorativa.
Objetivação	Se identificar como negra através dos seus traços.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Furtado (2016, p.132) considera que “o *ser negro* bem como o *ser surdo* constituem o ser ontológico para além de uma característica biológica, mas se evidencia como uma questão de pertencimento e de experiências compartilhadas”.

O ato de representar a si, seus traços e marcas raciais implica afirmar que a diferenciação de Beatriz em relação com a cor inexistente, pois, “a diferença quanto preconceito só é gerada/negativada a partir do estranhamento de algo não familiar” (LOBATO, 2019, p.112).

Quando Beatriz aponta a si em um contexto social étnico, através da imagem, e direciona que suas escolhas para tal representação caracteriza a afinidade negra valorativa conjuntural evidencia que sua subjetividade está em sintonia com as pessoas que a cercam, com a cultura a qual participa, alheia a distinção de cor como algo que as depreciem, mas como que as marcam quanto comunidade.

Portanto, Beatriz usou de estratégia crítica quando apontou no seu desenho a diversidade étnica em reconhecer seu viés cultural/identitário negra em um momento especial da sua formação militante. Estas percepções indicam que, Beatriz reconhece e valoriza suas experiências negras, a comunidade negra onde as formam sujeitos pelas relações cotidianas e assim se tornam relevantes.

Moscovici (2003, p.30) compreende que “nós percebemos o mundo tal como ele é e todas as nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico em que vivemos”. Assim, as atribuições de Beatriz perpassam pelos sentidos de aprendizados sociais e partilhas por um estar no mundo em coletividade e pertença.

4.2 O CABELO NATURAL COMO PERFORMANCE IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA SURDA

Neste tópico discute-se questões que sinalizaram o reconhecimento e a valorização da identidade étnico-racial de Beatriz, que ao assumir o estilo de cabelo crespo/cacheado encontra não só uma forma de valorizar sua negritude ou a descendência de seus ancestrais, mas uma rejeição direta da concepção de beleza universal, aquela que instituiu o cabelo liso como modelo a ser seguido como padrão de beleza, reforçando a luta contra o preconceito e o racismo velado, de modo a fazer com que ela se reconheça enquanto mulher negra surda. Principalmente nesse momento em que o coletivo de mulheres negras ganha cada vez mais visibilidade, por conta de significativas conquistas geradas pela luta do movimento feminista. Esse movimento ao longo do processo histórico “marcado pelas lutas e movimentos sociais negros, contribuíram para a afirmação da identidade e reverbera cotidianamente através da importância da representatividade, autoestima e conhecimento” (SILVA e BRAGA, 2015, p.6).

Mesmo assim, percebe-se que o preconceito e o racismo estrutural tão presente nas relações cotidianas por conta das representações negativas tecidas sobre o estilo de cabelo crespo/cacheado assumido pelas mulheres negras, fez com que muitas destas mulheres recorressem a procedimentos químicos para alisarem os cabelos e se adequarem a um padrão de beleza universal reproduzido muitas vezes pela indústria cosmética como ideal.

Nesse ínterim, é sabido que as mulheres negras por trazerem em seus corpos Estigmas – Marcas raciais – Traços que representam o corpo negro associado muitas vezes à inferioridade e à negatividade, devido à discriminação herdada da imposição da “cultura branca” escravocrata é submersa, em um mar de angústias, inferioridade, de baixa estima por serem compreendidas apenas enquanto um corpo/objeto destinado a ocupar certos lugares na sociedade. Nogueira (2010 *apud* Santos, 2017) ao fazer uma análise sobre as mulheres negras nos seus estudos, verifica que estas trazem historicamente singularidades do corpo negro, que a cultura ocidental fez questão de negar, coisificar, excluir, destituindo de condição humana. É por essas e

outras representações que a identidade das mulheres negras historicamente vem sendo formada por exclusão, sofrimento, naturalização, expressando exotismo, excesso e erotismo.

Essa construção negativa da cultura negra contribuiu também para a não aceitação de muitas mulheres negras pelo estilo de cabelo “afro”, “crepso” e “cacheado”, marca da identidade negra, pelo fato, do rótulo que lhe fora imposto como possuidoras de um cabelo “rebelde”, “feio” e “ruim”, fomentado a ideia de que é hierarquicamente de menor valor social, ficando sempre atrás da mulher branca, tendo que recorrer à tratamentos de alisamento dos cabelos buscando “[...] um resultado o mais liso possível usando produtos com variadas formulações ou para obtenção de um efeito “natural” com menos volume e com espirais bem comportados [...]” (MATOS, 2016, p. 847); para adequar-se a um padrão de beleza reproduzido pela indústria cosmética e serem aceitas e reconhecidas na sociedade. A seguir é ilustrada uma imagem de Beatriz em que ela ainda usava o cabelo liso.

IMAGEM 07 - O CABELO ALISADO



Fonte: foto gentilmente cedida pela Beatriz Barbosa, (2021)

Na tentativa de serem aceitas ou de camuflarem o sistema, tentando ficar cada vez mais próximas da beleza eurocêntrica, dos cabelos lisos, as mulheres negras brasileiras, por um longo período (e algumas ainda persistem nesse caminho), manipulam seus cabelos buscando dominá-los, alisando-os com os mais variados tipos de alisamentos, como touca de gesso, pente de ferro, vários tipos de escovas progressivas, entre outros meios mais antigos e mais modernos (SANTOS, 2017). Ou seja, para essas mulheres serem “iguais” e “belas”, segundo a estética branca, precisam perder suas características raciais e culturais e assumir os estigmas negativos atribuído aos cabelos crespos.

Isso é notado na imagem abaixo, onde Beatriz descreve que: “comecei a usar química no cabelo porque as pessoas faziam gracinha com o meu cabelo, diziam que ele era parecido com palha de aço de lavar louça, e isso fez com que eu mudasse meu cabelo” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021), conforme vislumbrado no desenho a seguir.

DESENHO 02 – ALISANDO O MEU CABELO



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Bom eu fiz esse desenho, vou explicar o significado dele. Este primeiro desenho ele representa quando eu tinha mais ou menos uns 5 anos de idade, foi o período em que eu comecei a adquirir a língua de sinais e foi um período onde eu tinha muita vergonha, me escondia, não sabia me manifestar, principalmente por conta da minha cor, do meu cabelo, que eu tinha muita vergonha. Já nos dois últimos desenhos, por volta de 10 a 15 anos eu comecei a perceber, a olhar as pessoas usando química no cabelo, eu não via as pessoas usarem o cabelo enrolado, o cabelo crespo. Então, eu era muito tachada com preconceito de que meu cabelo era de macaca ou de palha de aço, e aí eu comecei a copiar o cabelo com química. Mas, mesmo com o cabelo com química, as pessoas me zuavam, me tachavam de cabelo de palha de aço. Então, eu comecei a ter trauma e passei a prender meu cabelo, usar meu cabelo preso e também tinha a questão dos meus dentes que eu

usava aparelho. E eu não era uma pessoa que conseguia me expressar, tinha muita vergonha e ficava sempre retraída (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Percebe-se na imagem que Beatriz é ilustrada com a pele negra, o cabelo crespo/liso preso/solto e com aparelho nos dentes, representada em ordem crescente de acordo com a faixa etária que ela passou a fazer uso de produtos químicos no cabelo.

Ao explicar o significado do seu desenho, Beatriz descreve que foi o período onde passou a ter vergonha e a rejeitar a sua cor, seu cabelo, a perceber que as pessoas não usavam os cabelos naturais, levando-a a mudança de seus cabelos para seguir a estética branca. Mesmo com a mudança do cabelo não foi o suficiente para que as pessoas parassem de dirigir-se a ela com termos pejorativos, ocasionando traumas que a impediram de se impor diante da violência do racismo vivenciada desde a infância, visto que “as mulheres negras de cabelo crespo conhecem a violência do racismo desde muito cedo principalmente através da maneira como a sociedade taxa esse cabelo como “ruim”” (SOARES, 2018, p.123).

Ainda sobre as considerações de Beatriz em ser negra, ela relatou que não se sentia bem em ter o cabelo crespo, e por ser alvo de adjetivações pejorativas preferiu alisar o cabelo para se adequar aos padrões de beleza da mulher branca. Isto demonstra o não reconhecimento de traços étnicos marcantes da pessoa negra como subjetividade positiva, pois tais sinais são interpretados por Beatriz como não valorativos. Assim ela atribui beleza ao cabelo liso.

As representações de Beatriz acerca do cabelo liso podem ser visualizadas a seguir:

TABELA 04 – REPRESENTAÇÕES SOBRE O CABELO LISO

Ancoragem	O cabelo liso como elemento de sujeição para afirmação pessoal.
Objetivação	Usar o cabelo liso não porque gosta, mas para se adequar a um padrão.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Ressalta-se que na sociedade, a rejeição/aceitação do ser negro é construída social e historicamente e permeia a vida dessas mulheres em todos os seus ciclos de desenvolvimento humano: infância, adolescência, juventude e vida adulta. De modo geral, os primeiros esforços de transformação do corpo negro datam da infância e do desejo de mudar uma parte específica do corpo: o cabelo crespo através do alisamento capilar (GOMES, 2008 *apud* SOARES, 2018).

Desse modo, as mulheres negras buscam no alisamento capilar uma forma de se adequarem à cultura branca, para se livrarem dos estigmas que lhes foram introjetados sobre a ideia de que são possuidoras de um cabelo “feito”, “ruim” e “rebelde” e que só as mulheres

brancas possuem um cabelo “bonito”, “bom” e “comportado”, digno de serem usados. Gomes (2012) ressalta que o cabelo crespo do negro na sociedade brasileira expressa:

o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no polo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no polo dominante. Essa separação rígida não é a aceita passivamente pelos negros. Por isso práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste [...] (GOMES, 2012, p.3).

Essas expressões negativas tecidas historicamente sobre o cabelo do negro/negra fizeram com que muitas mulheres recorressem a diversos tratamentos estéticos para mudarem seus cabelos e saírem do lugar de inferioridade, levando-as a não assumirem seus cabelos naturais. Neste processo as mulheres negras acabam entrando em conflito devido a marginalização do olhar do outro sobre si, conscientizando-se da dominação sofrida pela cultura branca ao longo dos anos, lutando e ressignificando sua identidade étnico-racial, construindo uma imagem contra hegemônica para se representar. Nesse caminhar “contam com os aportes sociais do seu corpo e cabelos crespos para resgatar sua identidade e ancestralidade, buscando assim combater o racismo, o sexismo, a rejeição e tendo a pretensão de inserção na sociedade” (SANTOS, 2017, p.45). Como podemos ver na imagem abaixo, onde Beatriz passou a redescobrir o cabelo crespo/cacheado, assumindo o mesmo como um contraponto a imagem de mulher representada pela sociedade como ideal a ser seguida.

IMAGEM 08 – REDESCOBRINDO OS FIOS

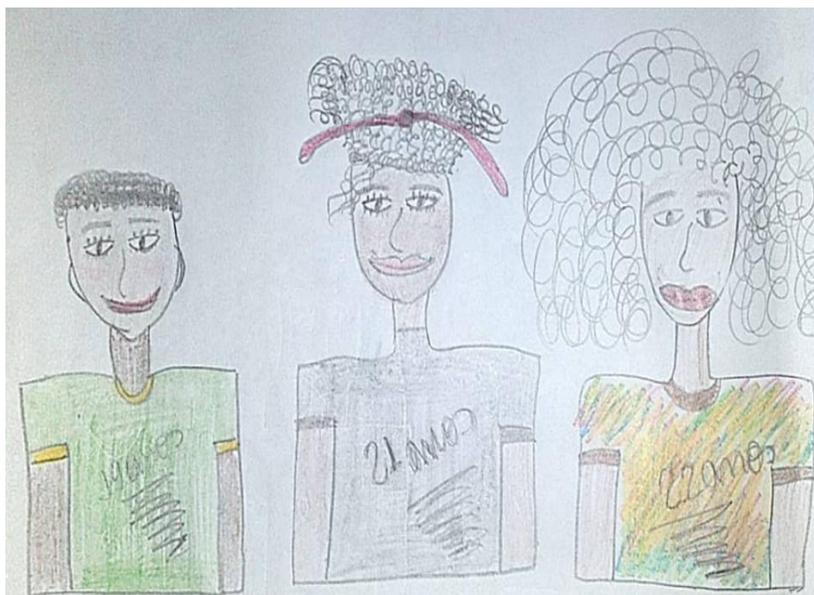


Fonte: Foto gentilmente cedida pela Beatriz Barbosa, (2021)

O uso do cabelo natural por mulheres negras surge contrapondo os estereótipos da burguesia dominante, estando em consonância com um novo entendimento de ser negra e fugindo da padronização hegemônica. Se alisar os fios representava aceitação da colonização e submissão ao racismo, recusar esse alisamento, essa contenção dos cabelos, tornou-se um propósito indiscutível para os movimentos negros que pregavam a aceitação dos fenótipos, da cor e dos cabelos crespos como forma de eliminar os paradigmas sociais (SANTOS, 2017).

Corroborando com esse pensamento, Beatriz afirma que a decisão de não mais alisar o cabelo, surgiu quando “eu percebi que não estava sendo eu mesma com esse cabelo, então eu precisava florir, me encontrar comigo mesma, voltar as minhas raízes... e assumir meu cabelo, meus cachos me possibilitou isso” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021), conforme ilustra em seu desenho:

DESENHO 03 – O DESPERTAR PARA A TRANSIÇÃO CAPILAR



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Esta imagem aqui foi quando eu ingressei na universidade e lá a minha visão de mundo pôde ser ampliada. Como eu disse, eu era muito envergonhada, muito envergonhada mesmo, foi que uma amiga veio e me incentivou, me encorajou “você precisa ser você mesma, você precisa florir, você precisa se manifestar”. E aí foi a decisão, foi a coragem que eu tive de começar a usar o meu próprio cabelo natural, a passar pela transição capilar e aqui eu demonstro o crescimento do meu cabelo, onde eu comecei a me olhar no espelho e me sentir verdadeiramente eu, me sentir bonita. Foi nesse momento que eu consegui identificar a minha identidade como mulher negra surda. E hoje, eu uso meu cabelo livremente, eu me sinto muito feliz, muito feliz mesmo, por ter encontrado a minha identidade de mulher negra surda. Hoje, eu não aceito mais preconceitos, eles não me atingem, eu me sinto muito feliz (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Nas constatações feitas por Beatriz, percebe-se que a tomada de consciência em relação ao assumir o cabelo natural, surgiu quando ela adentrou os muros da universidade onde teve a oportunidade de ampliar sua visão de mundo, se relacionar com pessoas que a incentivaram a passar pelo processo de transição capilar, assumindo o seu cabelo livremente e a sua verdadeira identidade de mulher negra surda. Portanto, o processo de transição capilar, “entendida aqui como uma luta por reconhecimento, desencadeia a função de arrancar essas mulheres do rebaixamento que o racismo reproduz e, também, proporciona, conseqüentemente, uma autorrelação nova e positiva” (SOARES, 2018, p.140).

Nesse sentido, as mulheres negras vêm na transição capilar uma forma de criticar o alisamento com produtos químicos e a opção pelo retorno ao cabelo crespo/cacheado, buscando assim a preferência por um novo estilo de vida, de modo a eliminar os paradigmas sociais expostos sobre o padrão de beleza. “Após esse momento, essas mulheres precisam lidar com aquilo que chamam “problema das duas texturas”, qual seja: a diferença entre a parte alisada e o cabelo novo que cresce na raiz” (SOARES, 2018, p.83-84). Assim, o cabelo tratado com química, ainda mais quando é alisado por anos, só é superado com o crescimento total do cabelo novo, que leva um certo tempo para crescer e nesse processo muitas mulheres acabam sendo vítimas de preconceito e racismo. Desse modo, Beatriz ao ser questionada a respeito de situações de preconceito e racismo vivenciados no processo de transição capilar, descreveu que já foi discriminada pelos colegas e pelas pessoas do seu círculo de convivência. Conforme é possível constatar no excerto a seguir:

Sim, algumas pessoas fizeram algumas gracinhas correlacionadas as duas novas texturas do meu cabelo quando eu resolvi parar de usar química no meu cabelo, teve bastante preconceito, eu ficava triste.... sabe? Até no corte do cabelo, quando resolvi deixar o cabelo curto teve esse preconceito. Eu sofri muito nesse período porque além da cor da pele, do cabelo, ainda tinha a questão da surdez por que tinha a Libras ou outros sinais que eu usava para me comunicar com as pessoas. Sendo que a maioria deles vinha de vários colegas da escola e de outras pessoas próximas (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

Considero significativo chamar a atenção para o fato de a entrevistada afirmar que enfrentou preconceitos quando passou pelo processo de transição capilar, processo este que demanda tempo, paciência e força de vontade. Enfatiza, porém, que o preconceito, sofrido na escola e das pessoas presentes no seu convívio familiar, ocorria pelo fato da mesma ser negra surda e utilizar a língua de sinais ou outros mecanismos para se comunicar com as pessoas, além disso ter que assumir no processo de transição capilar duas texturas de cabelo. Essa mudança no estilo de cabelo de acordo com Matos (2016, p.5), “para muitas mulheres não é um

processo simples, pois o cabelo fica com duas texturas totalmente diferentes e isso afeta diretamente a autoestima, fazendo com que elas se sintam feias” (MATOS, 2016, p.5).

Nesse processo, um dos momentos que marcam essa mudança é o corte de cabelo, onde segundo Matos (2016, p.5) “[...] toda parte com química é cortada ficando apenas o cabelo nascido, normalmente os cabelos ficam curtos e muitas mulheres sofrem por não se aceitarem com um cabelo que está fora dos padrões de beleza impostos[...]”. Segundo Matos (2016) a transição capilar:

marca um ponto de virada na vida de muitas mulheres que passa por ela, padrões de beleza são desconstruídos provocando crises em suas autoimagens, muitas passam por situações de preconceito e racismo que por vezes ocorre no círculo mais estreito de convivência como: família, amigos, escola, trabalho, essa situação as desperta para questões que até então não faziam parte das suas vidas (MATOS, 2016, p.851).

A partir do momento que as mulheres negras assumem seus cabelos naturais, segundo Gomes (2012) elas passam a reconhecer a identidade negra e a cultura afro-brasileira, e esta revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que se pertence. E nesse contexto, os cabelos crespos e cacheados ganham espaço e são reconhecidos “como corpo social e como linguagem que expressa o conflito social vivenciado por negros e brancos” (SANTOS, 2017, p.76).

E quando as mulheres negras resolvem assumir seus cabelos naturais, eles acabam servindo como signo de linguagem, representando um reconhecimento das raízes africanas, usado para resistir, denunciar, comunicar e informar sobre as relações raciais, sendo algo mais, sendo criativo, ousado, servindo, para muitas, como forma de expressão de um estilo negro de vida (SANTOS, 2017). Esse reconhecimento de suas raízes, produziu um sentimento de pertencimento para Beatriz, ou seja, de se sentir parte da comunidade negra, possibilitando desta forma a construção e a afirmação da identidade étnico-racial. Isso é notado no trecho abaixo, onde Beatriz relata que a demarcação identitária e o reconhecimento étnico-racial deu-se a partir do momento que ela passa pelo processo de transição capilar.

Essa marcação veio principalmente no meu cabelo, esse processo de transição foi muito importante pra mim, onde de fato, eu me senti diferente, eu me senti linda, eu comecei a achar meu cabelo lindo. Quando eu usava química meu cabelo quebrava muito, ficava muito feio. Agora eu vejo meu cabelo volumoso, eu vejo ele lindo, que ele combina e demarca a minha cor racial. Então é muito importante para mim (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

A partir da fala acima, percebe-se o quanto a transição capilar significou uma mudança que foi muito além do cabelo para Beatriz, representou a autovalorização e o sentimento ativo

e positivo de admiração em direção a si mesma, levando-a a abandonar o uso de químicas que a deixavam com cabelos lisos, porém danificados deixando-os com uma estética feia, para assumir “a formação da sua identidade como mulher, negra, bela, que valoriza a sua estética, seu cabelo, seu corpo, seu fenótipo, sua história” (SANTOS, 2017, p.57). Desse modo, a transição capilar, passa a ser entendida aqui como uma luta por reconhecimento, que visa arrancar desta mulher o sentimento de inferioridade que o racismo reproduz, de modo a proporcionar uma autorrelação nova e positiva sobre o ser mulher negra surda.

Esse sentimento de reconhecimento e luta pela identidade étnico-racial depende, também, “da existência de uma semântica coletiva que permita interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (SOARES, 2018, p.140). Por isso, é de suma importância que haja o reconhecimento e a solidariedade por parte dos coletivos de mulheres, de modo a propiciar uma espécie de ajuda mútua entre ambas, aspecto bastante presente quando o assunto se refere ao estímulo à transição capilar. Isso é evidenciado no trecho abaixo, onde Beatriz elucida que o estímulo em relação à transição capilar, veio depois que várias amigas que tinham o cabelo natural a influenciaram e encorajaram a passar pelo procedimento, fazendo-a entender que esse processo não é tão difícil quanto ela pensava.

Bom, eu já tinha a questão de ser negra e surda ainda, isso me envergonhava, fazia com que eu sempre me escondesse. Na medida do tempo eu fui crescendo e eu fui percebendo que as pessoas tinham um certo olhar de julgamento em relação ao meu cabelo, então eu sempre usei química, chapinha e eu considerava que fosse perfeito usar chapinha. Mas ao chegar na faculdade me deparei com várias pessoas que se aceitavam com o seu cabelo e também teve amigas com o cabelo natural que me influenciaram na questão de me aceitar enquanto negra. Aonde eu morava não havia essa identificação, não havia essa identidade. Então eu comecei a me aceitar, comecei a me arrumar de acordo com a moda. Comecei a ter coragem de ser quem eu sou de verdade. Não mais aquela pessoa que me diminuía, e também com relação aos meus direitos eu comecei a ter coragem de cobrar e isso me deixou muito feliz (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

Esse relato reforça a importância da existência de uma ação coletiva no contexto de luta política. O que esses vínculos de solidariedade acarretam é uma espécie de estima mútua, fundamental para a construção de uma autorrelação positiva. Além da importância desses vínculos como fonte de força durante o processo, elas mesmas puderam influenciar outras pessoas.

Nesse ínterim, o coletivo de mulheres negras recorre ao estilo de cabelo crespo/cacheado não apenas como gosto pessoal, mas como forma de ressignificar sua identidade, reconhecendo a essas mulheres o sentimento de pertencimento, ou seja, de se sentir

parte da comunidade negra. Possibilitando dessa forma a construção e a afirmação da identidade racial e o fortalecimento dessas mulheres no enfrentamento as desigualdades raciais, de classe de gênero e na luta por mudanças na sociedade contemporânea. Esse sentimento de pertencimento a comunidade negra, é evidenciado na narrativa da entrevistada quando ela relata que,

sim, tenho muito orgulho de ser negra, porque hoje eu me acho linda com meu cabelo crespo, então não importa o que as pessoas pensem de mim, elas podem me afrontar, mas eu procuro ter sempre autoestima (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

É interessante observar nesse excerto que a entrevistada se sente parte da comunidade negra, demonstrando orgulho em ser mulher negra e ter como marca o cabelo crespo, não se importando com o que as pessoas pensam a seu respeito, firmando assim uma consciência étnica. Nos moldes de Weber (1994), uma “consciência étnica”, o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica, organizada de uma forma política, juntamente com o “sentimento de ser diferente” (aqui podendo ser entendida como identidade diferenciada), resultando em uma “comunhão” desses indivíduos que se uniriam e se organizariam socialmente/politicamente.

Esse movimento coloca a mulher negra surda em duas posições marcantes na “construção e na vivência do ‘estar sendo’, aquela em que está situado o centro onde se vivencia a alteridade e a diferença cultural, em que está situado o movimento surdo e suas instituições, e a posição de fronteira, de hibridação” (SANTOS, 2016, p.40).

Esse “estar sendo” mulher negra surda, revela “sua marca”, a sua principal identidade e que, portanto, faz questão de apresentar. Isso pode ser evidenciado na narrativa de Beatriz em que ela expressa o pertencimento a cultura negra bem como o orgulho em assumir o estilo de cabelo crespo/cacheado, em compartilhar a língua de sinais que antes ela não tinha aquisição, dos sonhos que almeja enquanto mulher surda negra, conforme exemplifica no seguinte excerto:

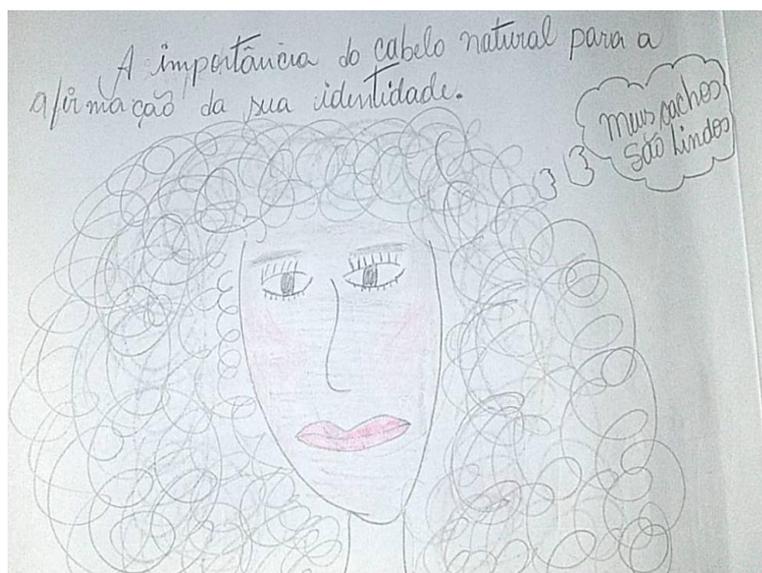
Bom, eu imagino algo muito bom em assumir o cabelo cacheado, a questão da sinalização, eu me sinto muito feliz, para mim é ótimo. Antes eu não tinha sinalização, não tinha aquisição da língua de sinais e hoje com essa aquisição, eu me sinto muito orgulhosa, passei a me ver de outra forma com esse cabelo. É como se eu tivesse me libertado, sabe? Então, pra mim foi algo muito bom a mudança do cabelo (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul.de 2021).

Percebe-se na fala da entrevistada que a sua identidade foi marcada pelo estilo de cabelo cacheado adotado e pela aquisição da língua de sinais, o aprendizado desta representou uma grande conquista na sua vida, um novo caminho, que possibilitou-lhe a inserção na cultura surda e garantiu-lhe o acesso a novas oportunidades na sociedade, visto que os surdos

“compreendem e interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

Neste sentido, Beatriz elabora sua representação social sobre a importância do cabelo natural para afirmação da sua identidade, conforme materializa no discurso: “é com meus cachos que eu me identifico” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021), reafirmando através de seu desenho:

DESENHO 04 – ORGULHO DOS MEUS CACHOS



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Bom essa imagem ela demonstra a importância do meu cabelo, a beleza que ele tem, a força que ele me deu, a coragem que ele me dá para seguir lutando. A minha trajetória ela foi composta por preconceito quando criança, eu mesmo manifestava, eu não tinha conhecimento sobre o que é ser mulher negra surda (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Em face dessa assertiva, ressalta-se que Beatriz ilustra o contato consigo mesma através dos seus cachos, ou seja, assumir o cabelo natural possibilitou-lhe tecer uma representação positiva sobre si, o que lhe deu subsídios para lutar contra o preconceito e o racismo vivenciados ao longo da sua história de vida.

Desta forma, no desenho, Beatriz imbrica representações sociais que incluem percepções sobre o uso do cabelo crespo como algo positivo que pode ser categorizada na tabela a seguir:

TABELA 05 – REPRESENTAÇÕES SOBRE O CABELO CRESPO

Ancoragem	Perceber o cabelo crespo como valorativo.
Objetivação	Se identificar como negra através do cabelo crespo.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Pelo exposto, podemos inferir que a volta ao cabelo natural representou uma grande conquista na vida da entrevistada, que acabou servindo como signo de linguagem, possibilitando o reconhecimento das raízes de seus ancestrais, tornando-se uma ponte para a resistência de todas as formas de racismo vivenciado na sua trajetória de vida, em prol de sua autonomia e emancipação.

4.3 O ACESSO DA MULHER NEGRA SURDA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA BILÍNGUE

Os cursos de Pedagogia Bilíngue e Letras Libras, nos últimos anos, ampliaram o número de matrículas de estudantes negros/as surdos/as nas universidades federais brasileiras. O ingresso de surdos/as nesses espaços de ensino, começou a ser construído de acordo com Santos (2019) no final da década de 1980 e início dos anos 1990, “com a insurgência do movimento surdo que, lutava politicamente em busca da implementação das escolas bilíngues, no contexto dos movimentos internacionais de inclusão” (SANTOS, 2019, p.38).

A luta por uma educação bilíngue para os estudantes surdos/as teve um avanço significativo no ano de 2002, com a aprovação da Lei de Libras (Lei Federal nº 10.436/02) regulamentada pelo Decreto 5.626/05, que passou a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais como forma de expressão e comunicação, constituindo um sistema linguístico, conquistando legalmente o status de língua; mais tarde com a Lei 13.409/16 que dispõe reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, ganhando apoio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite (2014) que permitiram o ingresso de mais estudantes surdos/as nas IES federais, juntamente com o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), criado no ano de 2005, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), que tinha como uma das metas, promover a participação popular, dar atenção à inclusão e criar programas para ampliar o acesso e permanência no ensino superior (MACIEL; ANACHE, 2017, p.73 *apud* SANTOS, 2019).

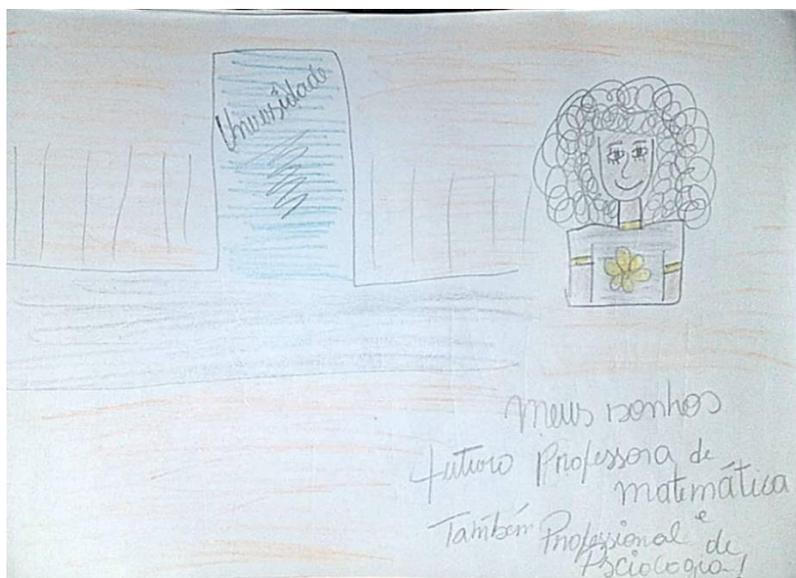
Em relação ao ingresso de estudantes negros/as nas Instituições de Ensino Superior, observa-se que o aumento gradual das matrículas desses estudantes no ensino superior ganha notoriedade com a criação de políticas de ações afirmativas, especialmente com a Lei 12.711/12 que dispõe sobre cotas raciais e sociais nas universidades e institutos federais, entre outras. Por meio da criação destas ações afirmativas, “esses dois grupos – negros/as e surdos/as – que por

anos foram subalternizados/as e excluídos/as do direito ao acesso ao ensino superior, mobilizaram-se, continuando a lutar pelo direito de ocupar estes espaços que por muitos anos foram ocupados por uma elite branca” (SANTOS, 2019, p.123).

Assim, para buscar saber como deu-se o ingresso de Beatriz no ensino superior e quais as contribuições dessa conquista para sua formação acadêmica, e acima de tudo para a tomada de consciência em relação ao seu reconhecimento racial e a novas reflexões sobre o racismo, o sexismo e a opressão de classe, dentre outras temáticas que afetam direta e indiretamente a comunidade negra surda do município de Igarapé-Miri. Levando-a a impor sua presença através da participação nos espaços de discussões para reivindicar seus direitos enquanto cidadã, passando a reconhecer positivamente seu pertencimento racial, assumindo seus traços identitários e a língua de sinais como meio de expressão e comunicação da pessoa surda.

Diante disso, Beatriz representa o ingresso no nível superior, da seguinte forma: “a realização dos meus sonhos”. Ao elaborar um desenho da universidade, a entrevistada prossegue seu discurso dizendo que “sonho conseguir me formar e ser uma profissional” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021), conforme a imagem a seguir:

DESENHO 05 – O SONHADO INGRESSO À UNIVERSIDADE



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021)

Bom esta imagem aqui representa para mim a construção, a realização de um sonho que foi o ingresso na universidade para adquirir conhecimento sobre temas que eu não sabia antes. Participar do Movimento Surdo me ajudou muito também a realizar meu sonho que é me formar, é um direito meu ser uma profissional. Então é um sonho, e eu sempre aconselho a comunidade surda, os meus amigos surdos que eles são capazes, que eles conseguem pra que não deixem que outras pessoas venham tirar essa força deles (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Percebe-se, assim, na exposição de Beatriz que o ingresso à universidade representou a oportunidade da aquisição de conhecimentos que construiu para o despertar de temáticas as quais antes passavam despercebidas no seu dia a dia e, que hoje são utilizadas como fontes de lutas contra os determinantes sociais e a realização do sonho de vir a ser professora. Além disso, possibilitou-lhe um maior envolvimento no movimento surdo garantindo-lhe uma relação de reciprocidade entre os surdos. Isso garantiu a ela também a possibilidade de dar continuidade nos estudos, pois esta “é marcada pela necessidade de cada indivíduo em aperfeiçoar e dialogar seus saberes com saberes outros, expandir sua área de conhecimento e poder visualizar novos horizontes formativos tanto pessoais quanto profissionais” (LOBATO, 2019, p.122).

O ato de autonomia em seguir com os estudos e de postura crítica de Beatriz expressa sua insatisfação com as condições de submissão as quais fora submetida ao longo de sua vida. Ao dar continuidade nos estudos, Beatriz evidencia “seu papel de sujeito ativo da sociedade, que se constrói em relações e que transgrede sentenças articuladas de subordinação, assim busca novos sentidos para seu saber/fazer educativo” (LOBATO, 2019, p.123).

Ao observar a imagem pode-se perceber que Beatriz é ilustrada em frente à universidade com um semblante de felicidade e quando perguntada qual o significado do desenho para si, ela respondeu que representa “os meus sonhos de ser futura professora de matemática e também professora de psicologia” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Acerca da imagem representada e da sua contextualização pode-se compreender as representações de Beatriz sobre o espaço acadêmico por entre categorias de ancoragem e objetivação.

TABELA 06 – REPRESENTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESPAÇO ACADÊMICO

Ancoragem	A possibilidade de novos horizontes formativos.
Objetivação	Vivenciar, aprender, partilhar saberes e aguçar suas potencialidades.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Neste sentido, percebe-se que o ingresso ao meio acadêmico representou para Beatriz, a possibilidade de aperfeiçoar e dialogar seus saberes com saberes outros, de modo a aguçar suas potencialidades e constituir-se como sujeito ativo em seu meio. Entretanto, tais “funcionalidades do estudo são vetadas quando as condições de progresso estudantil não

condicionam significados coerentes para a alguém que possui especificidades biológicas oral/auditiva” (LOBATO, 2019, p.122).

Deste modo, quando Beatriz foi questionada em relação ao ingresso a universidade, esta relatou que para conquistar uma vaga no Curso de Pedagogia Bilíngue do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE)¹⁷. Esta teve que estudar muito, esforçar-se ao máximo na hora de revisar as leituras obrigatórias em casa, mesmo não compreendendo muitas vezes alguns conceitos científicos. Essa realidade segundo Beatriz, deve-se à falta de acompanhamento de intérpretes de Libras na educação básica e até mesmo no ensino superior, além das dificuldades no processo de letramento na língua portuguesa, o que prejudica o acesso dos alunos surdos aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Visto que a maioria dos professores não flexibilizam os conteúdos e repassam os mesmos de maneira oralizada, resumida e descontextualizada e isso acaba prejudicando muito a compreensão e o aprendizado desses alunos. E por não estarem presente em “um ambiente bilíngue, estudantes surdos/as calam-se diante de suas dúvidas, quando não possuem entendimento a respeito de um conceito ou até mesmo de uma palavra” (SANTOS, 2019, p.47). Por isso, é muito importante os alunos surdos terem na sala de aula “o acompanhamento de tradutores intérpretes para compreensão de textos teóricos pelos surdos, porque existem muitas lacunas na formação educacional dos surdos” (MOURA, 2020, p.215).

A entrevistada, relatou ainda que como o curso de Pedagogia Bilíngue é realizado na modalidade de ensino à distância (EaD), este é desenvolvido por meio de ambiente virtual de aprendizagem com atividades presenciais obrigatórias, que ocorrem preferencialmente aos sábados e durante a semana o aluno que tem acesso à internet pode acessar as aulas de sua casa ou se dirigir até o polo para acompanhar as mesmas. A respeito disso a entrevistada descreve que para compreender melhor os conteúdos abordados no curso ela tem que ler e revisar as aulas durante a semana, e nos finais de semana recorre aos tutores da sala que tem conhecimento na área de língua de sinais ou pede ajuda para as amigas que são intérpretes no município para sanar suas dúvidas em relação ao conteúdo trabalhado em sala de aula.

Porque você sabe como é, né? Curso a distância acontece só um dia na semana, tem também a questão da variação linguística pelo curso ser de outra região, e muitas vezes não entendo alguns conceitos, teorias das disciplinas. Então, tento ler e revisar os conteúdos ao longo da semana e nos finais de semana sempre que preciso tirar algumas dúvidas para realizar meus trabalhos peço ajuda pro tutores da sala, pro meus amigos do curso ou até mesmo pra minhas amigas intérpretes

¹⁷ Curso que foi fruto de uma parceria entre a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que vem sendo realizado em diversos polos pelo Brasil, na modalidade de ensino à distância.

quando estou em Igarapé-Miri para entender alguns sinais, e assim vou seguindo meus estudos (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

No trecho acima, é possível perceber que para Beatriz sanar as dúvidas, as quais surgem no decorrer das aulas à distância tem que recorrer a ajuda dos tutores do curso ou até mesmo das amigas intérpretes, pois muitas vezes ela não compreende as teorias e os conceitos repassados nas disciplinas, dificultando sua aprendizagem. Diante disso, é de suma importância a presença do intérprete educacional no espaço acadêmico, visto que é por meio dele que “o educando surdo recebe informações acerca das teorias, dos conceitos e saberes de determinada disciplina, assim, este profissional está atrelado no processo ensino/aprendizagem do educando surdo, juntamente com o educador regente” (OLIVEIRA, 2015, p.96). Sobre isso Gurgel (2010) afirma que:

a atuação do intérprete tem papel fundamental na construção dos sentidos pelo estudante surdo no espaço educacional. Como mencionado anteriormente, a formação desses intérpretes no ES e em outros locais de atuação é de extrema responsabilidade e eles devem estar envolvidos nas comunidades surdas. O estudante surdo que frequenta o ES, em geral, é capaz de perceber a qualidade da interpretação que está sendo realizada, como também as informações e os conhecimentos que estão circulando dentro da sala de aula e, justamente por isso, são mais exigentes, conscientes do valor da formação profissional e do estudo (GURGEL, 2010, p.72).

Oliveira (2015) argumenta que a presença desse profissional no espaço acadêmico não tem determinado a aprendizagem e a inclusão do surdo nos diferentes níveis de ensino, inclusive no ensino superior. Isso deve-se à falta de preparo das Instituições de Ensino Superior em receber o aluno surdo e a não qualificação do intérprete educacional. Nesta perspectiva, deve-se pensar na formação desses profissionais que irão atuar juntamente com o professor regente na sala de aula.

Ao tratar acerca das dificuldades enfrentadas no ensino superior, a entrevistada materializa seus discursos no que tange a variação linguística, o acesso à internet e a falta de equipamentos para acessar as aulas *on-line*. Beatriz, descreve que um dos principais entraves ao ingressar no Curso de Pedagogia Bilíngue, no ano de 2019, foi a questão da variação linguística, visto que como ela morava no município de Igarapé-Miri, interior do Pará, estava acostumada com os sinais criados pela comunidade surda do seu município, e quando chega à Belém para dar segmento nos estudos se depara com outra realidade, onde os sinais não são os mesmos que ela conhece, somando-se a isso ainda tem a questão da instabilidade da internet e a falta de equipamentos para acompanhar as aulas, já que o curso acontece à distância. Assim, Beatriz descreve que:

Quando eu ingressei no Curso de Pedagogia Bilíngue, eu tive algumas dificuldades sim, principalmente por ser sinalizante e moradora do interior do Pará. Aí, eu mudei para Belém, para a capital e já senti esse choque de realidade por conta da variação linguística e, principalmente, pelo curso ser de outra região. Então, eu senti dificuldade por conta da internet, falta de equipamentos...então, eu tinha sempre que tá indo pedir ajuda “pro” meus amigos ou indo até o polo. E agora nós estamos parados devido a pandemia, e eu sinto muita dificuldade em relação a isso, com a falta de equipamento (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

Por barreiras comunicacionais entende-se “[...] qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa” (BRASIL, 2000). Essas barreiras são vivenciadas pelos surdos e pelos outros sujeitos que compõe o espaço acadêmico, principalmente aqueles que desconhecem a língua de sinais.

Deste modo, para o educando surdo adentrar as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, as instituições deverão de acordo com o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

Outra informação partilhada pela Beatriz ancora-se no conhecimento adquirido com a inserção no ensino superior sobre temáticas que afetam direta e indiretamente o movimento negro surdo do município de Igarapé-Miri, conhecimento este que desempenhou o papel de mostrar a entrevistada o racismo, o sexismo e o processo de normatização que enfrentara ao longo da vida e o despertar da consciência para sua negritude, e também a outros mecanismos discriminatórios que atuam sobre o corpo surdo através de gênero, classe e raça, sobre isso a entrevistada relata:

Com certeza, na universidade eu passei a ter. Não é a mesma coisa do que antes, antes eu fazia julgamentos com relação ao gênero, a raça e até a própria surdez. Mas ao chegar na faculdade eu me identifiquei enquanto negra surda com outros sujeitos, passei a ter uma nova visão sobre essas temáticas, onde eu pude perceber também que as pessoas devem ter suas escolhas sexuais e raciais respeitadas. Então, eu percebi que a faculdade e os eventos que participei me deu esse conhecimento pra respeitar as pessoas e levar isso para dentro da comunidade surda também. Então, eu percebo que as pessoas podem ser livres do jeito que elas queiram e gostariam de ser (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

Na assertiva descrita acima, percebe-se que o ingresso na graduação possibilitou a entrevistada não só se identificar enquanto mulher, negra e surda, mas adquirir conhecimentos seja nas aulas ou na participação de eventos, cujas pautas envolviam discussões sobre temáticas

que estão em evidência na sociedade, garantindo-lhe uma mudança de atitude dentro da comunidade surda sobre as pautas raciais, de gênero e surdez partindo do viés da diferença. Esse processo de conscientização e identificação com a cultura negra, a aceitação enquanto mulher, negra e surda com a inserção no ensino superior, é reforçado conforme nota-se no relato abaixo:

Bom, quando eu estudava no ensino médio, no primeiro ano eu me deparei com uma professora negra surda que usava seu cabelo solto, *black* eu até me identifiquei com ela, mas depois eu não tive coragem de me aceitar. Mas esse processo veio quando eu entrei na faculdade, aonde eu vi várias pessoas com esse cabelo e que se aceitam enquanto negras, foi muito bom pra mim me aceitar e ter uma nova visão sobre questões de gênero, raça e surdez, porque eu pude aprender muita coisa e levar para a comunidade surda do meu município. Aqui no interior onde eu moro é muito difícil, é muito pequeno. Então eu não via pessoas assim, como lá em Belém, eu me sentia até retraída, foi mais forte esse processo de construção, de identificação lá na faculdade (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 17 de jul. de 2021).

De acordo com o relato acima, nota-se que o processo de construção da identidade, ou seja, a afirmação da negritude se inicia quando Beatriz adentra ao ensino superior, onde ela passa a ter contato com o coletivo de pessoas negras que aceitam seu corpo, seu cabelo, e utilizam estes como instrumento de combate ao racismo, que ela passa a reconquistar a si mesma, adquirindo uma consciência étnico/racial e uma nova visão em relação as questões que afetam direta e indiretamente a comunidade surda do município de Igarapé-Miri. Pois como salienta Santos (2017, p.66) “é na sua aceitação pessoal e coletiva que negros/negras se afirmam culturalmente, moralmente, fisicamente e psiquicamente” (SANTOS, 2019, p.66).

5 SEÇÃO V – MULHER NEGRA SURDA NO CONTEXTO DO MOVIMENTO SURDO: CONSTRUINDO PEDAGOGIAS DE RAÇA, GÊNERO E SURDEZ RESSIGNIFICADAS

A mulher negra surda ao adentrar no espaço do movimento surdo, tem a possibilidade de reverter os determinantes sociais de cunho racial e machista e, aos poucos, consegue romper com as posições subalternas e inferiores a ela imposta. No processo de militância, ela contribui para a quebra das imagens negativas das mulheres negras e surdas comumente difundidas em uma sociedade desigual, marcada pelo racismo e pelo machismo. Em meio ao coletivo passam a se criar e recriar, buscando aportes que tragam significados, de modo a elevar sua autoestima e de outras mulheres negras por meio de suas ações e intervenções sociais e políticas.

No entanto, essa possibilidade de reinventar-se não é um processo fácil para a mulher negra surda e muito menos se dá de maneira individual. Pelo contrário, esse processo emerge da “complexidade de vivências, dos conflitos, da interdependência entre indivíduos e coletivos primários – como família, escola – e demais coletivos – como grupos, associações e organizações das quais participaram ou ainda participam” (SILVA, 2007, p.196).

É no Movimento Surdo que a mulher negra surda encontra apoio e se fortalece como sujeito social e coletivo e contribui para o processo de construção de identidades positivas de outras mulheres no seu lugar de origem, uma vez que a partir de suas ações consegue questionar as desigualdades e as discriminações disseminadas na sociedade. Além disso, inserida no Movimento Surdo, essa mulher busca construir novas relações sociais e novos formatos para a luta coletiva, que viabilize instrumentos para combater, enfrentar e superar o racismo, o machismo, de maneira organizada e coletiva.

Os Movimentos Sociais e o Movimento Surdo constituem-se espaços pedagógicos fecundos nesse processo de conscientização da mulher negra surda sobre os determinismos sociais. Visto que é no contexto dos Movimentos Sociais e de outras organizações sociais que os sujeitos constroem saberes, conhecimentos, valores e culturas. São sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação; são sujeitos que nos permitem captar como se educam, como aprendem, como se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, étnicos e políticos (ARROYO, 2003). A pedagogia dos Movimentos Sociais, logo, nutre-se do ser humano como problema em si próprio, dos questionamentos de sermos, fazermos e formarmos humanos e tem como seu objeto a humanização. Dessa forma, os sujeitos em Movimentos, que

compõem essa pedagogia, alimentam a teoria da formação humana e trazem para o cerne do educativo os sujeitos sociais e seus processos dramáticos de produção – formação humana.

Considerando que Beatriz é um sujeito em movimento e nos revela um pouco da Pedagogia do Movimento Surdo. É, portanto, um sujeito pedagógico. Educa-se e reeduca-se, cria e recria, forma e deforma. E assim ajuda na construção de sujeitos coletivos que atuam nas causas raciais, de gênero e de acessibilidade da pessoa surda no município de Igarapé-Miri-PA.

Portanto, esta seção visa destacar os principais significados e sentidos construídos pela Beatriz ao longo da sua militância que a impulsionou a se ver como mulher negra surda de forma positiva. E como o Movimento Surdo constituiu-se enquanto espaço fecundo para a construção da autorreflexão, tomada de consciência, ampliação do olhar crítico e percepção sobre as imagens negativas tecidas acerca das mulheres negras e, sobretudo, das mulheres negras surdas. Além de ser um espaço que possibilita a formação militante, política e, acima de tudo, humana.

5.1 SENTIDOS E SIGNIFICADOS APREENDIDOS PELA MULHER NEGRA SURDA NA MILITÂNCIA

Os Movimentos Sociais surgem dos anseios, das interações e das relações sociais de sujeitos que expressam não somente uma vontade de um coletivo, mas uma produção social. Desse modo, as ações do Movimento Surdo e de outras organizações que a colaboradora da pesquisa participa, não expressam somente uma vontade de um coletivo, mas uma produção social gerada no ambiente da ação e na interação dos sujeitos que a desenvolvem. Já que “a produção é um ato social que simbolicamente representa o vínculo contínuo entre o *agir humano* e seu sistema de vivência” (SILVA, 2007, p.201). E como pode-se verificar na trajetória de militância de Beatriz, ela é produtora dessa ação e é envolvida no sistema e no processo de produção.

É nesse processo de produção colaborativa que os sujeitos segundo Freire (1987), passam pelo processo de evolução de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, criadora e conseqüentemente libertadora, ou seja, é nesse trajeto que os mesmos passam a conhecer e agir sobre a realidade para buscar transformá-la. Para tal, Freire (1987) corrobora com a premissa de que não basta apenas conhecer, criticar e conscientizar-se das situações de opressão, faz-se necessário que nesse processo haja a articulação do conhecimento da realidade à reflexão crítica que lhe é empregada e a promoção de ações concretas de mudanças, rupturas e superações para de fato haver transformações sociais desejadas pelos sujeitos de lutas sociais.

“[...] Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais” (FREIRE, 1987, p.22). Na qual a mulher negra surda rompe com as posições subalternas e inferiores a ela imposta, reinventando-se e ressignificando-se sem perder sua humanidade, impondo-se as estruturas infligidas pelo patriarcado e racismo, que se configuram como base da opressão e exploração da classe detentora do capital, deixando seu lugar de silenciamento para assumir seu lugar de fala e reafirmar sua identidade.

Diante disso, Beatriz quando foi indagada sobre os significados de sua participação no Movimento Surdo como meio identitário, afirmou que após a atuação no mesmo passou a fazer uma leitura mais crítica do mundo. Leitura esta que possibilitou uma mudança gradativa em sua vida, onde foi se descobrindo e percebendo a sua relevância enquanto sujeito sociocultural e histórico, enquanto mulher, negra, surda e militante.

Com a participação no Movimento Surdo, eu passei a me ver como uma pessoa produtiva, que pode contribuir de alguma forma para o fortalecimento da comunidade surda, porque eu passei a encorajar meus amigos surdos e outras mulheres que antes não tinham lugar de fala. Eu passei a identificar situações de racismo, machismo...dá visibilidade as nossas lutas e reivindicar nossos direitos. Então, eu posso dizer que eu estou fazendo a diferença no meu município (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 12 de nov. de 2021).

Observa-se no relato de Beatriz que com a formação política proporcionada pelos Movimentos Sociais, especialmente pelo Movimento Surdo, ela pôde perceber que ser militante envolvida em lutas específicas faz muita diferença num contexto onde as desigualdades são reproduzidas somente no âmbito socioeconômico. Faz diferença porque passou “a identificar com mais clareza que o racismo e o machismo são dois importantes componentes dos mecanismos de opressão na sociedade brasileira” (SILVA, 2007, p.203). E esses mecanismos precisam ser enfrentados, para que possamos promover mudanças mais significativas na sociedade.

Sobre isso, Beatriz revelou-nos que atuar no Movimento Surdo possibilitou-lhe descobrir-se mulher negra surda e conscientizar-se das questões de gênero, raça e surdez a partir de uma perspectiva da diferença. A sua perspectiva e o seu fazer político ganharam novos propósitos, como por exemplo, o combate ao racismo:

Olha, descobri-me mulher negra surda me possibilitou ter mais posições de enfrentamento diante de situações de discriminação e preconceito, porque adquiri conhecimentos que me possibilitaram ver como isso afetava não só minha vida, mas de outras mulheres negras. Essa descoberta veio mesmo com o ingresso na universidade, onde passei a ter contato com

outras mulheres negras militantes que valorizam sua identidade e participando do movimento surdo do meu município, onde eu realmente passei a construir uma nova consciência do que é ser mulher negra surda militante e como isso passou a ser significativo para mim e para outras mulheres que inspiro. Por isso que sempre procuro fazer com que as pessoas por meio de discussões vejam as imagens negativas tecidas sobre o povo negro, principalmente sobre as mulheres negras ao longo da história, para que elas possam ter consciência racial e, assim, lutar pelos seus direitos. Isso me deixa muito feliz enquanto mulher negra surda militante (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 12 de nov. de 2021).

A narrativa de Beatriz evidencia que a percepção da realidade de mundo é um aspecto da prática do Movimento Surdo. Visto que este centra investimento na autorreflexão com a intenção de fazer com que a militância desenvolva essa capacidade de percepção no sujeito. Foi nesse contato com outras mulheres que Beatriz descobriu que seu processo de autorreflexão passou a se configurar cada vez mais. Sua forma de se relacionar e agir com o outro na militância alterou-se e ela passou a construir novas perspectivas de vida a partir da atuação no Movimento Surdo.

Além disso, pode-se observar no depoimento de Beatriz que a atuação no Movimento Surdo trouxe significados importantes para a sua vida. Significados estes que a possibilitaram construir uma nova dimensão pessoal e o fortalecimento da sua autoestima. Esses aspectos são fruto da pedagogia desenvolvida nos Movimentos Sociais e, sobretudo, no Movimento Surdo, porque evidencia a experiência de cada militante enquanto sujeito social. Aspectos que podem ser visualizados no desenho abaixo, onde Beatriz afirma que o ingresso no Movimento Surdo “foi muito importante para mim fortalecer minha identidade e minha autoestima enquanto mulher negra surda” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

DESENHO 06 – PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS COM OS SURDOS



Fonte: Acervo da Pesquisa

Bom esse desenho aqui como vocês podem observar, ele representa o momento que eu me encontro comigo mesma, que eu passo a valorizar minha identidade e a fortalecer minha autoestima. E isso foi muito importante pra mim, porque fez com que eu também partilhasse essas experiências com meus amigos surdos nos encontros, a conversar mais com eles sobre as questões que nos afetam diariamente, fortalecendo assim a comunidade surda. Então o movimento surdo me possibilitou ser quem eu sou hoje e encorajar outros surdos a não aceitarem mais serem discriminados, a irem em busca de seus direitos e a se orgulharem de quem são. (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

A cena mostra o espaço onde Beatriz se encontra com seus pares surdos para partilhar saberes adquiridos na militância. O desenho mostra em destaque a figura de Beatriz de maneira centralizada a frente do quadro negro representada com a pele negra, os cabelos crespos e com os braços posicionados a sua frente sinalizando. Noutro plano tem-se alguns surdos sentados, estando como espectadores observando atentos a sinalização de Beatriz.

Neste cenário, percebe-se que Beatriz socializa aprendizados mútuos que partem das suas observações e percepções e de seu contato com seus pares surdos no Movimento Surdo, para significar o estar sendo mulher negra surda no mundo, encorajando tais sujeitos a afirmarem suas identidades, a resistirem aos determinantes sociais e a lutarem pelos seus direitos, de modo a fortalecer a comunidade surda.

Em um quadro de referências sobre ancoragem e objetivação de partilha de experiências que envolvem saberes, percepções, autonomia e potencialidades de Beatriz em sociointeração com outros surdos, observa-se:

TABELA 07 – REPRESENTAÇÕES ACERCA DE SABERES ADQUIRIDOS NA MILITÂNCIA

Ancoragem	A partilha em conjunto de experiências simbólicas coletivas para a comunidade surda.
Objetivação	A partilha coletiva de experiências.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Sobre as representações sociais e sua dinâmica “indivíduo/coletivo” Moscovici infere que elas:

se tornam capazes de influenciar o comportamento do participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações (MOSCOVICI, 2003, p. 40).

A internalização dos saberes que ajudam a movimentar e a fortalecer a comunidade surda, perpassa por Beatriz e pelo coletivo de amigos como processo, não como resultado. Após

dialogarem sobre questões que afetam diariamente o dia a dia de tal comunidade, eles representam o partilhar de suas experiências para além de um senso comum estático, mas que reflete significados cotidianos.

O sentido de coletividade para o encontro ficou evidente na partilha de experiências vivenciadas pelos surdos, bem como o companheirismo e determinação do conjunto. Além disso, evidenciou-se que a dinâmica social dos surdos envolve a comunidade em um conjunto colaborativo de partilhas de saberes entre os surdos que dela fazem parte.

Ademais, o encontro aponta que Beatriz que já tinha conhecimentos sobre questões implícitas a raça e surdez passou noções básicas acerca do como se dá o processo de afirmação da identidade, seja negra ou surda. Desta forma, houve um aprendizado pautado nas experiências cotidianas dos surdos, onde uns ensinam aos outros.

Nesse contexto, as ações de aprendizados coletivos correspondem significados que os próprios surdos como “sujeitos sociais sabem externar de maneira que tal saber seja aprendido e dialogado entre os pares, independente de especificidade biológica ou racial por entre teoria e prática, aplicabilidades e ressignificações como formação constante” (LOBATO, 2019, p.107). Deste modo, os surdos se educam à medida que se relacionam uns com os outros nos encontros proporcionados pela Beatriz, que tem como estratégia a reafirmação da identidade e a autoestima dos surdos.

O Movimento Negro e o Movimento Surdo possibilitaram esse aprendizado coletivo e, conseqüentemente, a reafirmação identitária de Beatriz e de outros surdos, pois os mesmos têm como uma de suas principais estratégias formadoras a revitalização da identidade e a autoestima das mulheres negras e surdas. Aspectos estes que perpassam não somente pela história do povo negro, mas pelo povo surdo e, que passam a ser resgatados no contexto da militância ganhando novo significado para suas vidas. É a partir desse resgate proporcionado pela militância que essas mulheres passam a dar visibilidade para a cultura negra e surda que, na maioria das vezes, são deixadas de lado no processo de “hegemonia da cultura europeia”.

No processo de militância, “os coletivos de mulheres negras trazem para suas integrantes e para a sociedade o resgate da dignidade da população negra a partir das relações estabelecidas com o lugar, o corpo, a cultura, a raça e o gênero” (SILVA, 2007, p.204). Semelhantemente a isto acontece com os coletivos de mulheres surdas, que trazem para debate o resgate da cultura surda, a divulgação da língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de expressão e comunicação da pessoa surda, o direito à acessibilidade nos espaços públicos, à educação, à saúde e ao mercado de trabalho. Deste modo, espera-se que as mulheres negras e

surdas que participam ativamente na militância nessas organizações, “se sintam mais confiantes em si mesmas e na própria história e sejam motivadas e determinadas a progredir na vida e na militância” (SILVA, 2007, p.204). Beatriz esclarece que a militância trouxe um importante significado para a sua vida, como podemos visualizar na narrativa abaixo:

Significou muita coisa na minha vida. Ajudou a me empoderar enquanto mulher negra surda, a não aceitar mais ser discriminada e nem permitir que meus amigos negros e surdos sejam discriminados. Eu adquiri conhecimentos sobre meus direitos que antes de participar do movimento surdo eu não tinha. Me tornei uma pessoa mais aberta para novas possibilidades, mais feliz, com um olhar mais ampliado sobre as coisas que afetam a comunidade surda do meu município. Passei a me ver enquanto mulher negra surda de maneira positiva e isso me deixa muito feliz, porque eu sei que me valorizando vou estar ajudando outras mulheres a se valorizarem também (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 12 de nov. de 2021).

Este depoimento de Beatriz mostra o quanto o Movimento Surdo a ajudou a se apropriar do mundo a sua volta e, como isso foi importante para ela estabelecer novos significados em suas relações não só dentro da comunidade surda, mas para além dela. Esse apropriar-se do mundo no qual vive, possibilitou a mesma apreender sobre sua existência, a construir de maneira reflexiva uma imagem positiva de si mesma, por meio de uma relação interativa com outras mulheres negras e surdas junto ao Movimento surdo. Isso é notado no trecho abaixo, onde Beatriz sinaliza que com a militância no Movimento Surdo aprendeu muito sobre si mesma:

Aprendi muito! Aprendi a gostar de mim, sabe? Aprendi a me valorizar, a assumir meus traços negros e a expressar meus sentimentos...a ter autoestima. Então, eu posso dizer que eu aprendi muito e, eu procuro repassar tudo isso que eu aprendi para minhas amigas surdas. Uma das grandes conquistas nesse percurso de militância foi me assumir mulher negra surda, a ter orgulho dos meus traços, do meu cabelo, porque hoje eu acho ele lindo. Passei a exaltar mais minha identidade e isso me deixa muito feliz (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 12 de nov. de 2021).

A partir do relato acima, percebe-se o quanto a valorização da autoestima foi relevante para que Beatriz pudesse ter mais autoconfiança e se sentisse capaz de assumir sua identidade de mulher negra surda. Essa autoestima possibilitou a mesma se lançar ao enfrentamento dos desafios do dia a dia do Movimento Surdo, de modo a atingir os objetivos desejados pelo coletivo. Por isso, que a promoção da autoestima agenciada nos espaços dos Movimentos Sociais configura-se enquanto “[...] um dos principais eixos condutores do processo de formação de cada mulher militante” (SILVA, 2007, p.205).

Diante da importância do reconhecimento e da autoestima proporcionada pela atuação no Movimento Surdo, não somente para a construção da sua identidade como mulher negra surda, mas para o fortalecimento de ações e discussões sobre questões que afetam direta e indiretamente a comunidade surda do município de Igarapé-Miri-PA. Beatriz se mostrou fortalecida e segura ao participar do Movimento Surdo, como podemos perceber no depoimento abaixo, onde ela sinaliza o significado desse coletivo para sua vida:

Significou uma nova consciência sobre o ser mulher negra surda, porque passei a me reafirmar, a assumir meus traços negros e a língua de sinais. A atuação no movimento surdo me trouxe autoestima. Foi no movimento surdo tendo contato com outras mulheres, que eu realmente passei a me reconhecer enquanto mulher negra surda, a assumir meus traços negros, meu cabelo cacheado, minha identidade. Foi onde eu me encontrei, porque lá nós temos o mesmo pensamento, nós temos empatia, respeito uns pelos outros, nós temos desejos e direitos iguais, nós podemos conversar a mesma língua, que é a nossa L1 a língua de sinais. Então, nós temos interações, nós conversamos sobre questões que afetam a comunidade surda do nosso município. Por isso, que o Movimento Surdo trouxe muitos significados para mim, porque não estamos ali sós, você tem com quem conversar para se articular e ir em busca dos seus direitos. Além disso, passei a afirmar minha identidade como mulher negra surda e, a me posicionar diante de tudo aquilo que tenta nos rebaixar na sociedade. (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 12 de nov. de 2021).

Deste modo, percebe-se que o Movimento Surdo possibilitou a Beatriz o resgate da sua autoestima e a desconstrução das imagens e representações negativas e, por sua vez, a construção de uma mulher mais segura, com autoestima, capaz e ativa. A partir dessa autoconsciência que a mesma busca meios para superar a situação de opressão. Freire (1987) enfatiza que será por meio da consciência crítica das formas de opressão vivenciadas, que os sujeitos concretos poderão superar a dominação em que vivem e poderão humanizar-se, buscando assim sua transformação de maneira colaborativa, de modo a “[...] inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para humanizar-se, humanizar os homens [...]” (FREIRE, 1987, p.115). Assim, a consciência crítica nesse véis constitui-se enquanto ferramenta para o processo de libertação dos determinismos que a mulher negra surda está subordinada.

Portanto, a dinâmica do Movimento Surdo encarna e projeta outras dimensões relacionadas ao modo de vida dos sujeitos que dele se aproximam trabalhando com os valores, posturas, visões de mundo, tradições, costumes. Nisso reside o seu caráter educativo e pedagógico, visto que “ele é capaz de atuar na visão de mundo das pessoas e dar a elas um outro sentido de sua existência. Essa mudança na visão de mundo implica na mudança de postura frente a si mesmo, o outro e à sociedade” (SILVA, 2007, p.208).

5.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA JUNTO AO MOVIMENTO SURDO

A trajetória de vida de Beatriz revela que desde a infância ela passou por processos educativos conflituosos referentes à questão racial, que foi marcado pela cor da pele, pelo cabelo crespo/cacheado e por outros traços e marcas que a ligavam a cultura negra, que mais tarde veio somar-se à questão da surdez. Processos estes vividos e enfrentados por ela tanto na escola ao receber uma educação para a diversidade étnico-racial, marcada muitas vezes pela negação quanto pela família que não a educava sobre a dimensão racial, o que levava a entrevistada a encontrar dificuldades em recorrer a mesma para buscar incentivos e conselhos que a encorajasse no enfrentamento a situações de preconceitos e discriminações vivenciadas na infância; já que sendo usuária de língua de sinais a utiliza como principal forma de expressão e comunicação e a família sendo ouvinte, não tem conhecimento do assunto, não sabe se comunicar com ela e muito menos dialoga com as questões referentes ao pertencimento racial, gerando assim uma barreira comunicacional entre ambas.

Essa comunicação se agrava ainda mais, quando Beatriz chega à escola e passa a ter contato com pessoas ouvintes, que se comunicam pela oralidade, sendo obrigada a ter que se adaptar a cultura ouvinte. Pois segundo Furtado (2016, p.142) “[...] a escola comum, na maioria das vezes, é “regida” pela concepção de que o ideal é ser ouvinte e se comunicar por oralidade [...]”, ocorrendo assim uma barreira comunicacional e incidências de preconceitos e discriminações dentro e fora da escola.

Nesse sentido, o relato de Beatriz é elucidativo quanto a essa questão e demonstra que o descobrir-se mulher, negra e surda a princípio trouxe um lado negativo para sua vida. Ela revela quais os significados de mulher negra surda antes de ingressar na militância e alguns indícios de mudança, após ingressar no Movimento Surdo:

Eu não conseguia me ver de forma positiva, não gostava da forma do meu cabelo crespo até porque não via muitas mulheres próximas a mim usar o mesmo cabelo que eu, na escola também não tinha esse incentivo de me aceitar como eu realmente era e isso me angustiava muito. Sabe você não ter uma pessoa com quem contar nos momentos de dúvidas? É difícil. Então essa consciência sobre o ser mulher negra surda que valoriza a cor da pele negra, o cabelo crespo a língua de sinais, veio mesmo com a participação no Movimento Surdo, onde eu passei a ter contato com outras mulheres negras que me incentivaram a me aceitar da forma como eu sou, a perceber o meu papel na sociedade enquanto mulher negra surda que pode estar atuando em qualquer lugar e também encorajando outras mulheres e, isso fez com que eu valorizasse mais a cultura negra e surda do meu município (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

A fala de Beatriz além de fornecer elementos acerca de suas experiências e vivências raciais, também fornece indícios de como o ingresso no Movimento Surdo foi significativo para que ela pudesse rever as representações tecidas sobre o ser mulher negra surda e o seu papel na sociedade, que ganha espaço através das ações estabelecidas pelo coletivo de surdos que lhe deram subsídio para conquistar o seu lugar de fala e, a partir daí se aceitar, incentivar outras mulheres a passarem pelo processo de desconstrução e a valorizar a cultura negra e surda do município de Igarapé-Miri-PA. Assim, ao elaborar um desenho sobre o significado da participação no Movimento Surdo, a entrevistada afirma no seu discurso que “participar do Movimento Surdo me possibilitou afirmar-me mulher negra surda e a lutar pelos nossos direitos” (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021), como visualiza-se no desenho abaixo:

DESENHO 07 – OS SURDOS EM MOVIMENTO



Fonte: Arquivo da Pesquisa, Siqueira (2021).

Esta imagem aqui, ela representa o movimento surdo, a importância de participar, porque é muito importante participar do Movimento Surdo, as lutas, nossos direitos. Nós enquanto surdos sabemos, sonhamos e temos o direito de uma associação, nós sabemos das barreiras que tem, principalmente a questão profissional quando se é mulher e mais ainda negra e surda, então é muito importante participar desse movimento porque é nele que nós nos firmamos, nos damos as mãos. É ali nesse movimento que colocamos nossas pautas sobre a questão de gênero, raça, educação, saúde, acessibilidade nos espaços públicos e profissional em prática. É nesse movimento que passamos a reivindicar os direitos que nos foi negado durante muito tempo, a valorizar nossa identidade e cultura de maneira positiva (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

No desenho Beatriz sinaliza ela e seus amigos de mãos dadas no espaço do Movimento Surdo. Neste é possível perceber o semblante de felicidade no rosto dos mesmos, que se sentem

felizes em poder se reunir para discutir questões que afetam a comunidade surda e interagir por meio da língua de sinais.

Além disso, Beatriz representa o Movimento Surdo como um espaço de união, onde os surdos se reúnem para fortalecerem suas identidades, socializarem pautas que afetam o dia a dia da comunidade surda e reivindicarem os direitos que lhes foram negados por séculos.

As relações evidenciadas no desenho mostram o Movimento Surdo como espaço de reivindicação de lutas e valorização da identidade dos surdos.

TABELA 08 – REPRESENTAÇÕES SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS NO MOVIMENTO SURDO

Ancoragem	O Movimento Surdo como espaço de luta e afirmação identitária.
Objetivação	Lugar onde os surdos se encontram para reivindicar seus direitos.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Assim, Beatriz ao ingressar no Movimento Surdo deparou-se com uma proposta de novos horizontes. Sobre isso, Silva (2007, p.210) argumenta que “embutidos nessa proposta estavam discursos, práticas e relações que giravam em torno da conscientização crítico-social e de novas possibilidades de recriação” (SILVA, 2007, p.210). Desta forma, o Movimento Surdo fez com que Beatriz pudesse ter acesso a diferentes leituras de temáticas que envolvem questões raciais, de gênero, de surdez e do município onde está inserida. Como observa-se no depoimento abaixo, onde Beatriz relata que com a militância, com o aprendizado adquirido no espaço do Movimento Surdo a dimensão de gênero passou a ganhar um novo significado na sua vida:

Bom na militância eu passei a ter outra visão em relação aos afazeres enquanto mulher negra surda. Foi no movimento surdo que eu pude conversar com outras mulheres e perceber que eu posso sim, fazer as coisas em casa e ao mesmo tempo participar do movimento surdo...fiquei mais tranquila sabe? Porque assim eu não preciso deixar de fazer as coisas que eu gosto de fazer, não preciso me privar de nada. Porque você sabe como é né? Antes as mulheres não tinham essa liberdade, elas tinham que ficar em casa cuidando da casa, dos filhos e maridos, porque não tinham essa consciência que eu pude ter com a participação no movimento surdo. E isso é muito bom, porque eu acabo incentivando outras mulheres a ter essa consciência (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

Na narrativa acima, percebe-se o quanto a atuação no Movimento Surdo foi importante para que Beatriz pudesse ter acesso a novos conhecimentos e apropriar-se deles, e a partir daí buscar formas para modificar os papéis e as representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade. Com isso, a mesma aprendeu a conhecer a si mesma, a se relacionar com a vida, as pessoas e o mundo a sua volta. Desse modo, o Movimento Surdo promoveu situações e

momentos pelos quais Beatriz pôde aproximar-se de si mesma, reconhecendo-se enquanto sujeito, negociando consigo mesma as novas maneiras de se sentir e estar no mundo.

Beatriz, ao se reconhecer enquanto mulher negra surda, de acordo com Silva (2007) “conseguiu se distanciar das projeções e das representações sociais negativas e determinadas acerca das mulheres negras, ao passo que, pela autorreflexão e o desejo de mudar de vida, escolhem e reformulam suas identidades”. Ela passou a se recriar, expressando novas posturas, estabelecendo relações onde se afirma de forma positiva, valorizando-se como mulher, negra e surda. Pois, o recriar-se em novas nuances de mulher negra e surda “implica impor-se e resistir às atitudes e posturas discriminatórias, além de exigir combatividade, introspecção e autoimagem positiva, bem como críticas às relações sociais propostas para transformá-las” (SILVA, 2007, p.212).

Esse processo de recriação provocado pelo Movimento Surdo possibilitou a Beatriz aproximar-se e a negociar-se consigo mesma novas formas de ser e estar no mundo, oportunizando a ampliação da visão sobre seus direitos enquanto mulher negra surda, como nota-se no excerto abaixo:

Antes de participar do movimento surdo eu já tinha uma visão dos deveres da mulher. Mas, não tinha muito conhecimento sobre os direitos como mulher negra surda. Foi com a entrada no movimento surdo que eu passei a compreender meus deveres e direitos. Isso foi muito importante para que eu pudesse me posicionar de maneira positiva sobre o ser mulher negra surda, a não ser mais submissa a outras pessoas por conta da minha cor, do meu sexo, da minha surdez e da minha sinalização que é em língua de sinais (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

A partir desta recriação Beatriz passou a atribuir novos significados sobre o ser mulher negra surda, a rejeitar as discriminações a ela imposta por conta da cor, do sexo e da surdez, a não ser mais colocada no lugar de submissão, a não ser mais olhada com indiferença devido sua comunicação com seus pares se dar em língua de sinais. Beatriz, passou a exercer sua capacidade de enfrentamento aos determinantes sociais, a gostar de si mesma, a acreditar nas suas potencialidades, assumir uma nova postura de luta pelos seus direitos e a fortalecer sua identidade.

É no contexto da militância, que Beatriz encontra outras pessoas que passaram por problemas semelhantes ou sofrem pelos mesmos motivos, mas se organizam coletivamente, muitas mulheres vivem um processo de superação de dificuldades. Assim, várias mulheres negras surdas “passam a se relacionar com o mundo, a sociedade, sua família e suas organizações com novas atitudes e posturas de combatividade” (SILVA, 2007, p.216). E a partir daí, passam a desenvolver novas pedagogias de raça, gênero e surdez afirmativas.

Beatriz, mais do que se conscientizou e se afirmou mulher negra surda, na militância soube da importância de sua responsabilidade em combater o racismo, a desigualdade de gênero, o preconceito contra a pessoa surda e, em lutar e conquistar políticas públicas em benefício da população negra e surda do seu município de origem. É o que ela relata ao registrar o que significa ser mulher negra surda, após atuar no Movimento Surdo:

Teve um significado muito grande na minha vida, porque me ajudou a ter mais conhecimento das coisas a minha volta, a ter uma visão mais ampliada em relação aos meus direitos enquanto mulher negra surda, em não aceitar ser discriminada e nem aceitar que meus amigos surdos também sejam discriminados. Então, participar do movimento surdo foi muito significativo pra mim passar a me ver de maneira positiva, a assumir meu cabelo crespo e a me orgulhar da minha raça (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 10 de set. de 2021).

De acordo com o relato acima, nota-se que o participar do Movimento Surdo possibilitou a Beatriz gerar novos saberes que emergiram de suas vivências e experiências e, assim atribuir novos significados a si própria, em um processo de recriação e ressignificação da sua imagem e da representação tecida sobre o ser e estar no mundo e para o mundo. Saberes estes que segundo Silva (2007, p.217), são frutos de “[...] apropriação do mundo, ou seja, apoderar-se materialmente dele para transformá-lo, modificá-lo por meio de ações e intervenções” estabelecidas consigo e com os outros. Nesse sentido, os saberes produzidos pela Beatriz, não se configuram enquanto saberes individuais e sim saberes coletivos, pois buscam benefícios e reconhecimentos não só para a população negra, mas para a população surda e para a sociedade em geral uma vez que se busca, justamente, alterar e modificar o modo como estabelecemos as relações sociais.

5.3 O MOVIMENTO SURDO E A CONSTRUÇÃO DE PEDAGOGIAS DE RAÇA, GÊNERO E SURDEZ RESSIGNIFICADAS

A relação que Beatriz estabelece com o saber, num processo pedagógico, lhe possibilita adquirir conhecimentos para além dos meros conteúdos formais. É um conhecimento resultante de suas experiências pessoais, providas de qualidade afetivo-cognitivas. É um conhecimento *sob a primazia da subjetividade*. O saber é produzido conforme suas relações internas e na relação que o sujeito estabelece com as demais pessoas, seja de forma harmoniosa ou confrontante. Pois, não há saber sem interação com os outros, que os partilham, controlam, valiam e constroem. Portanto, o saber – o conhecimento – é resultado de uma interação na qual se torna possível o sujeito conhecer o mundo e as pessoas. O saber quando é apreendido nos é

útil pelo uso que fazemos dele e assim o tornamos prático. Isso não significa entender que o saber é prático, pois esse caráter vem da relação que estabelecemos com o mesmo para conseguirmos dominar situações (SILVA, 2007).

E o Movimento Surdo constitui-se enquanto espaço fecundo para a partilha desses saberes, pois nas suas ações cria espaços de produção e diálogos de conhecimentos produzidos na militância, ou seja, cria “[...] outros espaços pedagógicos, outros saberes e processos de produção de conhecimentos, de humanização fora das instituições que se autoapropriaram da exclusividade do conhecimento e das concepções de práticas pedagógicas legítimas” (ARROYO, 2012, p.34). E para ter acesso a esse saber os sujeitos contam com a ajuda de pessoas encarregadas ou que se propõem lhes ensinarem. Nesse caso, Beatriz aprendeu com os calorosos encontros dos surdos, com o movimento religioso, dentre outras organizações do município de Igarapé-Miri-PA que lhes foram dispostas a ensinar. Aprendeu “nas lutas, nos conflitos e nas tensões geradas nesses processos” (SILVA, 2007, p.218). Cabe mencionar que nesse processo Beatriz também se propôs ensinar a essas pessoas e organizações o que já havia aprendido na sua trajetória de vida.

Assim, no desenrolar da pesquisa acompanhou-se algumas ações desenvolvidas por Beatriz, para buscar saber se o aprendizado adquirido na militância influenciou suas ações e intervenções sociais. Para tal, participou-se de algumas atividades promovidas pela mesma que visavam a difusão da língua de sinais, a transmissão da palavra de Deus e a formação dos surdos(as) no processo de combate ao racismo, ao machismo e a discriminação contra a pessoa surda, buscando subsídios para a valorização da língua de sinais e da cultura e identidade negra/surda no município de Igarapé-Miri-PA.

Deste modo, compareceu-se ao “Encontro dos Surdos *online*”, coordenado por Beatriz em parceria com a comunidade surda do município de Igarapé-Miri-PA. O objetivo do mesmo foi contribuir para com a formação de surdos(as) comprometidos em partilhar saberes e experiências adquiridas na militância e difundir a língua de sinais aos surdos que ainda não tinham aquisição da Libras. Partilhas estas que contribuíram de maneira significativa para o fortalecimento do Movimento Surdo, que passou a se articular cada vez mais com o intuito de fortalecer não só os laços identitários, mas a luta pelo direito a educação, a saúde, a acessibilidade nas repartições públicas, a igualdade de direitos, dentre outras pautas que afetam direta e indiretamente a comunidade surda. Como pode-se visualizar na imagem abaixo, onde Beatriz se reuniu com o grupo de mulheres surdas e intérpretes juntamente com os representantes da Secretaria de Educação do município de Igarapé-Miri-PA, para dialogar sobre

as pautas de lutas que a comunidade surda vem reivindicando e dar seguimento ao projeto de criação do cargo de Tradutor e Intérprete de Libras, Ledor e transcritor de Braille, projeto este que visa atender não somente o público alvo da educação especial mas os alunos que necessitam de auxílio desses profissionais nos cursinhos pré-vestibulares, nas universidades e nos eventos promovidos pelo município.

IMAGEM 09 – REUNIÃO DAS SURDAS COM OS REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA TRATAR SOBRE PAUTAS DA COMUNIDADE SURDA DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI-PA.



Fonte: Foto gentilmente cedida pela Beatriz Barbosa, (2022)

A colaboradora da pesquisa promoveu ainda oficinas de formação sobre a cultura e identidade surda e sobre as relações estabelecidas pelos ouvintes que reproduzem práticas de discriminação dentro e fora da sala de aula. Uma das oficinas desse encontro coordenado por Beatriz, denominada de “Mãos que Falam” foi desenvolvida por meio de apostilas que continham aspectos sobre a formação identitária dos surdos e imagens que reportavam os sinais em Libras, tais como: os sinais de batismo em Libras¹⁸, o alfabeto em datilologia, os numerais, os materiais escolares, a família, dentre outros sinais, visando com isto difundir a língua de sinais aos surdos que não tinham aquisição da mesma, fortalecendo desta forma a comunidade surda. Como visualiza-se na imagem abaixo, onde Beatriz ensina em uma das atividades

¹⁸ Sinal criado e dado pela surda, que após observar as características das pessoas ali presentes e conversar com elas, atribuiu um sinal pessoal as mesmas e explicou que não pode ser mudado.

presenciais o alfabeto em Libras e, em seguida pede para os surdos e ouvintes ali presentes apresentarem os seus respectivos nomes em datilografia e os sinais de batismo em Libras.

IMAGEM 10 – A SINALIZAÇÃO DOS SINAIS EM LIBRAS



Fonte: Fotos gentilmente cedidas pela Beatriz Barbosa, (2022)

Beatriz também promoveu, em parceria com o movimento surdo evangélico, encontros para a realização das celebrações dos surdos *on-line* (Culto dos Surdos Mãos que semeiam). Os objetivos desses encontros foram transmitir e reforçar os ensinamentos da Bíblia Sagrada que foram repassados por temáticas, de maneira acessível a todos os que demonstrassem interesse em conhecer mais a fundo os preceitos da religião evangélica. Além disso, realizou algumas atividades como: pregação em Libras, teatro surdo, brincadeiras, dentre outras ações que foram apresentadas na programação da confraternização de natal e final de ano dos surdos. Vale ressaltar que essas confraternizações se deram de maneira presencial, com todos os surdos vacinados e tomando os devidos cuidados contra a Covid-19, como visualiza-se na imagem abaixo.

IMAGEM 11 – CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL DOS SURDOS¹⁹



Fonte: Foto gentilmente cedida pela Beatriz Barbosa, (2021).

Nesse cenário, Beatriz ao se envolver e ser envolvida no movimento religioso surdo, consegue estabelecer linhas dialógicas através de saberes e percepções que permitem a ela vivenciar e partilhar com a comunidade surda. Isso é notado no desenho abaixo, onde Beatriz enfatiza que participar do movimento religioso e promover ações coletivas, foi muito importante para que ela pudesse demonstrar relações de aprendizado religioso como mecanismos socioculturais compreensíveis, experienciáveis e partilháveis, “não de maneira opressora onde as diferenças tendem a se adequar às disposições dominantes (auditivas), mas no sentido de educação cultural libertária” (LOBATO, 2019, p.97) que valorizasse os interesses dos sujeitos surdos de maneira coletiva., conforme observa-se no desenho a seguir:

DESENHO 08– TRANSMITINDO A PALAVRA DE DEUS



Fonte: Acervo da Pesquisa, Siqueira (2021).

¹⁹ É importante ressaltar que os surdos(as) não estão fazendo uso de máscaras na confraternização porque tanto a linguagem corporal quanto a expressão facial são de suma importância na comunicação em LIBRAS e, além disso, ambos tomaram os devidos cuidados antes de manterem o contato uns com os outros devido a Covid-19.

Bom esse desenho aqui, como vocês podem observar, ele representa a igreja onde tem o culto, louvores direcionados para a comunidade surda e eu sou a única negra existente nesse grupo. Mas, eu me sinto muito feliz porque as pessoas interagem através da língua de sinais e essa comunicação ela é muito importante para mim e para os meus amigos surdos. Foi onde eu realmente me senti bem, porque lá nós buscamos estratégias para partilhar os ensinamentos de Deus e as experiências que vivenciamos no dia a dia através da Libras e, isso é muito importante para empoderar e fortalecer a comunidade surda (Beatriz Barbosa. Entrevista realizada em 30 de ago. de 2021).

Na narrativa acima, observa-se que Beatriz embora seja a única negra existente no grupo da igreja, é o lugar onde a entrevistada encontra-se consigo e com seus pares surdos e isso a deixa muito feliz porque é onde ela encontra refúgio para partilhar suas vivências e experiências por meio da língua de sinais, sem precisar se moldar a cultura ouvintista para ser reconhecida nos espaços onde circula. Além disso, no seu relato são evidenciadas interrelações de Beatriz tanto com o movimento em sua importância religiosa ao transmitir os ensinamentos de Deus para seus pares surdos, quanto estratégias para dialogar com as vivências de processos religiosos e outros que afetam direta e indiretamente a comunidade surda.

Para além da transmissão dos saberes religiosos, percebe-se que Beatriz se propõe a participar dos encontros proporcionados pelo movimento religioso tanto como comunicadora quanto expectadora, dialogando saberes práticos afetivos com seus pares, acompanhando e participando das atividades de pregação em Libras, teatro surdo, entre outras ações.

Nesse contexto, Beatriz se percebe em uma conjuntura de inserção global, pois é o espaço onde ela se encontra em sua plenitude para dialogar e aprender com seus pares, por meio das ações e interações coletivas ocasionadas nas atividades religiosas sinalizadas.

Na perspectiva das representações sociais, as percepções de Beatriz direcionam-nos aos processos de ancoragem e objetivação atitudinais:

TABELA 09 – REPRESENTAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO RELIGIOSO

Ancoragem	Percepções sobre as atividades do movimento religioso como ações coletivas.
Objetivação	Participação, aprendizado e partilhas no ato religioso.

Fonte: Elaboração Própria, Siqueira (2021).

Além disso, foi realizado um encontro com a comunidade surda, com o propósito de discutir construções negativas de gênero, raça e surdez. Este evento tinha como objetivo conscientizar as jovens surdas sobre as práticas machistas que as mulheres enfrentam ao participar do Movimento e, assim contribuir para uma juventude antirracista e antimachista no município de Igarapé-Miri-PA. No qual Beatriz discutiu o papel relegado a mulher,

principalmente a mulher negra surda ao longo do processo histórico, que era privada da participação em organizações políticas, mas que com a participação nos Movimentos Sociais esse quadro passa a se reverter, colocando essa mulher no lugar de destaque nesses movimentos.

Durante a pesquisa Beatriz, juntamente com o Movimento Surdo também desenvolveu, uma oficina que tinha como proposta abordar questões sobre gênero e raça, onde ela discutiu os desafios das mulheres negras e surdas, problematizando a representação da mulher no processo histórico. Para tal, foram exploradas as vivências das participantes com o intuito de promover a transformação destas. Visto que “é com base nisso que essas mulheres singulares em seus próprios movimentos na vida e no cotidiano e junto aos Movimentos Sociais, passam a elaborar processos formadores na perspectiva de raça, gênero” (SILVA, 2007, p.222) e surdez. Esses processos, por sua vez, geram novas pedagogias. Pedagogias de gênero, raça e surdez ressignificadas. Pois, o ressignificar “dá-se por meio de rupturas, conflitos, embates e reencontros de suas vivências e experiências que, no estabelecimento das relações sociais e políticas, esperam ser reconhecidas e respeitadas enquanto mulheres, negras, sujeito singular coletivo” (SILVA, 2007, p.222).

No processo de militância Beatriz buscou e busca dar outros significados e sentidos a si mesma como sujeito étnico-racial. Ela se reconstrói se autoafirmando mulher negra surda que não corresponde aos estereótipos e imagens negativadas, construídas e reforçadas pela cultura branca/ouvintista/escravocrata. Ela se reconstrói para que sua relação com o povo negro, com o povo surdo, com as mulheres negras/surdas possa também ser reconstruída.

Assim, Beatriz é um sujeito singular em movimento que atua politicamente nos mais variados espaços e no Movimento Surdo do município de Igarapé-Miri-PA. Nesse contexto de participação no Movimento Surdo ao mesmo tempo que ela aprende, ensina e constrói saberes.

No entanto, esses saberes produzidos coletivamente, essas pedagogias de gênero, raça e surdez muitas vezes não são reconhecidas e valorizadas nas instituições de ensino. Visto que esses espaços acadêmicos acabam reduzindo “a diversidade pedagógica, ao desperdiçar e inferiorizar processos educativos, de produção de saberes, valores, de humanização dos povos e coletivos decretados como seres inferiores, sem saberes ou produtores de saberes inferiores” (ARROYO, 2012, p.32). Deste modo, a luta dos Movimentos Sociais têm sido não somente ocupar “as instituições que mantêm exclusividade do conhecimento, mas de criar seus espaços de produção e diálogos de conhecimentos produzidos na militância” (ARROYO, 2012, p.34). Ou seja, por meio dos Movimentos Sociais esses sujeitos buscam regatar os saberes individuais e coletivos que ora foram colocadas no campo das ausências e, com isso destacar as

emergências oriundas das práticas sociais dos Movimentos Sociais, como nos alerta Boaventura Santos (2002). A pesquisa em questão nos leva acrescentar as práticas sociais construídas pela Beatriz enquanto sujeito singular que compõe e constrói o Movimento surdo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres negras têm sido parte importante das discussões nas últimas décadas, fato este motivado pelas ações afirmativas geradas pelos movimentos sociais, sobretudo, o movimento feminista negro na luta contra o racismo estrutural, o preconceito, o machismo, o patriarcado, a tendência de transformação do corpo feminino e acima de tudo no empoderamento das mulheres negras na busca por políticas públicas que atendam às suas demandas específicas.

No entanto, mesmo com todos os avanços até então vivenciados por estas, ainda há muito que se caminhar para que a luta das mulheres negras, em especial das mulheres negras surdas que experienciaram ao longo do processo histórico situações de tripla opressão, por justiça social e inclusão social sejam efetivadas no campo das políticas públicas, pois ainda perdura sobre estas o estigma de inferioridade e de negatividade, devido a discriminação herdada da imposição da “cultura branca” escravocrata na qual foram submersas, em um mar de angústias, inferioridade, de baixa estima por serem compreendidas apenas enquanto um corpo/objeto destinado a ocupar certos lugares na sociedade, fruto da imposição da educação patriarcal-machista que ainda oprime as mulheres na sociedade.

Pois, é sabido que o contexto histórico da mulher negra foi/é marcado por um estigma milenar envolto de preconceito, discriminação e exclusão, devido às situações a qual esse segmento social foi exposto historicamente. Ser surda, ao longo da história foi ser marcada pelo estereótipo que a identifica como um ser incompleto, incapaz e deficiente. Não é diferente o histórico da mulher negra surda que por trazer em seu corpo “três marcas identitárias” – ser *mulher*, *negra* e *surda* (três grupos com minorias de direitos) – é triplamente marginalizada. E por estar envolta de tantas imagens oprimidas de si não consegue estabelecer a sua autoafirmação enquanto pessoa por sua imagem estar fora dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Diante disso, podemos inferir que o coletivo de mulheres negras e surdas surge como um movimento político antirracista, que tem como elemento constituinte a “cor da pele”, o “cabelo crespo/cacheado” e a língua de sinais como símbolos de luta e valorização da identidade negra e surda, reconhecendo a essas mulheres o sentimento de pertencimento, ou seja, de se sentirem parte da comunidade negra pelo contato com as marcas e traços que envolvem seu povo, ao mesmo tempo que possibilita a participação na comunidade surda pela partilha da língua de sinais, costumes e vivências, possibilitando dessa forma a construção e a afirmação

da identidade racial; posto que o pertencimento racial desempenha um papel crucial na elaboração de subjetividades, que fortalecerá os sujeitos no enfrentamento as desigualdades raciais, de classe e de gênero e na luta por mudanças na sociedade contemporânea.

É na luta pela visibilidade das questões feministas que nasce uma nova linguagem que surge no bojo da discussão trazida pelo feminismo negro a respeito da invisibilidade e demandas das mulheres negras na luta a favor da igualdade de direitos e, mais ainda na posição de denunciante do racismo de gênero e a origem da geopolítica injusta do conhecimento experienciada na colonialidade, deixando seu lugar de silenciamento para assumir seu lugar de fala.

Nesse sentido, as narrativas de Beatriz apresentadas nesta pesquisa, mostram que esta sente orgulho em assumir-se mulher, negra e surda, revelando não precisar mais se adequar a um padrão que durante muito tempo determinou regras para aqueles sujeitos que não estão de acordo com o modelo estabelecido pela cultura branca/ouvinte, afirmando sua identidade por meio do reconhecimento e valorização dos traços e marcas de suas ancestralidades.

Ademais, os desenhos elaborados por Beatriz nos revelam que a demarcação da identidade é marcada a partir do momento que esta passa a se ver e aceitar enquanto mulher negra surda, assumindo sua cor, seu cabelo, a língua de sinais, ou seja, os traços que a ligam a cultura negra e surda. Esse aceitar-se, também possibilitou o envolvimento no movimento surdo, culminando com o empoderamento dos amigos surdos e das mulheres que antes não tinham vez e voz no município de Igarapé-Miri.

Desse modo, participar do Movimento Surdo e adentrar o espaço acadêmico possibilitou à Beatriz se reeducar, modificando seu olhar sobre as questões como sexismo, racismo, machismo e surdez, dentre outras temáticas que afetam direta e indiretamente a comunidade surda do município de Igarapé-Miri – PA, sua postura de mulher negra e surda por meio de um processo positivo de aceitação de sua cor, cabelo crespo/cacheado, língua de sinais, em detrimento dos determinantes sociais. A partir desses processos formativos ela conseguiu ter acesso ao conhecimento e consecutivamente, o discernimento necessário para formar e transformar sua visão de mundo e lutar contra as investidas de poder instituída pela sociedade. Esta passou a se recriar de forma autônoma, crítica, reflexiva e consciente de suas condições passando a questionar o seu lugar de fala, o racismo de gênero e a surdez a partir do viés da diferença.

A pesquisa mostrou-nos que, Beatriz ao se inter-relacionar com mulheres negras no ensino superior, nos eventos acadêmicos e no Movimento Surdo produziu novos saberes,

saberes estes que a possibilitaram produzir também pedagogias de gênero, raça e surdez. Posto que foram saberes, vivências e experiências que permitiram-na conscientizar-se e refletir-se de maneira crítica de suas condições e dos enfrentamentos sociais.

Além disso, a pesquisa evidenciou-nos que, a atuação no Movimento Surdo trouxe significados importantes para a vida de Beatriz, pois possibilitou-lhe construir uma nova dimensão pessoal e o fortalecimento da sua autoestima. Que a impulsionou a uma tomada de consciência que, mediante o coletivo, adquire consciência e subsiste as formas de opressão vivenciadas.

Diante disso, sinalizamos que um dos caminhos para a almejada e propalada transformação da sociedade, onde a cultura surda e a cultura negra possam coexistir e interagir de forma democrática, faz-se necessário levar em conta a contribuição pedagógica e política das mulheres negras e surdas nesse processo. Para tal, o coletivo de mulheres negras e surdas precisa se perceber enquanto sujeito político, para se mobilizar contra as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, ressignificando a identidade e reconhecendo a essas mulheres o sentimento de pertencimento, ou seja, de se sentirem parte da comunidade negra. Possibilitando dessa forma a construção e a afirmação da identidade racial e o fortalecimento dessas mulheres no enfrentamento as desigualdades raciais, de classe, gênero e na luta por mudanças na sociedade contemporânea. Visto que a valorização dos aspectos implícitos a população negra e surda têm sido um dos focos das pedagogias de gênero, raça e surdez desenvolvida por ela.

Portanto, ao valorizar a diferença entre os diferentes, no contexto do Movimento Surdo, Beatriz reeduca e ressignifica esse movimento, trazendo novos valores e aprendizados. Nesse processo, ela também reeduca e ressignifica a si mesma. Formula, portanto, pedagogias de gênero, raça e surdez ressignificadas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. *In: Projeto História*. São Paulo, n.15, abr. 1997, p.1-293.
- ANDRÉ, Marli. O Que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013, p.95-103.
- ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO, M. G. **Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, jan./jun.2003, p.28-49.
- BAIROS, Luiza. “Lembrando Lélia Gonzalez”. *In: WERNECK, J; MENDONÇA, M; WHITE, E. O livro saúde das mulheres negras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.
- BOSI, E. **O Tempo vivo da Memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação: cadernos Pagu** n.26. 2006, p.329-376.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dez. de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abr. de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 19 da Lei nº 10.098, de 19 de dez. de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 29.04.2021.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abr. de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 29.04.2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa**. Ofício Circular n. 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Brasília, 24 fev. 2021.

BREGONCI, Aline de Menezes. **Estudantes surdos no PROEJA**: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Ana Maria Nicolaci da; DIAS, Daniela Romão; LUCCIO, Flávia Di. **Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS)**. *Psicol. Reflex. Crit. Porto Alegre*, vol.22, n.1, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20/03/2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÉLIX, Jane. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. *In: Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2012.

FENELON, D. R. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Narrativas identitárias e educação**: os surdos negros na contemporaneidade. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016, 167 p.

GARCIA, Barbara Gerner de. O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e relevância da diversidade para a educação dos surdos. *In SKLIAR, Carlos (org.). Atualidades da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre, RS: Mediação, v. 2, p.149-162, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **Mulheres & Militantes**. *Revistas de Estudos Femininos*, v. 05 n. 2, 1997, p. 349-364.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra\ Body and hair as symbols of black identity**. www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-Content/uploads/2012/10/corpo-cabelo-como-simbolos-da-identidade-negra.pdf

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 34. ed. 1999, 240 p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2004, v.47, n°1.

GURGEL, T. M. A. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no ensino superior**. 2010. 168p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba - SP.

HALL, Stuart. “Que ‘negro’ é esse na cultura negra”. **In Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org.) Tradução RESENDE A. La. G. *et al.* Belo Horizonte, Brasília: Editora UFMG, UNESCO/Brasil, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOZINETS, R. S. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. Série Eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, Camila Machado de. **Experiências e narrativas: (Re)pensando saberes-fazer docentes na educação de surdos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa pequena**. Belém. PA, 2007.

LOBATO, Vera Lúcia de Cristo. **As representações sociais e um adolescente surdo quilombola: afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégia dialógicas** / Vera Lúcia de Cristo Lobato. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019. Orientação de: Ivanilde Apoluceno de Oliveira. Acesso em: 12.06.2021.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós – estruturalista**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**, SP EPUD, 1986.

MALUFF, Marina. **Ruídos e Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATOS, Lídia. “**Não é só cabelo, é também identidade**”: transição capilar, luta política e construções de sentido em torno do cabelo afro. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de ago. de 2016, João Pessoa/PB.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: Como fazer, como pensar**. 2. Ed. São Paulo, Contexto, 2011.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira de; GOMES, Romeu; MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61-77.

MOSCIVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Durveen; traduzido por Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOURA, Indira Simionatto Stedile Assis. Narrativas etnográficas de si da cultura e identidade surda nos entre lugares da Amazônia. In: GOMES, João Carlos (Org.). **Epistemologias dos estudos surdos: língua, cultura e educação sob o signo da diversidade**, - Curitiba: CRV, 2020, 476p.

MÜLLER, Márcia Beatriz Cerutti. **Surdez, gênero e sexualidade: um estudo sobre o imaginário social em uma escola de ensino fundamental bilíngue no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritudes: Usos e Sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NETO, Francisco de Acací Viana. **Práticas de formação e inclusão de alunas Surdas: narrativas de experiências de professores da escola municipal Jonas Gurgel – Caraúbas/RN**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de; SILVEIRA, Andréia Pereira. A Técnica do Desenho na Pesquisa Educacional sobre Representações Sociais. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de; LOBATO, Huber Kline Guedes (Orgs.). **Pesquisa Educacional sobre Representações Sociais: o uso da técnica do desenho e dos mapas conceituais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, 89p.

OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de. **Representações sociais de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

POKORSKI, Juliana de Oliveira. **Narrativas Surdas de Percursos Acadêmicos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio do Sul, Porto Alegre, 2020.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral deferente**. Projeto História, São Paulo, 14. fev. 1997.

QUEVEDO, Silva Regina Pochmann de. **Narrativas hipermediáticas para ambiente virtual de aprendizagem inclusivo**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Bruno. **Uso de Transferências em Narrativas Produzidas em Língua Brasileira de Sinais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

REIS, Maria da Conceição. **Educação, identidade e histórias de vidas de pessoas negras do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, CE, 2012. Orientador: Edílson Fernandes de Souza. Acesso em: 03.11.20.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Critica de Ciências Sociais, 63, out. 2002, p.237-280.

SANTOS, Maria Anselmo dos. **Mulher negra e cabelo: da recusa à aceitação**. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy”, Duque de Caxias, 2017.

SANTOS, Hermínio Tavares de Sousa dos. **A construção de identidades na educação de surdos**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SANTOS, J.L. **O Que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Tatiane Santos dos. **Narrativas Surdas: experiências na comunidade e na cultura surda e a constituição de identidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SANTOS, Rhaul de Lemos. **Negros/as surdos/as no Ensino Superior: mapeado cursos de graduação de Libras**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras. 1933.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Mulher e Realidade: mulher e educação**. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SILVA, Bianca Gonçalves da. **Memória é narrativas surdas**: o que sinalizam as professoras sobre sua formação? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SILVA, Michele Lopes da. **Mulheres negras em movimento(s)**: trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte – MG. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SILVA, P. C. S.; BRAGA, Â. M. S. **Transição Capilar**: O cabelo como instrumento de política e libertação através da identidade e suas influências. In: XX Congresso de Ciências a Comunicação na Região Sudeste, Uberlândia, MG, 19 a 21 de jun. de 2015. Anais ... Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-0059-1.pdf>. Acesso em: 01/07/2021

SILVEIRA, Andréa Pereira. **Representações Sociais de professores do Ensino Fundamental sobre o aluno surdo**: A [in] visibilidade na inclusão escolar. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém. Disponível em: www.page.uepa.br/mestradoeducacao Acesso em: 22.12.2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, 332p.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação & exclusão abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 6. ed. 2010, p. 73-111.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOARES, Anita Maria Pequeno. **Cabelo importa**: os significados do cabelo crespo/cacheado para mulheres negras que passaram pela transição capilar. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Cuidados Éticos na pesquisa. In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (Org.) **Metodologias e técnicas de pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2010, p.9-24.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr. 1997.

VÍCTORA, Ceres Gomes. et al. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, vol.1, 1994, p.267-276.

WERNECK, Jurema. **A vulnerabilidade das mulheres negras**. Jornal da Rede Saúde. n.2, mar. 2001.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CULTURA



CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

TERMO INDIVIDUAL DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAR COMO PESQUISADO(A) DA PESQUISA Título da Pesquisa

NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA
MILITANTE DE UMA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO SURDO DO MUNICÍPIO
DE IGARAPÉ-MIRI, NO PARÁ.

Pesquisadora: Renata Ferreira Siqueira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto

Este documento tem por finalidade esclarecer o pesquisado, de forma clara e objetiva, sobre a pesquisa a ser realizada com a finalidade de realizar um estudo acerca da trajetória de vida da uma jovem negra, tomando como ponto de partida os processos formativos desta mulher no que tange a sua inserção na militância, bem como o uso da língua de sinais como elemento potencializador no processo de ressignificação da sua identidade, do assumir e expressar sua identidade de mulher negra surda, seu cabelo crespo/cacheado e o orgulho da sua raça. A referida pesquisa tem como **objetivo geral** compreender a história de vida de uma mulher negra surda, de modo a entender, por meio de suas narrativas e dos processos formativos e saberes construídos na militância, como esta mulher constitui sua identidade e ressignifica-se a partir dos entrelaces entre as questões étnicas, questões de gênero e da surdez. Como **objetivos específicos** propõe-se entender como a mulher negra surda se vê no contexto de sua trajetória e a relação desse processo na construção afirmativa de sua identidade étnico-racial analisar as imagens e sentidos de ser mulher negra surda construídos no processo de militância e problematizar os processos formativos e os saberes construídos na trajetória de militância da mulher negra surda enquanto possibilidade de empoderamento político construído a partir de atos subversivos de gênero, raça e surdez.

A participação do pesquisado, nesta pesquisa, é de livre e espontânea vontade e, a qualquer momento, poderá interrompê-la, recusar-se a submeter a quaisquer procedimentos, como também dela desistir, a tempo e modo, como assim o desejar, sem qualquer penalização ou prejuízo à sua pessoa.

A metodologia utilizada na pesquisa será a História de vida, na qual será empregada como instrumentos metodológicos a entrevista semiestruturada e a técnica de elaboração de desenho. Informo que para o registro dos dados pretendo utilizar um aparelho digital de áudio e vídeo, uma vez que as entrevistas dar-se-ão em Língua de Sinas, bem como será elaborado um diário de campo, no qual registrarei os dados coletados mediante a observação *in loco*. Após as gravações seguidas das transcrições das entrevistas fielmente da Língua de Sinas para a Língua Portuguesa por um intérprete devidamente certificado, as entrevistas transcritas serão disponíveis a depoente, obtendo a total autonomia para decidir se o conteúdo deve ou não ser publicado no relatório da pesquisa, ainda que sua identidade não seja revelada.

Cabe ressaltar que a participação do pesquisado, nesta pesquisa, não acarretará quaisquer desconfortos ou riscos à sua integridade física, moral ou psicológica.

A realização da presente pesquisa trará ao pesquisado e à sociedade o(s) seguinte(s) benefício(s):

- A possibilidade de evidenciar os caminhos metodológicos os quais permitirão conhecer melhor as experiências vivencias pela mulher negra surda na trajetória de militância na comunidade surda no município de Igarapé Miri - PA, buscando assim subsídios para atender os processos formativos da mulher negra surda de maneira que sejam repensadas práticas dialógicas inclusivas.

- Oportunizar a realização de um trabalho científico com um campo novo de investigação, o que propiciará ganhos significativos a temática investigada e poderá incitar o desejo da mesma a futuros pesquisadores da Universidade Federal do Pará, ampliando assim a possibilidade de conhecimento por diversos leitores das mais diversas áreas do saber que se interessam por temas relacionados as questões de gênero, raça, surdez e militância no município de Igarapé Miri - PA.

- Incutir direcionamentos e olhares mais sensíveis a questões as quais envolvam os processos formativos e os saberes construídos na trajetória de militância da mulher negra surda.

A participação do pesquisado e todos os dados referentes à sua pessoa serão exclusivos para a pesquisa em questão e de inteira responsabilidade do pesquisador, que garante anonimato e total sigilo, assegurando a privacidade das informações a ele fornecidas.

Direito de privacidade:

Como colaborador (a) participante desta pesquisa estou ciente de que minha identidade será preservada se for de minha vontade:

- () autorizo utilizar minha identidade na íntegra: nome, sobrenome.
- () autorizo utilizar pseudônimo, que não identifique minha identidade

Por se achar plenamente esclarecido e em perfeito acordo com este Termo de Consentimento, assino o presente documento.

Igarapé-Miri, PA, _____

Assinatura do entrevistado(a)

CARTA DE CESSÃO

Eu, _____ portador do RG nº _____ declaro para os devidos fins que cedo os limites da minha entrevista e das imagens / fotografias fornecida no dia _____ para ser usada integralmente ou em partes em trabalhos científicos acadêmicos; realizado pelo(a) entrevistador(a) Renata Ferreira Siqueira e pela sua orientadora Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações para publicação de trabalhos científicos acadêmicos, estando este material de áudio e transcrição sob a guarda das pesquisadoras.

Como colaborador (a) participante desta pesquisa estou ciente de que minha identidade será preservada se for de minha vontade:

- () autorizo utilizar minha identidade na íntegra: nome, sobrenome.
- () autorizo utilizar pseudônimo, que não identifique minha identidade

Igarapé-Miri - PA, ___/___/___

Assinatura do entrevistado(a)

APÊNDICE B – TERMO DE SIGILO COM A PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CULTURA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO
TERMO DE SIGILO COM A PESQUISA



Título da Pesquisa:

NARRATIVAS SINALIZADAS DE SI: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA MILITANTE DE UMA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO SURDO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI, NO PARÁ

Esclarecimento sobre a Pesquisa

Eu, *Renata Ferreira Siqueira*, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – Mestrado, da Universidade Federal do Pará (UFPA), venho por meio deste documento formalmente convidá-lo (a) a colaborar com a pesquisa na tradução das entrevistas em Língua de sinais para a língua portuguesa. Os dados que serão manuseados ainda não foram publicados, sendo assim solicito sigilo com as informações tidas, visto que o código de ética do profissional intérprete e tradutor de língua de sinais retrata no art. 1 que “o intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele”. Asseguro ao (à) senhor (a) que sua identidade será resguardada. Para tanto utilizarei pseudônimos ou codificações para cada participante. Somando-se a isso, esclareço que participar desta pesquisa não implica em nenhum tipo de benefício direto, tais como compensações pessoais ou financeiras atreladas à autorização concedida. Vale pontuar que a finalidade desta pesquisa é contribuir para o âmbito dos estudos sobre a relação de gênero, raça, surdez e militância na Amazônia Tocantina.

Pesquisadora

PPGEDUC-Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA
Trav. Padre Antônio Franco, 2617, bairro da Matinha – Cametá-Pará
CEP 68400-000 – Fone: (91) 3781-1182 / 3781-1258, Ramal: 241
site: <http://www.posgraduacao.ufpa.br/ppgeduc> e-mail: ppgeduc@ufpa.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CULTURA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO



CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu....., declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar como intérprete colaborador da pesquisa cooperando assim com a construção dos dados para posteriores análises.

Igarapé-Miri - PA: ____/____/____

Assinatura do Intérprete Colaborador da Pesquisa

PPGEDUC-Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA
Trav. Padre Antônio Franco, 2617, bairro da Matinha – Cametá-Pará
CEP 68400-000 – Fone: (91) 3781-1182 / 3781-1258, Ramal: 241
site: <http://www.posgraduacao.ufpa.br/ppgeduc> e-mail: ppgeduc@ufpa.br